

7 COLEÇÃO UNIVERSITÁRIA
DE CIÊNCIAS HUMANAS

A economia medieval

GUY ANTONETTI

14"(091)

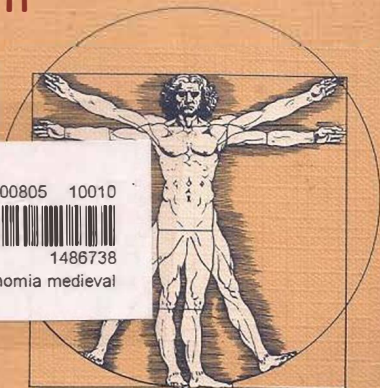
200805 10010



1486738

A economia medieval

ATLAS



A ECONOMIA MEDIEVAL

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte,
Câmara Brasileira do Livro, SP)

A639e

Antonetti, Guy.
A economia medieval; tradução de Hilário Franco
Júnior. São Paulo, Atlas, 1977.
(Coleção universitária de ciências humanas,
v.7)

Bibliografia.

1. Economia - História - Idade Média 2. Europa -
Condições econômicas - Idade Média I. Título.

77-0433

CDD-330.902
-330.9402

Índices para catálogo sistemático:

1. Economia medieval : História 330.902
2. Idade Média : Economia : História 330.902
3. Idade Média : Europa : Economia : História
330.9402



GUY ANTONETTI

Professor da Universidade de Paris-Vale do Marne

A ECONOMIA MEDIEVAL

1486738

Tradução de

HILÁRIO FRANCO JUNIOR

Da Historical Association (Londres)

Da Medieval Academy of America (Cambridge)



33(091), ANT, eco
377/96



200805 10010
33"04/14"(091) ANT eco



1486738

EDITORA ATLAS S.A.



EDITORA ATLAS S.A.
Rua Helvetia, 574/578 — CELIS
Caixa Postal 7186 — Tel.: (011) 221-9144
01215 São Paulo (SP)
BRASIL

COLEÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Volume 7

A ECONOMIA MEDIEVAL

Guy Antonetti

Traduzido da 1ª edição do original francês

L'ECONOMIE MEDIEVALE

Copyright © 1975

PRESSES UNIVERSITAIRES DE FRANCE, PARIS

Tradução de

HILÁRIO FRANCO JUNIOR

Ilustração da capa: reprodução do original de LEONARDO DA VINCI

Diagramação de
PAVEL GERENCER

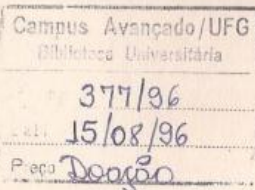
Copyright © 1977

EDITORA ATLAS S.A.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS — Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial, bem como a produção de apostilas a partir deste livro, de qualquer forma ou por qualquer meio — eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópia e de gravação — sem permissão por escrito, do Editor.

1ª Edição

Maio de 1977



Impresso no Brasil

Printed in Brasil

SUMÁRIO

Introdução	9
I — Os homens	17
1. Fraqueza demográfica (séculos V-X)	17
1.1 As migrações	17
1.2 O declínio das cidades	18
1.3 A falta de homens	18
2. Crescimento demográfico (séculos XI-XIII) ..	20
2.1 O desenvolvimento rural	20
2.2 O desenvolvimento urbano	21
2.3 O desenvolvimento colonial	23
2.4 Limites do desenvolvimento	24
3. Depressão demográfica (séculos XIV-XV) ..	27
3.1 A conjunção dos flagelos	27
3.2 A divergência das repercussões	28
3.3 Os limites da depressão	31
II — As técnicas	32
1. As fontes de energia	32
1.1 O animal	32
1.2 A água	32
1.3 O vento	33
2. A exploração da natureza	33
2.1 As florestas e os arroteamentos	33
2.2 A cerealicultura	36
2.3 A criação	41
2.4 A viticultura	42
3. O ferramental e a construção	43

3.1	A produção têxtil	43
3.2	A arte da construção	43
3.3	A produção siderúrgica	44
4.	Os meios de comunicação e de transporte	44
4.1	As rotas terrestres e as pontes	44
4.2	As rotas fluviais e os canais	45
4.3	As rotas marítimas e os portos	46
III —	A agricultura	48
1.	As estruturas dominiais (séculos V-X) ..	48
1.1	O regime de propriedade	48
1.2	O regime de exploração	51
2.	As estruturas senhoriais (séculos XI-XV) ..	55
2.1	O senhorio fundiário	56
2.2	O senhorio doméstico e o senhorio banal ..	66
2.3	Conjuntura e economia senhorial	68
IV —	O artesanato	73
1.	O artesanato rural	73
2.	O artesanato urbano	74
2.1	Formação histórica das corporações de ofícios ..	75
2.2	Organização aristocrática de profissões especializadas ..	79
2.3	Regulamentação monopolista de uma produção de qualidade	82
2.4	Produção artesanal e capitalismo comercial ..	83
V —	As trocas	87
1.	Os mercadores	87
1.1	Do século V ao X	87
1.2	A partir do século XI	88
2.	As rotas e as mercadorias	93
3.	Os mercados	96
3.1	Os mercados do campo	96
3.2	Os mercados da cidade	98
3.3	Os mercados da grande feira	98
4.	A moeda	104
4.1	Contração monetária (séculos V-X)	104
4.2	Expansão monetária (séculos XI-XV)	109
	Conclusão	116
	Bibliografia sumária	117

INTRODUÇÃO

Entre a economia mediterrânica do Império Romano e a economia atlântica da Europa mercantilista, a economia medieval conheceu durante um milênio, do século V ao XV, tais transformações, que é difícil restabelecer sua unidade. Além disso, a extensão dos espaços, a longa duração do período e as lacunas da documentação impunham escolhas e limites. Inicialmente, a economia medieval foi concebida como a economia da Europa Ocidental na Idade Média, à maneira de Pirenne. De fato, se por *economia medieval* entender-se, no sentido amplo, todas as economias pré-industriais que, no espaço e no tempo, teriam sido marcadas pela *preponderância da produção dominial rural, ligada ou não a uma produção artesanal urbana*, sobre ela poder-se-ia estudar numerosos exemplos. Da mesma forma, para se referir a um só período da Idade Média, seria preciso incluir o estudo das economias que estiveram em relação direta com a da Europa ocidental (economias bizantina, árabe, eslava). A amplitude desmesurada de uma tal concepção tornava impossível uma breve síntese. Por outro lado, o estrutural e o qualitativo prevaleceram sobre o conjuntural e o quantitativo: a projeção no passado medieval dos métodos econômicos modernos, fundados sobre o manejo de estatísticas, pareceu ilusório, a despeito das tentativas fragmentárias que foram levadas adiante recentemente para tentar quantificar alguns dados esparsos da economia medieval. A ênfase foi portanto colocada sobre as estruturas da produção, simplesmente porque é isto que conhecemos menos mal: a evolução dos preços, e sobretudo dos rendimentos e do consumo, foi pouco evocada em razão da falta de conhecimentos precisos neste domínio. Uma

síntese dos conhecimentos não poderia ser um catálogo de questões, por mais sedutoras que elas fossem, sabendo-se que é impossível respondê-las.

1. Proporções. Do ponto de vista *quantitativo*, a economia medieval foi caracterizada pela pequenez relativa das unidades de produção e do volume dos bens produzidos. A exiguidade das unidades de produção valia tanto para a agricultura quanto para o artesanato. A exploração agrícola permaneceu antes de tudo concebida em função das necessidades e da manutenção de uma "corte" senhorial (domínios senhoriais) ou de uma família camponesa (tenência dos rendeiros):¹ a comercialização dos excedentes agrícolas para um mercado mais ou menos vasto, mesmo excitando a atividade do produtor, não se tornou o objetivo essencial do setor primário. Quanto à exploração artesanal, ela foi estabelecida na origem por trabalhadores a domicílio que transformavam a matéria-prima levada pelo cliente, os quais se tornaram depois produtores independentes, trabalhando por sua conta e vendendo seus produtos: a oficina, na própria casa do artesão, não exigia senão um material rudimentar e um pessoal reduzido. Esta exiguidade das dimensões das empresas seguia paralela com a fraqueza das quantidades produzidas: o desenvolvimento agrícola foi sempre travado pela mediocridade das técnicas; o artesão, por sua vez, trabalhava na maior parte dos casos para satisfação das necessidades de um mercado local conhecido, o que quase não o incitava a desenvolver muito a produção. A franqueza desta, a mediocridade dos rendimentos e a insuficiência dos meios de trocas conjugaram-se com a visão limitada dos grupos sociais (mundo eclesiástico e senhorial em sentido amplo) que canalizavam para si o essencial dos rendimentos, para aviltar a atividade produtora e o progresso técnico, restringindo as vendas. Mas é conveniente não exagerar muito: estas deficiências puderam ter um papel estimulante sob o efeito da necessidade. Em particular a pobreza das vendas apresenta nuances: é preciso com efeito distinguir o *mercado local*, cuja capacidade de consumo podia ser facilmente avaliada, ou para o qual o artesão trabalhava por encomenda, e o *mercado distante*.

¹ O rendeiro ou tenente (do latim *tenentia*, aquele que detém, *tenancier*, em francês) era um camponês que recebia o usufruto de uma parcela da terra do senhor, chamada tenência (*tenure*, em francês). (N. do T.)

A prosperidade das trocas longínquas deu origem, desde o século XIII, a uma forma de capitalismo comercial na dependência do qual desapareceram alguns setores da produção artesanal, em especial no setor têxtil: o artesão que trabalhava para o grande "fabricante" exportador (o qual apesar de seu nome não fabricava nada, mas era um empreiteiro e um comerciante) acabou por depender completamente das encomendas feitas por este último. Se o fabricante, numa conjuntura desfavorável, diminuía ou parava suas encomendas, ele reduzia ao desemprego e à miséria os artesãos que dependiam dele. Portanto, quando se repete que o artesanato da Idade Média não produzia senão em pequena quantidade para uma clientela conhecida antecipadamente, e não se arriscava a ser vítima de uma superprodução, não esqueçamos os importantes setores onde o desenvolvimento precoce do capitalismo comercial perturbou o funcionamento do sistema a partir do século XIII: certamente não havia venda má por superprodução, mas em caso de suspensão das encomendas havia subemprego da mão-de-obra e subprodução, e as consequências sociais eram as mesmas.

2. Fundamento. Do ponto de vista *qualitativo*, diz-se que a economia medieval não era uma economia de lucro, no sentido de que a busca deste estava subordinada a considerações religiosas, morais e sociais, estranhas à pura especulação econômica. É preciso entender as palavras: seria evidentemente bem ridículo imaginar que os homens da Idade Média tenham sido desinteressados. Se o espírito de pobreza suscitou magníficos arrebatamentos individuais ou coletivos, não se deve ir além do fato de que tais arrebatamentos foram justamente reações contra a mentalidade e o modo de vida dos contemporâneos. Ao contrário de um Pedro Valdo ou de um Francisco de Assis, João Boinebroke, comerciante de panos de Douais, não tinha, no fim do século XIII, uma dureza de coração e uma avidez de ganho dignas de um industrial manchesteriano?... Retorquir-se-á talvez que se se conhece a história da fortuna de João Boinebroke é porque, sob a influência de suas crenças religiosas ou da mentalidade de seu tempo, ele pediu a seus herdeiros para repararem as injustiças que teria cometido quando vivo, e que a execução desta cláusula testamentária, *pro remedio animae*, deixou nos arquivos o traço das queixas que as vítimas de sua implacável cupidiz chegaram a formular. A isto é fácil objetar que uma religião bastante complacente para deixar

oprimir os outros, fazendo esperar o perdão por reparações *post mortem*, colocadas a cargo dos herdeiros, não devia constituir um obstáculo insuperável à busca muita atenta do ganho material no curso da vida terrestre!... E fora mesmo da burguesia, como explicar o grande impulso dos arroteamentos, se não se admite que "eles refletem uma profunda mudança na atividade da aristocracia"? "Quando começaram eles (os senhores) a pensar em termos de ganho, a se deixar seduzir pela idéia de lucro?" (G. Duby). Desde o início do século XII, responde o erudito autor...

Entretanto, é verdade que a busca do lucro era refreada por prescrições religiosas e concepções sociais, mesmo se se permite a dúvida sobre a eficácia destes freios, que se podem resumir em três expressões: *o preço justo*, *a usura proibida*, *a inatividade sagrada*. Se o *preço justo* é aquele que resulta da lei do mercado concorrencial, o monopolizador bastante poderoso para manobrar o preço em seu proveito é condenado; da mesma forma, admite-se que a autoridade pública fixe os preços dos bens de subsistência quando o mercado está desequilibrado por uma pressão anormal. Se se encara, por outro lado, a *proibição canônica de empréstimo a juros*, observa-se que ela estava fundada pelos moralistas sobre a justificação do ganho pelo trabalho intelectual ou corporal do homem. A hostilidade ao empréstimo a juros não se manifestou, no início, na Igreja, senão em relação aos clérigos usurários (século IV). Para os laicos foi o papa Leão I (falecido em 604) que formulou a interdição no célebre aforismo *Foenus pecuniae, funus animae* (o juro do dinheiro é a morte da alma). Entretanto, sob os Merovíngios, esta condenação canônica não teve consagração civil: esta não apareceu senão em 789, em relação com a concepção carolíngia do *ministerium regale* sacerdotal. Afirma-se habitualmente que a proibição canônica freou o desenvolvimento dos negócios e o recurso ao crédito: esta concepção foi marcada excessivamente pela tese de Max Weber sobre o elo histórico entre o desenvolvimento do capitalismo e o sucesso da Reforma no século XVI.² De fato, convém não esquecer que a famosa proibição foi, na Idade Média, ora *suspensa*, em certos casos (quando a operação comportava um risco, o que era habitual no comércio e no armamento marítimo), ora

contornada pelas múltiplas técnicas de dissimulação, das quais a letra de câmbio e a constituição de rendimento foram os exemplos mais difundidos, mas também o arrendamento de gado, "talvez o mais corrente dos procedimentos pelos quais a economia medieval evitava a acusação de usura" (G. Sicard). Portanto, tudo isto de forma alguma entravou a acumulação de capitais, nem seu papel estimulante do desenvolvimento da produção e das trocas. Na pior hipótese, a proibição canônica limitou o recurso aos empréstimos para consumo concedidos por emprestadores sobre penhores, e esta medida de proteção social não chegou a ter consequências econômicas desfavoráveis. Além disso, quando se mede a amplitude das queixas suscitadas pelos empréstimos usurários, fica-se cético sobre o alcance prático da proibição canônica. Esta foi provavelmente um empecilho, não um obstáculo insuperável, e talvez mesmo um estimulante fecundo na medida em que o gênio inventivo dos homens de negócios teve que imaginar substitutos. Resta enfim a *inatividade sagrada*: a vida terrestre do homem é uma prova que, em caso de sucesso, conduz à felicidade eterna; o culto de Deus e dos santos é portanto uma atividade espiritual mais importante que o trabalho material. Este é imposto ao homem como resgate do pecado e como meio de santificação, mas não tem por fim senão a subsistência do homem. Nem o trabalho nem o produto do trabalho são um fim em si. O calendário litúrgico impunha pois aos fiéis a cessação de todas atividades laboriosas por ocasião de um grande número de festas, a fim de que eles se consagrassem inteiramente ao culto. Assim, em razão do número de festas e de vigílias, a duração média do trabalho semanal não parece ter sido superior a quatro dias! No século XV suprimiu-se um bom número de festas com folga, mas no século XVI contava-se ainda, anualmente, além dos domingos, umas sessenta delas. É evidente que a mentalidade medieval ignorava a obsessão pelo trabalho e pela produtividade, que seria rigorosa na época mercantilista e empreenderia um espírito de hostilidade contra a extensão julgada abusiva da inatividade sagrada.

3. Periodização. Quais são as origens da economia medieval, como ela se formou e como evoluiu? Estas questões suscitaram controvérsias célebres, e o debate não está encerrado. As discussões realçaram a lentidão da formação histórica das estruturas econômicas da Alta Idade Média: bem longe de

² Esta idéia é defendida no livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo, Pioneira, 1967. (N. do T.)

aparecer brutalmente, em seguida às invasões germânicas ou às invasões árabes, elas resultaram das transformações que afetaram a economia romana do Baixo Império. A questão das origens se divide na realidade em dois problemas. Inicialmente, *derivam as estruturas rurais da Alta Idade Média diretamente das do Baixo Império Romano?* Afirmou-se muito tempo que a *villa* carolíngia, arquétipo da economia dominial, continuava a *villa* galo-romana, e que portanto tinha havido uma permanência milenar desta célula fundamental da vida econômica, ela própria origem das cidades medievais. Os trabalhos de Ch. Ed. Perrin e de seus rivais corrigiram o caráter muito geral e por isso exagerado de tal concepção (certamente há casos inegáveis de filiação direta, mas duvida-se agora que o regime da *villa* tenha sido difundido em todas as regiões, e, mesmo onde existia, parece que a composição e a organização da *villa* variaram no curso dos séculos). Em seguida, *resultam as estruturas de trocas da Alta Idade Média de uma ruptura com a economia antiga, onde as trocas eram desenvolvidas?* Sobre este segundo aspecto do problema, a afirmativa é unânime, mas as divergências são profundas quando se trata de datar a ruptura, de precisar seu conteúdo e de seguir suas consequências. Para A. Dopsch (*Die Wirtschaftsentwicklung der Karolingerzeit...*, 1921-1922), o sistema econômico antigo ter-se-ia rompido no século V após as invasões germânicas.³ Tratar-se-ia pois de uma ruptura Leste-Oeste, a Europa Ocidental barbarizada e arruinada vivendo doravante fora da órbita bizantina; após três séculos de depressão, as reformas de Carlos Magno, em particular em matéria monetária, teriam exprimido uma renovação, mas esta não se teria desenvolvido senão após o ano mil: pilhada e exangue, a Europa Ocidental teria levado seis séculos para se reerguer. Para H. Pirenne (*Mahomet et Charlemagne*, 1937),⁴ a quebra estaria situada no século VIII após as invasões árabes. A economia antiga mais ou menos decadente teria sobrevivido até que os árabes realizassem o corte norte-sul do mundo mediterrânico: de centro de gravidade que ele era na economia antiga, o Mediterrâneo ter-se-ia então tornado uma fronteira. Senhores do mar Tirreno, os árabes

3 Por outro lado, Dopsch afirma que com relação à cultura não teria havido solução de continuidade; ver *Wirtschaftliche und soziale Grundlagen der Europäischen Kulturentwicklung aus der Zeit Caesar bis auf Karl den Grossen*, Viena 2ª ed., 1923-1924. (N. do T.)

4 Há tradução portuguesa desta obra: *Maomé e Carlos Magno*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1970. (N. do T.)

teriam separado a Europa Ocidental do Império Bizantino, daí o encolhimento continental do Império Carolíngio. A despeito de certas formulações excessivas, e das críticas de que ela tem sido objeto, a explicação de Pirenne ainda é aceita por uma grande maioria.

Vivendo em *economia fechada*, isto é, em economia rural praticando pouco ou nada de trocas, a Europa carolíngia satisfazia mal as necessidades de uma simples *economia de subsistência*. "A escassez jamais foi vencida" (R. Doehaerd). Se os acidentes naturais, que destruíam as colheitas, provocavam fomes horribéis (com o retorno à antropofagia no século X), é porque os homens não tinham a menor poupança que lhes permitisse alimentarem-se aos preços exorbitantes alcançados pelos viverses. A obsessão da fome impediu a adoção da divisão do trabalho no espaço: cada domínio procurava produzir tudo o que era necessário à sua sobrevivência, daí um desperdício considerável de mão-de-obra. Por outro lado, as condições de utilização desta mão-de-obra concorriam para manter a fraqueza das margens de benefício: os rendeiros, requisitados a cultivar a reserva do senhor, não podiam mais consagrar senão um tempo limitado às suas próprias tenências, o que acarretava uma dupla consequência: a modicidade das rendas⁵ que os rendeiros podiam pagar a seus senhores por suas tenências e a impossibilidade de tirar proveito da exploração destas. Quanto aos senhores, não podiam esperar obter vantagens senão de suas reservas, mas este lucro eventual era desviado do investimento produtivo pela necessidade de distribuir favores e assistência aos protegidos e aos indigentes.

A partir do século XI as estruturas econômicas sofreram uma profunda transformação: na história do desenvolvimento econômico da Europa Ocidental a *revolução do século XI* foi relativamente tão importante quanto foram as dos séculos XVI e XVIII. O crescimento sensível da população e a melhoria da produção agrícola, o renascimento das cidades, o desenvolvimento das trocas e a expansão colonial transformaram a *economia dominial rural* da Alta Idade Média em *economia artesanal urbana*: o domínio rural começou então insensivelmente a perder seu papel de célula fundamental da economia, em proveito da aglomeração urbana que estendia sua dominação sobre

5 As rendas, contrapartida da concessão da tenência, compreendiam diversas obrigações, pagas em serviço, em espécie e em moeda (corveia, censo, tálha, capitação, banalidades, *champart* etc.). (N. do T.)

uma região mais ou menos extensa. Certamente a produção agropastoril conservou uma grande importância, mas o campo circundante caiu sob a dependência econômica da cidade vizinha, por um lado servindo-lhe de saída para parte de sua produção artesanal e por outro assegurando-lhe um abastecimento em matérias-primas agrícolas e em produtos alimentícios. Este laço entre a cidade e o campo, entre a cidade e sua zona rural de influência, supunha o renascimento da divisão do trabalho e da economia de troca que resultava dela.

Que relação houve entre o crescimento da população e o aumento da produção agrícola? Os homens puderam multiplicar-se porque produziam mais alimento, ou ao contrário tiveram que produzir mais porque eram mais numerosos? Questão simples, mas que permanece sem resposta, a menos que se conjecture que a extensão das culturas foi o ponto de partida: ela teria permitido o impulso demográfico, diminuindo o número e a intensidade das fomes e diminuindo a mortalidade juvenil; conseqüentemente, o aumento rápido da população teria por seu turno provocado uma mudança gradual dos métodos de cultivo (G. Duby). *O crescimento do século XI, condição necessária ao renascimento urbano, foi também sua condição suficiente?* Frequentemente os excedentes de população e os excedentes de produtos agrícolas bastaram para povoar e para alimentar os centros urbanos em desenvolvimento, simples mercados locais, mas em numerosos casos só este fenômeno de crescimento interno não conseguiu dar conta da expansão da produção e das trocas que animaram algumas cidades: é aqui que intervm um fator exterior, a reabertura das grandes vias do comércio distante, no Mediterrâneo (depois das Cruzadas), e no Báltico e no mar do Norte (sob o domínio dos escandinavos); a procura dos produtos europeus exportáveis, em particular os têxteis, aumentou, o que estimulou o desenvolvimento de sua produção: pouco a pouco os artesanatos urbanos foram solicitados, visando alimentar os circuitos comerciais. Ao crescimento demográfico e à prosperidade dos campos acrescenta-se assim a aceleração da procura dos mercados distantes.

A economia artesanal urbana atingiu seu apogeu durante todo o século XIII, mais ou menos de 1180 a 1320. Depois, ao experimentar as dificuldades dos séculos XIV-XV, ela insensivelmente gerou à sua volta as primeiras estruturas da *economia mercantilista*.

I

OS HOMENS

1 — FRAQUEZA DEMOGRÁFICA (SÉCULOS V-X)

É evidentemente impossível propor cifras precisas, mesmo ordens de grandeza verossímeis. As Grandes Invasões provocaram o declínio das cidades e durante vários séculos a falta geral de homens deprimiu a atividade econômica. Esta visão esquemática é atualmente matizada de interrogações, sem que nossos conhecimentos tenham aliás progredido muito.

1.1. As migrações

Como interpretar as Grandes Invasões? *Chamada de população* de um Império Romano subpovoado ou *saída de população* de uma Germânia superpovoada? Ao Império do Ocidente faltavam muitos camponeses em certas regiões nos séculos III e IV, na Itália ou na Gália, mas a Germânia, longe de ser superpovoada, ainda tinha naquela época regiões inteiramente desertas; além disso, a emigração germânica em direção ao Império Romano deixou vazios os territórios abandonados... Em compensação, a emigração escandinava dos séculos IX e X é considerada como conseqüência de uma superpopulação local. *Quantos bárbaros houve?* Uma certeza: não foi uma avalanche; o Ocidente não se curvou sob o número. Admite-se que cada povo — uma dezena deles se fixou no Império do Ocidente — não contava mais que 50 a 80.000 pessoas. É também verdade que, após a instalação definitiva de um povo, a imigração provavelmente tenha continuado durante as primeiras gerações. Pirenne avaliava a proporção dos germanos instalados no Oci-

dente em 5% da população total. Globalmente, esta chegada de população talvez não tenha mesmo compensado as perdas provocadas pelos invasores (fuga de populações aterrorizadas, devastações, massacres...); os contemporâneos insistiram sobre o vazio que eles provocaram. A desordem das invasões favoreceu a instabilidade dos camponeses, a qual se tornou um dos traços notáveis da vida agrícola da Alta Idade Média.

1.2. O declínio das cidades

Estudos recentes aprofundaram a geografia da evolução histórica e expuseram diversidades de tempo e de lugar: nem todas as cidades foram ao mesmo tempo e igualmente reduzidas. Cita-se mesmo algumas delas que se desenvolveram em superfície e em população no curso deste período, por exemplo Arras e Metz. Por outro lado, o curso geral das transformações teria sido menos contrastante do que se imaginava recentemente: deste ponto de vista o século X recebe de nossos dias uma reabilitação parcial. Em lugar de afirmar a decadência absoluta de todas as cidades, fala-se mais comumente de um declínio relativo que deixou sobreviver mais ou menos, conforme o tempo e os locais, correntes de trocas enfraquecidas entre as cidades e os campos.

1.3. A falta de homens

No decorrer da Alta Idade Média, a população sempre foi muito fraca no seu conjunto; mas esta fraqueza demográfica endêmica não significa que a pequena massa da população não tenha variado no decorrer do tempo. Ainda aqui, a falta de homens foi mais ou menos grande conforme as épocas e os locais.

A) A falta absoluta. São numerosos os testemunhos que evocam durante toda a Alta Idade Média uma forte penúria de mão-de-obra agrícola, o que explica parcialmente a sobrevivência e mesmo a recrudescência da escravidão. Teimou-se em avaliar a cifra da população de algumas aldeias descritas nos polípticos eclesiásticos; depois, a partir deles, extrapolando, acreditou-se poder avaliar grosseiramente a população de toda a região. É assim que, estudando, segundo o políptico de Irminon,

a população de oito aldeias ao sul de Paris, aldeias que pertenciam no século IX à abadia de Saint-Germain-des-Prés, F. Lot chegou em 1921 à conclusão¹ de que a cifra da população era ali de 52 habitantes por quilômetro quadrado, ou seja, para o território da França atual... 28.600.000!... Hoje, não somente se recusa o método que chegou à porcentagem de habitantes por quilômetro quadrado para aquelas oito aldeias, mas também se objeta que é insensato generalizar para toda a França a situação de oito aldeias do sul de Paris: de fato, a região parisiense constituiu justamente um caso particularmente favorecido e, portanto, atípico. Estudos recentes concluíram por cifras muito mais baixas, de 5 a 20 habitantes por quilômetro quadrado para aldeias do norte da França, dos Países Baixos, da Alemanha e da Inglaterra. Mais comumente, tentou-se enfim avaliar a cifra da população por quilômetro quadrado em função da extensão das zonas cultivadas e da quantidade de trigo necessária ao consumo: concluiu-se daí que, na melhor das hipóteses, a população da Europa ocidental na época merovíngia atingiu uma densidade de 5 a 6 habitantes por quilômetro quadrado (entre 2,2 e 2,4 para a Alemanha e cerca de 5,5 para a França). A fraqueza destas cifras corresponde à extensão das terras não cultivadas: "Muito menos numerosos que hoje, os homens viviam em grupos muito desiguais que separavam espaços vazios" (M. Bloch).

B) A falta relativa. Por fraca que tenha sido a massa global da população no curso da Alta Idade Média, ela não desconheceu flutuações. Na Picardia, a toponímia indicaria que as invasões foram seguidas de uma possante retomada demográfica, que se traduziu por uma ocupação mais densa do *habitat* herdado da Antiguidade (R. Fossier). Entretanto, parece que, globalmente, a população européia diminuiu do século V ao VII, e que, depois, o apogeu carolíngio foi marcado por uma expansão demográfica, como deixam supor, por um lado, os numerosos arroteamentos então empreendidos quase por toda parte, e por outro lado, os esforços que foram ao mesmo tempo desdobrados para substituir a cerealicultura pela criação. Resta precisar se esta expansão carolíngia prosseguiu ou não após 850. Tradicionalmente, o século X era apresentado como um

¹ No célebre artigo "Conjectures démographiques sur la France au IX^e siècle", publicado na revista *Le Moyen Age*, tomo 32. (N. do T.)

período de ruína geral, depressão caótica do fundo da qual devia sair o "milagre" do século XI. Porém, faz-se notar atualmente que, na França, os normandos fixaram-se em 911 e que, nos confins da Germânia, os húngaros foram subjugados em 955: desde os meados do século X as violências devem ter sido menores que antes, e disto se infere uma provável influência sobre o número de homens. De outro lado, o império otomano conheceu na segunda metade do século X um desenvolvimento que se atribui em parte a uma situação demográfica menos desfavorável na Germânia. O século X seria portanto, um período de aceleração do crescimento demográfico iniciado na época carolíngia. Maturação lenta na realidade, de onde procederia o famoso "milagre" do século XI.

2 — CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO (SÉCULOS XI-XIII)

Inegável, este crescimento não pode no entanto ser medido com precisão. Somente a Inglaterra dispõe de fontes que permitem assinalar sua importância absoluta: 1 100 000 habitantes segundo o *Domesday Book* de 1086, 3 750 000 em 1348 antes da Grande Peste. Grosso modo, a população inglesa teria pois triplicado entre 1100 e 1300. Na França não se pode estabelecer tais termos de comparação: a *lista das paróquias e dos fogos*,² criada em 1328, permite avaliar a população da França, nos limites da época, entre 16 e 20 milhões de habitantes, o que fazia deste reino a região mais povoada da Europa. Sobre nenhuma outra parte sabemos algo de preciso.

2.1. O desenvolvimento rural

O aumento do número dos camponeses é atestado pelo movimento simultâneo das *migrações* graças às quais os espaços vazios foram povoados (por exemplo, na França a Brie florestal ou o Entre-deux-Mers, na Inglaterra o norte do condado de

² *Fouage* (do latim *focus* = lareira) era um imposto sobre cada casa (ou fogo). Incidindo sobre pessoas de condição social inferior, ele existia desde a época merovíngia, aparecendo em sua forma acabada no tempo de S. Luís (1236-1270). O valor da taxa variava conforme o tempo e o local: Carlos V em 1370 fixou-o em seis libras nas cidades e duas no campo, abolindo no fim de seu reinado este imposto, que seus sucessores restabeleceram. (N. do T.)

Warwick, e enfim a expansão germânica além do Elba) e pelos *melhoramentos* que foram realizados nas terras de ocupação antiga. Não se dispõe ainda senão de estudos locais, a partir dos quais é tão contestável extrapolar, que as desigualdades locais ou regionais, tanto de densidade quanto de crescimento, têm sido acentuadas.

Assim, na Provença, o número total dos fogos reais, e, portanto, da população, teria dobrado entre mais ou menos 1250 e 1300, mas ao olhar mais de perto pode-se notar que nas terras pobres o número de fogos não aumentou, enquanto que nas terras melhores ele às vezes triplicou (E. Baratier). Da mesma forma, a planície de França, antiquissimamente povoada, atingia em 1328 a densidade de 19 fogos por quilômetro quadrado (provavelmente o recorde europeu da época), enquanto que o Hurepoix, arroteado nos séculos XI-XII, não atingia então 6 fogos por quilômetro quadrado (G. Fourquin). Segundo os cálculos de F. Lot, a densidade média do reino da França se fixava em 7,7 fogos por quilômetro quadrado. A Itália oferece igualmente tais disparidades regionais de densidade.

2.2. O desenvolvimento urbano

O desenvolvimento das aglomerações urbanas e de sua ação sobre os campos circunvizinhos constitui um dos caracteres fundamentais das estruturas econômicas a partir do século XI. Porém, se é evidente no século XIII, este fenômeno mal deixa discernir suas origens e medir sua amplitude, mesmo apresentando modalidades comuns de expressão.

A) *Origens.* A questão é dupla: por quais razões a população urbana aumentou? Quais foram os agentes deste crescimento? Segundo Pirenne, a razão primeira teria sido o *renascimento do comércio longínquo*, mas os autores de recentes monografias de história urbana acreditam noutra concepção, segundo a qual é a *prosperidade dos campos circundantes* que teria sido determinante. Assim, as perspectivas estão agora invertidas: o que suscitou o crescimento é a *procura dos mercados distantes*, pensava Pirenne; é a *oferta de excedentes dos mercados locais*, estimam hoje de bom grado os historiadores, que admitem que a procura dos mercados distantes deve ter

desempenhado um papel de acelerador, mas não de gerador. Quanto aos agentes de crescimento, Pirenne pensava tê-lo descoberto nos mercadores itinerantes (as primeiras jurisdições comerciais na Inglaterra não se chamaram *courts of piepowders*, cortes de pés poeirentos?), os quais se teriam fixado junto de um castelo forte (*burgus, castrum, wik*) ou de uma antiga cidade (*civitas*); seus entrepostos e suas habitações (*portus*) teriam se tornado um "burgo de fora" (*foris-burgus*, de onde "falso-burgo"), e este, cercado por muralhas, teria sido integrado nos limites da cidade ampliada. Sem negar o papel que podem ter desempenhado os comerciantes vindos de longe, destaca-se atualmente aquele que desempenharam os mercados locais e os artesãos, tanto do setor têxtil quanto da metalurgia, no crescimento de numerosas cidades.

B) Amplitude. A cifra da população das cidades medievais se exprime ordinariamente em milhares, em dezenas de milhares para as mais importantes, muito excepcionalmente em centenas de milhares. Em torno de 1 300, a Europa Ocidental só contava duas cidades a respeito das quais se está seguro de que ultrapassavam 100 000 habitantes: atribui-se com efeito 200 000 habitantes a Veneza e a Milão. Discute-se sobre Florença, Gênova, Nápoles e Palermo, das quais se pensa que não estavam longe de 100 000 habitantes. O caso de Paris é também controverso: 200 000 (Lot, e mais recentemente Caselles e Fourquin)? 80 000 (Dollinger)? Em suma, na melhor das hipóteses, não teria havido mais de sete cidades de mais de 100 000 habitantes, nesta época, na Europa Ocidental.

Na Inglaterra, Londres teria tido 30 000 habitantes no início do século XIII, 40 000 por volta de 1300, 60 000 no momento da Peste Negra; somente três outras cidades atingiam 10 000 habitantes em 1300 (York, Norwich, Bristol), enquanto que Cambridge e Gloucester mal ultrapassavam 3 000 habitantes. Na Alemanha, no início do século XIV, Colônia teria tido cerca de 40 000 habitantes, seguida por uma meia dúzia de cidades de 2 000 habitantes. Nos Países Baixos, Gand certamente excedia nessa época 50 000 habitantes, mas o caso de Bruges é controvertido (35 000?); quanto às quatro maiores cidades da Holanda (Leyde, Amsterdã, Delft, Haarlem) todas tinham menos de 10 000 habitantes. Na Espanha cristã, somente três cidades importantes ultrapassavam 20 000 habitantes:

Barcelona (35 000?), Córdoba e Sevilha. Finalmente, numerosas cidades medievais — elas se contam às centenas — tinham apenas alguns milhares de habitantes.

Por outro lado, a importância numérica da cidade medieval não era proporcional a seu papel na vida econômica "internacional": numerosas capitais regionais (por exemplo Toulouse, Narbonne, Metz...) tinham de 20 a 30 000 habitantes por volta de 1300, o que as tornava comparáveis, numericamente, a Bruges!... Isto mostra bem o elo estreito que existiu entre o crescimento urbano e a prosperidade dos campos no centro dos quais a cidade se enquistou. A cidade medieval foi proporcional à extensão e à riqueza de sua terra alimentadora. Duby calculou muito bem que para alimentar (e não era tanto o comércio "internacional" que alimentava quotidianamente o cidadão!) uma cidade de 3 000 habitantes, era preciso cerca de 1 000 toneladas de trigo por ano e que, para obter esta produção, era preciso cerca de 3 000 hectares semeados; ora, admitindo que todas as terras ao redor da cidade tenham sido semeadas e que elas tenham sido todas destinadas à alimentação da cidade, obter-se-ia desde então um círculo de 3 a 4 quilômetros de raio; este círculo devia ser de fato mais vasto, e devia corresponder à área de imigração rural para a cidade, isto é, sua zona de atração (30 quilômetros para Metz e Arras).

C) Modalidades. O fenômeno de crescimento quantitativo foi acompanhado de transformações qualitativas, que deram às cidades o caráter específico que as opôs doravante à campina. Relativas à organização profissional (associações corporativas), ao estatuto jurídico urbano (autonomia mais ou menos grande das "cidades de comuna", das "cidades de consulado" e das "cidades de burguesia") e à estrutura social (domínio do patriciado, formando uma rica aristocracia burguesa), estas transformações deixaram abundantes testemunhos, o que explica que a história econômica da Idade Média tenha sido muito tempo centrada sobre seu estudo.

2.3. O desenvolvimento colonial

O crescimento demográfico igualmente produziu um excedente de população que, empurrado pela necessidade ou pelo gosto da aventura, se lançou nas empresas de conquista e de

colonização. O Ocidente carolíngio, fechado desde o século VIII entre o Elba, a Itália peninsular, os Pirineus e o mar do Norte, se estendeu a partir do século XI em quatro direções opostas: ao sudeste (Cruzadas e fundações de feitorias italianas no Mediterrâneo Oriental, no mar Egeu, no mar Negro), a sudoeste (*Reconquista* ibérica), a nordeste (*Ostsiedlung* germânica nos confins das regiões eslavas e no mar Báltico), a noroeste (conquista da Inglaterra pelos normandos, que reintegraram esta região no seio da Europa Setentrional dentre o Loire e o Reno).

2.4. Limites do desenvolvimento

O crescimento da população desde o século XI prosseguiu com uma continuidade de longa duração, sem romper o equilíbrio do impulso econômico; ao contrário, por sua imperceptível regularidade, ele agiu como um estimulante, levando à conquista do meio natural, agindo sobre a produção e as trocas, sustentando esta expansão que conduziu os camponeses do Ocidente à *Meseta* espanhola ou às grandes planícies além do Elba, enquanto que seus mercadores pelo Báltico, pelo mar Negro e pelo Mediterrâneo oriental entravam em contato com os longínquos mercados da Ásia. Mas por volta de 1300, o crescimento demográfico da Europa Ocidental atingiu um limiar inquietante: num estado de evidente superpopulação, uma perceptível queda começou a se manifestar.

A) A **superpopulação**. As provas resultam de uma reunião convergente de indícios abundantes, mas a explicação das causas do fenômeno permanece controvertida.

A *superpopulação dos campos* é inferida da avaliação de certas densidades locais (muitas vezes tão fortes em 1300 quanto em 1800!), da exigüidade das explorações camponesas, da alta dos direitos de entrada e dos aluguéis, enfim e acima de tudo da alta constante do preço do trigo; isto prova, naquele momento em que a produção aumentou, que o número dos consumidores aumentou ainda mais. A alta do preço do trigo é bastante conhecida em relação à Inglaterra, onde listas de preço puderam ser estabelecidas desde 1160: em valor nominal, os preços foram multiplicados por 3,7 entre 1160-1179 e 1300-

1319; em moeda constante, relativamente ao peso de metal, esta alta foi um pouco menos acentuada, tendo em conta desvalorizações (multiplicada por 3,2). É infelizmente impossível calcular o alcance desta alta dos grãos em relação à de outros preços, em particular dos bens que os camponeses compravam com o dinheiro produzido pela venda de sua colheita. Os autores estão aliás divididos sobre a interpretação do ritmo desta alta: muito forte entre 1160 e 1200, depois distendendo-se regularmente até 1319 (Beveridge)? Ou rápida de 1160 a 1260, depois estabilizada, a um nível elevado, de 1260 a 1380 (Kosminsky)? Fora da Inglaterra, não se dispõe de séries longas, mas os índices esparsos ou tardios que puderam ser recolhidos provam igualmente a alta contínua do preço dos grãos, sinal de distorção entre uma produção crescente e uma procura que crescia ainda mais rápida. Certamente, pode-se também imputar uma parte da alta à elevação do nível de vida de populações que tinham agora condições para se alimentar mais adequadamente: nesta medida, a alta exprimiria um enriquecimento geral da sociedade, tanto quanto um crescimento demográfico acelerado. Em compensação, a estabilização ou queda dos salários no fim do século XIII fornece um indício suplementar do aumento da mão-de-obra, tanto no campo quanto na cidade.

Podemos concluir pela *superpopulação das cidades* também no fim do século, quando os levantamentos populares se multiplicam, especialmente na Itália e nas regiões compreendidas entre o Loire e o Reno: as antigas indústrias têxteis, que não conseguem mais absorver a mão-de-obra, conhecem dificuldades. Entretanto, outros fatores não demográficos suscitaram igualmente essa agitação social, como a transformação das estruturas do mercado de produtos.

Quanto à *causa do superpovoamento*, foi ela de *ordem física* (crise de terras) ou de *ordem sócio-econômica* (estrutura da sociedade feudo-senhorial)? M.M. Postan sustenta a primeira interpretação: sendo que a produtividade da agricultura da época não era mais tecnicamente suscetível de melhoramentos, e sendo que os arroteamentos tinham atingido e mesmo ultrapassado os limites da rentabilidade, tornava-se fisicamente impossível, por volta de 1300, produzir a subsistência para um número crescente de consumidores. A superpopulação é por-

tanto considerada como *absoluta*. Uma tal explicação é rejeitada por aqueles que incriminam não a natureza parcimoniosa, mas a sociedade mal organizada. Para R.H. Hilton o superpovoamento seria a *consequência do subinvestimento característico da economia senhorial*: a agricultura medieval ressentia-se tecnicamente de uma produtividade muito medíocre, e deixava poucos capitais disponíveis para os melhoramentos, os quais teriam sido necessários e eram custosos, já que a menor das disponibilidades era desviada em proveito dos senhores, pelo levantamento monetário da renda senhorial, e os senhores consagravam seus rendimentos sobretudo a despesas estereis (construções, enfeites, festas, processos). Este subinvestimento devia fatalmente conduzir a uma subprodução relativa, e portanto a um subconsumo gerador de contração demográfica. Objeção desenvolvida por R. Delatouche: a sociedade feudo-clerical investiu muito nos séculos XI-XII (arroteamentos), portanto, se no fim do século XIII houve subinvestimento, este não seria imputável às estruturas sócio-econômicas, já que estas teriam concorrido para desenvolver o investimento durante mais de dois séculos. Ele resultaria, isto sim, de uma *transformação psicológica*, a queda do impulso criador. Para E.A. Kosminsky enfim, o superpovoamento seria a *consequência da subprodução característica da economia senhorial*: de um lado esta ligava a maioria dos rendeiros ao domínio senhorial, pelo jogo das corvéias, as quais Kosminsky pensa que foram agravadas no século XIII; a falta de mobilidade das populações camponesas teria impedido o afluxo para as cidades e para as terras menos ocupadas (mas havia ainda terras a ocupar? E a capacidade de absorção das cidades não era limitada?). Por outro lado, Kosminsky observa que a economia senhorial impedia o camponês de explorar sua tenência de maneira satisfatória, impondo-lhe, em proveito do senhor, serviços pessoais e rendas pecuniárias muito pesadas, e privando-o do gado, cujo esterco teria sido necessário em grande quantidade para evitar o esgotamento dos solos. O embargo dos senhores sobre os bens comuns era um obstáculo ao crescimento do gado camponês. Enfim, a produção agrícola não podia ser senão deficiente e frear com o tempo o desenvolvimento demográfico, depois pará-lo. De qualquer maneira, se a superpopulação é encarada como uma consequência de estruturas sócio-econômicas defeituosas, ela aparece tnaão como simplesmente *relativa*: outras

estruturas, nas mesmas condições naturais e técnicas, teriam podido evitar um fenômeno que não tinha nada de insuperável.

B) O desmoronamento. Uma baixa demográfica nas regiões há muito tempo povoadas é geralmente admitida pelos autores, mas o movimento não seguiu em toda parte o mesmo ritmo. Perceptível às vezes desde 1250, ele não se manifesta senão após 1300. Os indícios deste desabamento devem ser analisados com prudência. *O fim dos arroteamentos antes de 1300?* Certamente ele pode testemunhar não só uma baixa da pressão demográfica, mas também o desaparecimento dos baldios suscetíveis de serem cultivados de forma útil. *Os abandonos de terras ou de aldeias?* Estas deserções não provam forçosamente uma baixa geral da cifra da população: terras podem ter sido abandonadas porque eram muito más e lugarejos terem sido despovoados após um reagrupamento de seus habitantes, concentrados em grande quantidade em aldeias. Seja como for, o desmoronamento nasceu do superpovoamento; mas se o fenômeno não é contestado, ainda se está longe da concordância quanto às suas modalidades de expressão. Reconhece-se portanto que, por volta de 1300, o superpovoamento acabou por brear o desenvolvimento demográfico, mas discute-se sobre o modo como a coisa se deu: alta mortalidade (Duby)? Baixa da natalidade (Génicot)?

3 — DEPRESSÃO DEMOGRÁFICA (SÉCULOS XIV-XV)

Inquietante por volta de 1300, a situação demográfica se deteriorou rapidamente após 1315. A união dos três flagelos tradicionais da demografia arcaica (fome, epidemia, guerra), que se revezaram no século XIV ou se conjugaram para cavar uma depressão catastrófica, teve repercussões sociais e econômicas profundas, cujos limites porém foram desiguais no tempo e no espaço.

3.1. A conjunção dos flagelos

A) As fomes. Desde 1309, uma grave crise frumentária, devida ao excesso de chuvas, rebentou no sul e no oeste da Alemanha. Um pouco mais tarde o flagelo se abateu sobre

toda a Europa Setentrional. A colheita de grão foi geralmente medíocre no noroeste da Europa em 1314; depois, em 1315 e 1316, o excesso de umidade fez apodrecer as colheitas. A bela colheita de 1317 regularizou de maneira geral a situação, entretanto, da primavera de 1315 ao outono de 1317, uma violenta fome causara estragos, marcada pela alta fulminante dos preços dos grãos e por uma grande mortalidade.

B) As pestes. A Peste Negra foi um acidente tão rápido quanto catastrófico (1347-1350), já que os vazios que ela deixou na população não foram preenchidos antes do século XVI, e em algumas regiões mesmo antes do século XVII ou XVIII! No dizer de Froissart, um terço da população teria desaparecido. Tem-se esta cifra por verossímil, em média, pois houve grandes disparidades locais. Além disso, a Peste Negra não só foi particularmente mortífera numa população já sofrida desde o início do século, mas também manifestou-se por numerosos reaparecimentos locais até meados do século XV.

C) As guerras. O século e meio da Baixa Idade Média (cerca de 1330-1450) foi mais especificamente atormentado por guerras devastadoras: com efeito, os métodos de luta evoluíram, nessa altura, e as guerras tornaram-se mais mortíferas, indiretamente, pelas conseqüências dos novos métodos, diretamente, pelo número de baixas (prática da "terra queimada"). O peso do fisco, que se desenvolveu em relação com as necessidades militares (associação, aos contingentes feudais de cavaleiros, de unidades pagas de infantes e de artilheiros), teria exercido uma influência deprimente sobre a demografia, acentuando o marasmo econômico.

3.2. A divergência das repercussões

A conseqüência mecânica das sangrias, abundantes e repetidas, foi a baixa do número global de homens (despovoamento); como o número de homens diminuía, o nível geral de salários se estabilizou ou progrediu (melhoria); mas a obra da morte foi muito brutal para que as estruturas sociais não fossem profundamente abaladas (comoções).

A) O despovoamento é denunciado em todos os textos do tempo. Quando os três flagelos conjugados tiveram entre-

cruzados seus efeitos, "após 1370, uma depressão demográfica se instalou por vários decênios em quase todos os campos europeus" (G. Duby). Não é senão na Inglaterra que se pode reconstituir, ainda que de maneira contestável, as cifras da população: 3 750 000 (1348, antes da Peste Negra), 3 120 000 (1350), 2 740 000 (1360), 2 450 000 (1370), 2 100 000 (1400), 2 100 000 (1430) (J.C. Russel), ou seja, portanto, de 1348 a 1400, uma perda de 44% da população... Não foi senão por volta de 1600 que a Inglaterra reencontrou uma população igual àquela que tinha às vésperas da Peste Negra! Em outros lugares as avaliações são apenas regionais ou locais, mas elas concluem geralmente por porcentagens de perdas muito elevadas: 66% entre 1320 e 1400 no condado de Nice e na alta Provença (E. Baratier), de 30 a 60% conforme os cantões no sul do Hainaut entre 1286 e 1365 (G. Sivéry), de 50% na Île-de-France entre 1348 e 1444 (G. Fourquin).

B) A melhoria do nível dos salários exprimiu-se não somente numa *alta absoluta* do montante das remunerações mas também numa *alta relativamente mais elevada* dos salários mais baixos: a escala dos salários se fechou em toda parte em proveito dos trabalhadores sem qualificação. Nos campos ingleses a superabundância da mão-de-obra prolongou, até cerca de 1320, a estabilidade dos salários em dinheiro. Em seguida eles se elevaram um pouco em toda parte. Foi portanto a Grande Peste "que, de um golpe, precipitou a alta" (G. Duby): o salário semanal de um trabalhador da abadia de Tavistock passou, de 3,5 dinheiros³ em 1298, a 4 dinheiros (1334), 6 dinheiros (1373), 7 dinheiros (1381) e 8 dinheiros (1385). Outro exemplo, calculado na base 100 para o período 1300-1319: o índice dos salários levantados nos arquivos do bispado de Winchester montou 124 (1320-1339), 133 (1340-1359), 169 (1360-1379) e 188 (1380-1399), depois estabilizou-se neste nível durante o século XV. Porém esta alta toma ainda mais realce se se acrescenta que, calculado na mesma base, o índice do preço do trigo era de 65 em 1400 e que baixou ainda após 1440: 53 (1440-1459), 47 (1460-1479) (M.M. Postan). Na Île-de-France, nas terras da abadia de Saint-Denis, os salários dobraram entre 1349 e 1370, depois se mantiveram no nível

³ O dinheiro (*denarius* em latim, *denier* em francês) era uma moeda de prata criada pelos Carolíngios: ver mais adiante Capítulo 5, item 4, parágrafo C. (N. do T.)

então atingido até o fim do século XV (G. Fourquin). No Poitou os salários de alguns trabalhadores agrícolas acabaram mesmo por ultrapassar de um quarto ou de um quinto, em valor relativo, os salários correspondentes de 1913: jamais os salários dos camponeses teriam sido tão elevados, em relação a 1913, quanto na segunda metade do século XV (P. Raveau). Em suma, estima-se que a Peste Negra, pela penúria brutal e sensível da mão-de-obra que provocou, fez dobrar, em média, os salários.

C) **As comoções sociais**, tanto rurais quanto urbanas, agitaram este período de violentos movimento de revolta.

Nos campos, a fome, a morte e a miséria semearam uma profunda desordem moral. A derrocada dos valores morais e da autoridade pública facilitou um forte recrudescimento do banditismo (senhores transviados, mercenários sem soldo, miseráveis). Portanto, nesta sociedade rural enfraquecida e dizimada, os encargos tornam-se pesados: *pretensões dos senhores* que, para conjurar os efeitos da depressão econômica, se mostram mais e mais exigentes para com seus camponeses, os quais são cada vez menos numerosos e vítimas da baixa dos preços cereaisíferos; *pretensão dos soberanos*, cujo fisco vem se juntar às exigências dos senhores. As três sublevações rurais mais importantes do século XIV colocam em evidência a incidência da crise demográfica sobre as estruturas sociais e políticas: na Flandres, 1323-1328; na região parisiense, a "Jacquerie" de 1358; na Inglaterra, 1381.

Nas cidades, em particular as de grande artesanato, a luta do "povo" contra o "patriciado", viva já desde a segunda metade do século XIII, foi aguçada pelas dificuldades do século seguinte. O patriciado procurava impedir a alta dos salários, que a conjuntura demográfica impunha por toda parte, tornando mesmo mais duras as condições de trabalho (tempo de trabalho medido ao som de sino); as revoltas populares, nascidas deste descontentamento, tomaram uma orientação política (a conquista do poder urbano). De fato, arrancar ao patriciado o monopólio do governo urbano era arrebatar-lhe o poder regulamentar em matéria de vigilância econômica e profissional. A geografia do movimento revela diferenças: na França e na Inglaterra, a intervenção de um poder real forte contém as pretensões populares; da mesma forma, nas cidades hanseáticas, após ter fingido consentir nas reformas, o patriciado conseguiu

conservar o poder. Foi sobretudo nos dois grandes centros de produção têxtil que o conflito foi mais intenso: revés simultâneo de Filipe Van Artevelde, em Gand, e dos *Ciampi*, em Florença, em 1382.

3.3. Os limites da depressão

Aos três flagelos que devastavam no interior veio juntar-se em meados do século XIV o flagelo exterior da invasão. De fato, até esta época a "pax mongólica" que os Khans faziam reinar em torno do mar Negro tinha beneficiado aos genoveses e também aos venezianos; suas feitorias florescentes mantinham relação com a Ásia Central, a Índia e a China (viagens de Marco Polo, segunda metade do século XIII). Porém, o Império Mongol quebrou-se em meados do século XIV sob os golpes dos turcos otomanos: instalados na Ásia Menor, estes passaram à Europa em 1356; a vitória de Kossovo (1389) entregou-lhes os Balcãs, e os ocidentais vindos em socorro dos orientais foram derrotados em Nicópolis (1396). Estava doravante selada a sorte de Constantinopla, que caiu em 1453. Toda a Europa balcânica e logo todo o Mediterrâneo oriental (Síria, 1516; Egito, 1517) e meridional (Argélia, 1529; Tunísia, 1574) passaram para a dominação turca; os italianos, expulsos do mar Negro, sustentaram-se ainda algum tempo no mar Egeu e no Mediterrâneo oriental (Rodas e Chipre). No fim do século XV, não restava quase nada do Império colonial do Ocidente no Oriente: o Ocidente voltou-se então para o Atlântico para tentar contornar o obstáculo turco, seja ao sul em torno da África, seja a oeste, visando encontrar outras ligações com o Extremo Oriente. Entretanto, o recuo demográfico que o Ocidente sofreu nos séculos XIV-XV e que não deixa de ter relação com a dilatação vitoriosa do Império Otomano não deve fazer esquecer os setores relativamente poupados ou os setores que começam a ser atingidos pela expansão empreendedora de alguns povos (Europa Meridional, Alemanha Oriental). As grandes descobertas ibéricas mergulham suas origens numa expansão demográfica que remonta ao início do século XV.

II

AS TÉCNICAS

1 — AS FONTES DE ENERGIA

A produtividade foi melhorada no curso da Idade Média pela utilização de forças de tração, de propulsão ou de rotação superiores às que eram até então empregadas.

1.1. O animal

A coelheira que os antigos utilizavam tendia a estrangular o cavalo atrelado; de outro lado, a atrelagem de testa impunha aos cavalos uma incômoda tração oblíqua. A coelheira de espádua, que aumentava sensivelmente a força de tração do animal, teria aparecido na Renânia no século IX e se difundiu na Europa no decorrer do século X. Esta inovação capital conduziu a uma outra, a atrelagem em fila. Igualmente é no século IX que foi generalizado na Europa o uso da ferragem dos animais de tiro, técnica há muito conhecida na Gália, mas de difusão restrita até então. Consequência: o peso da carga útil transportada aumentou (200-300 quilos para um carro de transporte da Alta Idade Média; 2 000 quilos em média, 3 900 quilos no máximo para um grande carro do século XIV), mas sem que a velocidade tenha variado (30 km por dia no máximo para um comboio de mercadorias).

1.2. A água

O moinho d'água, que já era conhecido na Antiguidade, não se impôs naquela época numa economia onde a escravidão

dispensava recorrer às máquinas. A transformação dos escravos em servos, que privava os senhores de sua "ferramentas animadas", e a aparição das banalidades, que, obrigando os homens a levar seus grãos ao moinho do senhor, proporcionava a este um aprovisionamento regular, tornaram rentável a construção de tais máquinas que só os senhores podiam construir, graças aos capitais de que dispunham. Os moinhos hidráulicos multiplicaram-se após o ano 1000: eles foram utilizados tanto para a moagem dos grãos quanto para a pisoagem dos panos, para a trituração dos produtos de oleocultura, de cervejaria, de tinturaria e de curtume, e para a martelagem dos metais. Não surgiu a idéia de se servir deles para mecanizar o trabalho de tecer: somente os italianos praticaram, no estádio da fição, a moagem dos fios de seda.

1.3. O vento

O moinho de vento da Europa Ocidental é de origem desconhecida. As primeiras menções indiscutíveis que lhe são relativas datam do fim do século XII: encontramos-os então da Bretanha à Bélgica e à Inglaterra; no século XIII, eles se difundem da Holanda à Dinamarca, e no século XV aparecem na Polónia e na Suécia.

2 — A EXPLORAÇÃO DA NATUREZA

2.1. As florestas e os arroteamentos

Por não terem podido melhorar a produtividade agrícola, os camponeses da Idade Média tinham de aumentar as superfícies cultivadas para obter a produção desejada, ainda que conservando às florestas a extensão que o equilíbrio da vida rural impunha. Até ao fim do Primeiro Milênio a Europa Ocidental permaneceu *um mundo da floresta*, no qual Ch. Higounet opôs as regiões romanizadas (Europa Mediterrânica seca de floresta danificada) às regiões germanizadas (Europa Oceânica úmida de floresta exuberante). De mais ou menos 1000 a cerca de 1300, em relação com o crescimento demográfico, desenvolveu-se um grande movimento de arroteamento de florestas (e de secamento de pântanos) que transformou profundamente paisagem rural do Ocidente. A cronologia da extensão das culturas é difícil de ser estabelecida com precisão, tanto em razão das

incertezas da toponímia (localização pelo estudo dos nomes) ou da arqueologia (datação pela análise dos polens fossilizados) quanto das lacunas da documentação (ausência ou silêncio dos arquivos). Precoces em algumas regiões, onde já podem ser discernidos no fim do século X, por exemplo, em Beaujolais os arroteamentos de florestas permaneceram descontínuos e dispersos até o século XII, depois tornaram-se mais intensos e mais coordenados nas proximidades de 1150; eles tomaram então “uma marcha resolutamente conquistadora na Bacia parisiense”. Enfim, “o século XII foi o momento culminante dos arroteamentos” (G. Duby). Apesar das afirmações precoces dos historiadores do século XIX, os grandes artesãos do recuo da floresta não foram os monges, ao menos diretamente; de fato, o arroteamento foi geralmente realizado pelo empreendimento conjunto dos camponeses, massa de mão-de-obra incitada pela fome, e dos senhores, donos do solo levados pelo desejo de ganho. Os arroteamentos não foram todos conduzidos da mesma maneira, sendo atualmente clássica a tipologia que Georges Duby estabeleceu.

O primeiro tipo de arroteamento consistiu em *alargar os terrenos antigos*, em destruir pouco a pouco a faixa de terras incultas por arroteamentos progressivos, ora com o assentimento ou mesmo sob a chefia do senhor, ora por empreendimentos camponeses mais ou menos sub-reptícios. Esta forma de conquista foi não somente a mais precoce, mas também a mais comum, utilizada pelo século XIII adentro. O segundo tipo correspondeu à *fundação de novas aldeias*: a fase de maior intensidade se estendeu sobre toda a segunda metade do século XII, depois cessou em quase toda parte por volta de 1230-1240. Enfim, o terceiro tipo de arroteamento tomou a forma de um *povoamento intercalado*, pela multiplicação, aproximadamente após 1225, de explorações rurais isoladas, mais orientadas para a produção pastoril que para a cerealífera.

No decorrer do século XIII o grande movimento de extensão das culturas por arroteamentos começou a afrouxar e no fim do século tinha de forma geral chegado a seu termo. Duas explicações, que não se excluem, podem ser propostas. *Primeira*, os arroteamentos tinham então atingido — até ultrapassado — o limite além do qual eles não eram mais rentáveis; as últimas terras arroteadas eram de qualidade medíocre, e como as técnicas

agrárias utilizadas não ofereciam os meios de melhorá-las, seus rendimentos insuficientes não compensavam mais os esforços dos cultivadores. *Segunda*, os arroteamentos também tinham atingido então — até ultrapassado — o limite além do qual eles arriscavam comprometer o equilíbrio fundamental sobre o qual repousava toda a produção agropastoril da Idade Média. De fato, o famoso *círculo vicioso da agricultura medieval* (E. Perroy) residia em que, de um lado, as terras de cultura não eram adubadas pelo esterco do gado; a estabulação era reduzida ou inexistente, e prados de ceifa eram raros e de preço elevado; portanto, era preciso vastos pousios e vastos baldios para alimentar um gado numeroso e indispensável. Mas, de outro lado, as técnicas agrícolas eram tais que os rendimentos cerealíferos eram muito baixos; era forçoso, portanto, praticar uma cultura extensiva para compensar a fraqueza dos rendimentos pela extensão das superfícies produtoras; para alimentar uma população cada vez mais numerosa era preciso semear vastos campos. O dilema era insolúvel: ou aumentava-se muito a parte dos campos em detrimento dos baldios e, privando assim o gado de uma parte de sua subsistência, esterilizava-se os campos privados de esterco, ou aumentava-se muito a parte dos baldios em detrimento dos campos e arriscava-se então a privar homens de seu alimento essencial, seu pão quotidiano... Enfim, *crescimento demográfico, extensão das culturas e multiplicação dos animais eram tecnicamente incompatíveis*. Os homens do século XIII procuraram entretanto salvaguardar um equilíbrio difícil de manter: os arquivos judiciais abundam em contestações provocadas pela sobrecarga pastoril ou pelos arroteamentos abusivos. A solidariedade camponesa firmou-se para lutar contra as pretensões exclusivistas dos senhores e os empreendimentos excessivos dos arroteadores. Inversamente, movidos pelo interesse, os senhores afirmaram suas prerrogativas de regulamentar e limitar os direitos de uso e de pastagem dos camponeses nas florestas: esta “reação senhorial” suscitou um vivo descontentamento entre os camponeses, que não podiam mais aumentar o número de seus animais. A solução do problema veio da crise demográfica do século XIV, que permitiu o reencontro de um equilíbrio precário.

O período de contração se estende de cerca de 1300 a 1450: o espaço cultivado se encolheu de duas maneiras dife-

rentes e complementares. *Numerosas aldeias foram completamente abandonadas por sua população e desapareceram.* Redescobertas nos nossos dias graças às fotografias aéreas, às escavações arqueológicas e ao exame de arquivos, estas aldeias abandonadas (*lost villages, Wüstungen*) foram sobretudo estudadas na Inglaterra e na Alemanha. Em média estima-se que 20% das aldeias desapareceram na Inglaterra, entre 20 e 30% na Alemanha. Evidentemente estas médias não dão conta das grandes divergências regionais ou locais que se procura precisar (W. Abel para a Alemanha, M.W. Beresford para a Inglaterra). A situação é também diversificada na França, na Itália e na Espanha. Parece que a França, a despeito das devastações da Guerra dos Cem Anos e ainda que algumas regiões tenham sido duramente tocadas, como o Bordelais (R. Boutruche) ou a Ile-de-France (G. Fourquin), não foi a zona da Europa mais atingida.

Nos locais em que os habitantes sobreviveram e permaneceram, as superfícies exploradas se retraíram. Por vezes os campos foram transformados em prados (numerosos exemplos na Inglaterra). Neste caso o fenômeno é difícil de interpretar: trata-se de um recuo puro e simples, devido ao despovoamento? Ou, é preciso ver aí um progresso da criação em detrimento da cultura, tornado possível pelo despovoamento? Em outras partes os campos abandonados voltaram a ser baldios, ou foram reconquistados pela floresta: as análises de polens fossilizados efetuadas na Alemanha Central mostram claramente um recuo dos cereais, de 1350 a 1420, retração compensada pelo progresso das espécies silvestres. É certo, as terríveis descrições que Thomas Basin fez dos campos franceses no fim do reinado de Carlos VI contêm uma parte de exagero quando ele afirma que do Loire ao Somme os camponeses estavam mortos ou em fuga, seus campos incultos, as regiões desertas, sem cultivo, cobertas de espinheiros e sarças. Mas é verdade que "a invasão da vegetação selvagem nos séculos XIV e XV constitui, na história da civilização européia, um episódio de importância igual à da aventura dos arroteamentos" (G. Duby).

2.2. A cerealicultura

No início da Idade Média, os rurais alimentavam-se sobretudo de legumes e de frutas, que provinham do cerrado ou

da floresta, e de papas de farinha feitas de cereais inferiores. Na época carolíngia foram realizados progressos que difundiram o consumo do pão escuro entre os rurais. No fim da Idade Média o consumo do pão branco de frumento, luxo dos ricos, começou também a se difundir. Mesmo se não foi o único elemento da alimentação, o pão permaneceu seu elemento essencial. Tal ocorreu porque, em relação com o crescimento demográfico, a produção cerealífera aumentou até o século XIV. Além disso, "a civilização aristocrática da Idade Média era essencialmente cavaleira" (G. Duby), o que impunha uma forte produção de aveia. A produção de cereais envolvia o triplo problema da *rotação das culturas*, da *preparação da terra* e da *utilização de adubo*.

No que concerne inicialmente à *rotação das culturas*, alguns testemunhos que remontam ao Império Romano já fazem alusão às sementeiras de primavera que podem corresponder a um ciclo trienal (sementeiras de outono na primeira zona, sementeiras de primavera na segunda, pousio na terceira): isto era então uma novidade, porque os romanos praticavam o ciclo bienal. No curso da Alta Idade Média a rotação trienal difundiu-se nas planícies da Europa Setentrional: das três zonas uma era semeada no terceiro mês (*trémis* ou *trémis* = março). A rotação trienal permitia combinar grãos de natureza, de cultura e de destinação diferentes, visando não somente evitar que a terra se esgotasse, mas também satisfazer uma procura diversificada (o frumento e o centeio são cereais de inverno, a cevada e a aveia cereais de primavera), dividindo mesmo os riscos (se um acidente meteorológico acontecesse no outono ou no inverno e destruísse as primeiras terras semeadas, as sementeiras da primavera deixavam uma chance de produção). A disposição da rotação trienal foi regulada progressivamente, pois foi preciso resolver três dificuldades técnicas. Inicialmente, *determinar a extensão do trigo trémis*: parece que sua superfície cultivada permaneceu muito tempo inferior às terras semeadas de inverno. Em seguida, *fixar a duração do pousio*: os progressos da rotação trienal, por redução do pousio a um só ano, são certos desde o século IX, mas se na segunda metade do século XIII ele predominava nas ricas terras de trigo da Europa Setentrional, não obtivera ainda a "vitória decisiva", e, em compensação, sua penetração na Europa Meridional teria sido mais forte do que se acreditava. "Durante este período

de crescimento agrícola, a extensão do espaço semeado resultou muito menos de uma redução do tempo de pousio que do arroteamento" (G. Duby). Após mais ou menos 1230, o movimento de alargamento das terras por arroteamentos e fundações de aldeias novas afrouxou, enquanto que a pressão demográfica continuou a aumentar, o que estimulou as tentativas para produzir mais, reduzindo o pousio, ou desenvolvendo a parte dos cereais ricos (aparição, por volta de 1300, de uma rotação bienal, na Alsácia, produzindo uma rica colheita de frumento um ano em dois, ou de uma rotação quadrienal na Inglaterra reduzindo o pousio a um ano em quatro e produzindo sucessivamente trigo de inverno, trigo de primavera e leguminosas). Enfim, *estabelecer pressões coletivas*: as divisões sucessórias e as vendas tinham pulverizado a terra numa infinidade de pedaços minúsculos sobrepostos uns aos outros. Se cada um tivesse tido a liberdade de adotar a rotação de sua escolha no conjunto das parcelas que lhe pertenciam, ter-se-ia chegado a um inextricável emaranhado das parcelas deixadas um mesmo ano em pousio e entregues à livre pastagem do gado. O meio mais seguro e mais simples de evitar às culturas a vizinhança perigosa dos rebanhos era portanto reunir num só bloco as terras em pousio, impor um rebanho comum e proibir as cercas: isto implicava conseqüentemente a manutenção desta unidade quando as terras deviam ser trabalhadas e semeadas. Este estrito respeito a uma disciplina comum das rotações culturais nas zonas compactas (as folhas, de onde "afolhamento"¹) seria difundido no momento em que a intensificação da cultura cerealífera e a diminuição das terras incultas (reservas de alimento para o gado) obrigavam a realizar mais estritamente a sobreposição da lavoura e da pastagem: a rotação por folhas, ou afolhamento, só apareceu tardiamente no fim do século XIII, e não se difundiu senão muito lentamente em seguida.

Quanto à *preparação da terra*, ela resultava de trabalhos múltiplos que certos melhoramentos tenderam a tornar mais eficazes. *Força motriz*: se nas ricas explorações da Europa Setentrional os cavalos suplantaram os bois no decorrer do século XIII, estes últimos constituíam ainda, no fim da Idade Média, a força de tração mais difundida, substituídos por asnos em

numerosas regiões mediterrâneas. Para explicar o fracasso da atrelagem de cavalo, que deveria acarretar uma alta do rendimento, invoca-se, além do espírito conservador dos camponeses (o passo do cavalo era mais rápido que o do boi ao qual os trabalhadores estavam habituados), razões econômicas (o cavalo é de saúde menos robusta, e custa três ou quatro vezes mais caro para alimentar que o boi, daí um custo líquido muito elevado para uma pequena ou média exploração). *Instrumento arador*: a Europa Meridional permaneceu fiel ao arado, que continha a solos leves. Em compensação, a charrua de rodas e com aiveca² fixa (era esta o aperfeiçoamento de uma charrua germânica, o "ploum" dos retos, mencionada por Plínio?... conforme *Pflug*, em alemão) já era utilizada, ao que parece, em algumas regiões, no decorrer da Alta Idade Média (Lombardia, Baviera, região parisiense), mas ela só se difundiu na Europa Ocidental a partir do século XI. Até então, como o arado não era muito apropriado à lavragem das terras pesadas, era necessário cavar os solos com enxadão: a insuficiência da lavragem transformava portanto a cerealicultura em uma jardinagem que consumia mão-de-obra e energia humanas enormes. M. Bloch estabeleceu um elo entre a natureza do instrumento de trabalho e a forma dos campos. A charrua era pesada e exigia um forte trem de atrelagem (dois ou vários pares de bois, dois ou três cavalos); a manobra de meia volta era portanto incômoda, e o camponês tinha dessa forma interesse em trabalhar um campo muito mais longo que largo, daí a forma alongada e estreita dos campos, que se encontra em toda parte nas grandes planícies de trigo, do Loire à Escandinávia. Ao contrário, o arado, leve e manejável, lavrava os campos várias vezes, cada uma de modo perpendicular à precedente, daí a forma esparramada dos campos, grosseiramente quadrados ou irregulares, mas nunca estirados. Nada prova formalmente esta conjectura, da qual não se saberia negar a verossimilhança. *Número e natureza dos trabalhos*: desde a época carolíngia, ao menos nos grandes domínios eclesiásticos bem geridos, o pousio era trabalhado duas vezes antes das sementeiras de inverno (a *versage* rompia o solo e revirava os torrões de terra, a *binage*³ esmagava os torrões e enterrava as ervas para fazer delas o adubo).

1 Folha (*sole*, em francês) é a terra deixada em pousio; afolhamento (*assolement*) é uma alternância de culturas sobre um terreno dividido em folhas. (N. do T.)

2 Aiveca é a peça que sustenta a relha, isto é, a parte do arado que penetra na terra. (N. do T.)

3 *Versage* é a primeira lavrada feita nas terras em pousio, *binage* corresponde à arrenda, isto é, à segunda lavrada. (N. do T.)

Entre 1150 e 1250 propagou-se o uso de lavrar três vezes o pousio, e nas explorações mais bem administradas apareceu mesmo uma quarta lavrada, por volta de 1300. No ano seguinte, quando os campos eram semeados de trigo tremês, uma única lavrada sempre precedia as sementeiras. A multiplicação das lavradas acelerava a reconstituição dos solos e contribuía para renovar sua fertilidade: por exemplo, num grupo de domínios da abadia de Cluny, em meados do século XII, praticava-se a triplice lavragem num só dentre eles; porém, o rendimento era aí o dobro ou o triplo dos outros domínios. As operações de lavrada foram vantajosamente completadas pela difusão da técnica de estercoamento, no século XI, a qual assegurava uma melhor mistura da terra e das sementes. Restavam enfim as longas operações de cavar com a enxada para facilitar o crescimento das plantas arrancando as ervas daninhas, o que absorvia ainda uma numerosa mão-de-obra, geralmente feminina. O progresso técnico, devido ao aperfeiçoamento da atrelagem, da charrua e das lavras, aumentou a importância destas últimas no trabalho agrícola e, portanto, o valor relativo do material: o fosso que já separava o "lavrador" do simples "trabalhador" alargou-se pois após o ano 1000.

No que diz respeito, enfim, ao adubo, as técnicas de adubação não foram melhoradas na Idade Média e não o serão aliás até a aparição dos adubos artificiais, no século XIX. O esterco de estábulo (a estabulação era breve) e o esterco de pomba eram pouco abundantes: reservavam-nos para as culturas que exigiam muitos cuidados e adubo (hortas, vinhas). Nas terras semeadas, era o direito de pastagem, associado ao pousio, que obtinha uma magra e insuficiente adubação.

Compreende-se facilmente, a partir disso, que os rendimentos cerealíferos tenham sido em média muito medíocres. Os raríssimos documentos que permitem hoje em dia proceder a uma avaliação dos rendimentos no decurso da Alta Idade Média (uma colheita de 1,6 a 2, em média, para uma semente de 1) devem ser considerados excepcionais, ou, ao contrário, como típicos? ... Os agrônomos ingleses do século XIII enumeraram as taxas que lhes pareciam normais: em relação à unidade da semente, 8 para a cevada, 7 para o centeio, 6 para as leguminosas, 5 para o trigo, 4 para a aveia. As cifras a que os historiadores chegam em nossos dias evocam uma realidade menos opulenta. Certamente, pode-se citar relações de trigo

de 10 a 15 por 1 no Artois no início do século XIV, de 10 por 1 na Borgonha em 1380, mas mantém-se o fato de serem estes casos excepcionais. Nas terras bem trabalhadas do bispado de Winchester, entre 1200 e 1450, os rendimentos médios foram de 3,8 por 1 para o trigo e a cevada, 2,4 por 1 para a aveia. Estas cifras estão próximas daquelas assinaladas, em 1338, nos domínios provençais dos Hospitalários, ou, no início do século XV, no campo de Neufbourg, na Normandia. Segundo os cálculos de B. A. Slicher Van Bath, o rendimento médio teria passado, na França, de 3 por 1, antes de 1200, a 4,7 de 1300 a 1499; e na Inglaterra, de 3,7, de 1200 a 1249, a 4,7, de 1250 a 1499. Se, no início do século XIV, o rendimento médio das sementes atingiu 3 ou 4 por 1, isto representava um progresso em relação às estimativas que se propuseram para a Alta Idade Média, correspondendo a rendimentos médios comuns nas vésperas da revolução agrícola dos séculos XVIII-XIX. Supõe-se, portanto, que a agricultura medieval tenha atingido desde o fim do século XIII um nível técnico médio equivalente àquele do início do século XVIII.

2.3. A criação

As principais questões permanecem sem resposta: repartição dos tipos de pasto (floresta, prado, pousio), número de cabeças de gado, importância relativa do gado grande e pequeno. Contrariamente ao que afirma M.M. Postan, a maioria dos autores considera que a criação progrediu mais que a cultura, ao menos na segunda metade do século XIII, o que levou a falar de "sobrecarga pastoril": a difusão do trienal implicava o crescimento do rebanho, produtor do esterco necessário.

A partir do século XI, a especialização de algumas regiões na criação de carneiros se explica pelo sucesso da indústria de tecidos e pelos progressos da agricultura que fornece os cereais indispensáveis às regiões de criação. A criação sedentária do carneiro tornou-se domínio de numerosas regiões da Inglaterra (meados do século XIV, 8 milhões de cabeças?): o desenvolvimento da criação ovina se conjugou então com os efeitos da depressão demográfica para acentuar esta especialização, pois a sobrevivência dos rebanhos exigia uma mão-de-obra menor que a cultura cerealífera (abandono de aldeias, reconversão das ter-

ras semeadas em pastagens, primeiras divisões entre terras comunitais e cercadas). Quanto à criação transumante do carneiro, ela difundiu-se nas regiões mediterrânicas, criando graves conflitos entre os criadores de gado e os agricultores, pois estes eram ameaçados pela maré devastadora dos rebanhos em deslocamento duas vezes ao ano; mas na Itália e na Provença os príncipes favoreceram a transumância, pois taxavam os rebanhos em passagem. Da mesma forma, na Espanha, a aparição do *merino*,⁴ por volta de 1300, imprimiu um grande impulso à criação ovina: 1500 000 cabeças por volta de 1350, 2 700 000 cabeças em 1467. Os criadores se reagruparam em associações poderosas, dotadas de privilégios reais (*Casas de ganaderos* em Aragão, *Mesta* em Castela).

2.4. A viticultura

O respeito quase religioso de que o vinho era objeto, o prestígio social que conferia sua posse e as dificuldades de seu transporte contribuíram para desenvolver uma viticultura de qualidade em todas as regiões, muito além dos limites climáticos (por exemplo, na Inglaterra, na Escandinávia, na Prússia). A partir do século XI a alta lenta, mas geral, do nível de vida acentuou estes esforços. Por outro lado, uma evolução do gosto se manifestou no início do século XIV: os vinhos grossos e licorosos, como os vinhos orientais, e os vinhos fortes, como os vinhos de Borgonha, foram doravante preferidos nas grandes cidades do norte; daí o desenvolvimento de vinhedos novos e a especialização vinícola de certos terrenos.

Segundo o testemunho do frade Salimbene, monge italiano que visitava a França por volta de 1245, havia então três grandes regiões produtoras na França: Auxerre (que alimentava o mercado parisiense), La Rochelle (vinhos de Aunis e de Saintonge, exportados para os Países Baixos) e Beaune. No Bordelais, o desenvolvimento do vinhedo próximo da cidade, no Graves, é devido à ação dos ingleses que lá concentraram seus aprovisionamentos, após terem perdido suas outras possessões francesas. Na Itália e na Espanha, os mercadores genoveses e

florentinos, privados de seus aprovisionamentos orientais no século XV, conseguiram criar vinhedos que se tornaram uma monocultura (*riviere* liguriana, região de Jerez). As técnicas da viticultura e da vinificação, que exigiam muito cuidado e destreza, foram adotadas entre o século XI e XIII. Elas eram então as técnicas agrícolas mais engenhosas, e não deviam mais variar até a crise do filoxera,⁵ no fim do século XIX.

3 — O FERRAMENTAL E A CONSTRUÇÃO

Duas transformações técnicas importantes afetaram na Idade Média a produção têxtil e a arte de construção, enquanto que a técnica siderúrgica evoluía lentamente.

3.1. A produção têxtil

Em meados do século XI apareceram na Flandres as liças:⁶ podia-se doravante produzir peças de tecido de largura estandardizada e com bordas regulares (os *panni*, os panos), enquanto que anteriormente os tecelões não fabricavam senão pedaços de tecidos cujas bordas eram irregulares e que, unidos, davam os famosos mantos "frisios" (os *pallia*) (C. Verlinden). Esta inovação abriu caminho à produção maciça de panos de exportação que fizeram a celebridade e a fortuna da Flandres.

No século XII, as liças eram acionadas por um pedal, sem que se saiba a origem ou o autor deste melhoramento. O mesmo ocorre com a fiação na roda, aparecida na segunda metade do século XIII: seu uso só se difundiu lentamente no século XIV e foi aperfeiçoada no século seguinte (bobinagem automática do fio).

3.2. A arte da construção

O século XII viu a revolução do "gótico": o muro espesso e cego foi substituído por um vitral; os suportes foram reduzi-

⁵ Inseto que ataca e destrói as vinhas. (N. do T.)

⁶ Liça ou liço é uma peça, semelhante a um pente fechado, através da qual passa a urdidura do tear, elevando-se ou abaixando-se a cada passagem da lançadeira. (N. do T.)

⁴ Raça de carneiro de lã longa e forte, originária da África do Norte ao tempo da dinastia dos Merínidas (1269-1420). (N. do T.)

dos a uma vertiginosa superposição de pilares e de arcos. As consequências econômicas da construção de igrejas ogivais permanecem em discussão.

Sucessivamente, invocou-se o *papel estimulante* destas oficinas de obras públicas, que distribuíam salários a uma mão-de-obra abundante e diversa e que consumiam grandes quantidades de matérias-primas (pedras, vidros, metais, madeira), e, ao contrário, o *efeito depressivo* que podem ter tido sobre a economia local, transformando em pedras mortas enormes capitais que poderiam ter sido investidos em atividades produtivas, multiplicando as riquezas.

3.3. A produção siderúrgica

Os bárbaros introduziram, quando das Grandes Invasões, a técnica de fundição (solda de diferentes lâminas de metal para tornar a peça resistente e elástica, o que fez a celebridade da longa espada franca, de duplo corte).

A partir do século X, em algumas regiões da Europa Central, os fornos se transformaram: o forno primitivo, parcialmente enterrado e de pequena dimensão, começou a sair da terra, para se tornar "forno de massa", cuja cuba e cadinho se encontravam inteiramente acima do solo (século XII); simultaneamente, utilizou-se moinhos d'água para acionar os pesados martelos que preparavam os lingotes de metal. No século XV, foram enfim construídos os primeiros altos-fornos, que produzem matéria fundida de várias dezenas de quilos.

4 — OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E DE TRANSPORTE

4.1. As rotas terrestres e as pontes

Admite-se geralmente que no decorrer da Alta Idade Média a rede de estradas sobreviveu numa ruína mais ou menos grande, nas regiões que faziam parte do antigo Império Romano; no interior da rede de estradas romanas, assim como além dos limites do Império, uma rede de caminhos curtos assegurava ligações nas quais a comodidade e a segurança eram das mais relativas. A despeito da lenta reconstituição da soberania estatal desde o século XII, o domínio público permaneceu

frequentemente dividido entre os numerosos senhores que se tinham tornado proprietários. Se algumas grandes estradas medievais eram ainda pavimentadas (as "calçadas"), era preciso que todas elas o tivessem sido: a grande estrada medieval era quase sempre de pequena espessura e faltava-lhe um revestimento sólido, mas a qualidade relativamente boa da rede francesa de grandes estradas do século XIII não seria deteriorada senão durante a Guerra dos Cem Anos (J. Hubert). Para as pontes, os progressos foram ao contrário muito sensíveis, graças aos aperfeiçoamentos realizados na arte da construção: as velhas pontes de madeira foram substituídas, a partir dos séculos XI-XII, por pontes de pedra.

Os senhores financiaram a criação, a manutenção e a proteção da rede através de rendas impostas aos usuários (*tonlieux* para a manutenção, *conduits* para a segurança): a multiplicação dos pedágios pode ter dificultado o tráfego, mas a partir do século XII as grandes cidades mercadoras obtiveram privilégios de isenção de taxas estradeiras nas regiões estrangeiras frequentadas por seus dependentes. De qualquer maneira, o custo do transporte terrestre sempre permaneceu muito elevado na Idade Média: o custo líquido dos vinhos da Borgonha importados em 1414-1415 pelo palácio dos condes de Hainaut se compunha de 28% para o preço de compra, 61% para as despesas de transporte e 11% para as taxas e gastos diversos. Daí o recurso à via aquática para o transporte dos produtos pesados.

4.2. As rotas fluviais e os canais

A navegação fluvial apresentava a dupla vantagem de uma segurança (a emboscada aí era mais difícil) e de uma melhor rentabilidade (a carga útil aí era maior).

A capacidade dos navios era superior à dos carros e das carretas, e a força motriz (o vento, ou mesmo a sirga)⁷ era menos onerosa ou mais rentável que no transporte terrestre: era portanto sobretudo por via aquática que eram transportados os grãos, os vinhos, o sal, a forragem, os metais, as madeiras, a lã... A meta da navegação estava situada tanto quanto possível rio acima, pois os navios eram de fraca tonelagem e de

⁷ Corda com que se puxa uma embarcação ao longo da margem. (N. do T.)

fraco tirante d'água: no século XV, os navios que circulavam no Sena, no Oise e no Yonne tinham a capacidade de 10 a 300 tonéis (de 804 litros), e a maior parte de 40 a 80. Estes navios podiam ser utilizados indiferentemente no rio e no mar: a navegação marítima não era senão uma cabotagem ao longo das costas.

Por outro lado, rotas fluviais e canais apresentavam também inconvenientes: impraticabilidade sazonal (seca, cheia, gelo), dificuldade de subir contra a corrente, multiplicidade de pedágios. Quanto aos canais, que apareceram na Flandres no século XII, não tinham eclusas, e os navios deviam passar de um canal a outro sobre um plano inclinado, com a ajuda de cordas puxadas por um guindaste.

4.3. As rotas marítimas e os portos

Eles se beneficiaram dos progressos sensíveis que foram realizados em três domínios: o aumento do tamanho dos navios, a melhoria da arte de navegação e a diminuição do custo dos fretes.

A estabilização dos normandos facilitou a difusão de sua técnica de construção naval, então superior à dos outros europeus. Em torno de 1200 apareceu no mar do Norte o *kogge* ou *cogge*, obra dos construtores frisios: navios relativamente rápidos (10 a 15 milhas com bom vento), canejáveis ainda que de tamanho imponente (30 metros de comprimento, 7 a 8 metros de largura, 3 metros de calado), eles podiam transportar oito a dez vezes mais de frete que os antigos navios. O *cogge* foi o instrumento da expansão hanseática, porque estava adaptado ao transporte de produtos pesados e de valor relativamente pequeno (grão, madeira, sal). Na Mancha e no Atlântico, mas também no mar do Norte e no Mediterrâneo, as mercadorias viajavam nos *nefs*, navios menores, avaliados em capacidade de tonéis em razão da importância das cargas de vinhos (os *nefs* raramente ultrapassavam 100 tonéis). No Mediterrâneo, a *galera*, construída desde o século X, navegava a remo e a vela: estava portanto melhor adaptada ao transporte de produtos de grande valor e pequeno volume (especiarias, por exemplo). Para os produtos pesados, os italianos utilizavam cada vez mais o *nef*.

No decorrer do século XIII, o leme de popa substituiu a barra lateral; da mesma forma, difundiram-se a bússola de agulha flutuante e o portulano. É no início do século XIV que se estabeleceu uma linha direta de navegação da Itália à Inglaterra e aos Países Baixos, pelo estreito de Gibraltar. Entretanto, os navegadores não conseguiram enfrentar a navegação de alto mar antes do século XV.

O capitalismo invadiu o setor da navegação comercial: a construção e manutenção dos navios e o financiamento dos equipamentos eram muito onerosos para estarem ao alcance das possibilidades de um capitão. De empreiteiro este tornou-se um assalariado, por causa dos caros aparelhamentos navais.

III

A AGRICULTURA

1 — AS ESTRUTURAS DOMINIAIS (SÉCULOS V-X)

Durante a Alta Idade Média, a produção agropastoril tornou-se a atividade econômica essencial. A produção, a distribuição e as trocas tiveram por quadro principal o domínio rural. A terra foi então a única fonte de riqueza e de poder; a sociedade era composta de rurais cuja existência se desenrolava no ritmo da vida dos campos. Entretanto, teve a vida econômica por centro exclusivo o grande domínio rural, como fazem entender as expressões tradicionais, *economia dominial* ou *economia manorial*¹ por alusão à residência do senhor das terras circundantes? Está-se atualmente menos seguro sobre isso do que há algum tempo atrás.

1.1. O regime de propriedade

Os grandes domínios, que pertenciam ao rei, aos grandes, às igrejas ou às abadias são aqueles que conhecemos melhor, pois os escritos que lhes eram relativos foram melhor conservados; mas, ainda que largamente difundido (em superfície mais que em número?), o grande domínio não deixou de coexistir com médias e pequenas propriedades, das quais pode-se inferir o número elevado pelas alusões dos documentos. Em que proporções e seguindo que modalidades regionais se repartiam grande, média e pequena propriedades? Questões às quais é quase impossível responder, mas que convém propor, apenas

¹ Manorial, relativa a *manoir*, solar, propriedade senhorial. (N. do T.)

para atenuar os excessos de uma concepção dominial consagrada exclusivamente ao estudo dos grandes domínios.

A) A grande propriedade correspondia à *villa* do Baixo Império, conjunto fundiário de vastas dimensões (várias dezenas ou centenas de hectares, até, às vezes, vários milhares), ordenado ao mesmo tempo para residência do proprietário e para exploração agrícola. As *villae* se estendiam pelo jogo dos "patronatos de aldeias" (*patrocinia vicorum*) e as tomadas de terras livres em "precário" (*precaria*): o grande proprietário fundiário incluiu assim no seu domínio pequenas e médias propriedades. A instalação dos germanos, seguindo as modalidades da *hospitalitas*, deve ter ocasionado um fracionamento dos domínios imperiais e dos domínios dos particulares, mas um movimento de reconstituição de grandes propriedades fundiárias apareceu muito cedo e prosseguiu durante os séculos seguintes. As grandes fortunas fundiárias estavam dispersas em lugares às vezes muito afastados: reis, grandes, igrejas e abadias concentravam em sua pessoa, física ou moral, dezenas de domínios espalhados em uma ou várias regiões. Do ponto de vista da exploração, unidades muito grandes de um único rendeiro puderam sobreviver bastante tempo, enquanto que em outras partes grandes domínios tomavam a forma de um conjunto de peças descontínuas: sucessões, compras, doações dos grandes a seus fiéis, cessões mais ou menos impostas pelos grandes aos humildes fizeram variar em dimensão grandes propriedades que se imaginaria, erradamente, serem imutáveis sempre e em toda parte.

As fontes de que dispomos nos informam sobretudo sobre a administração das grandes fortunas fundiárias. Segundo a célebre capitular de *villis* de Carlos Magno, cada *villa* real era dirigida por um *maire* (*major* ou *villicus*); as *villae* de uma mesma região eram reagrupadas em circunscrições chamadas "fisco" (*fisci*); cada fisco era dirigido por um *judex*, que era instituído pelo senescal do Palácio: o *judex* dirigia a exploração econômica dos *maires* e exercia a autoridade pública (justiça e defesa) no território das *villae* reais de seu fisco (imunidade do domínio real, que era subtraído à administração dos condes). Parece que as igrejas e as abadias tinham igualmente adotado uma administração deste tipo, em três graus (local, regional e central).

O estatuto jurídico da grande propriedade foi afetado pela partição e pela multiplicação dos "benefícios" no século VIII. Carlos Martel desejava recrutar um exército de cavaleiros para lutar contra os árabes; não dispondo nem de dinheiro para lhes pagar um soldo (esgotamento das reservas monetárias, desaparecimento do imposto direto) nem de fortuna fundiária suficiente (esgotamento do fisco real), ele confiscou domínios eclesiásticos para os atribuir a seus cavaleiros; as rendas destes domínios substituiriam o soldo. Diante dos protestos da Igreja, a propriedade dos bens secularizados foi-lhe reconhecida, mas sob condição de manter o usufruto dela aos "beneficiados" militares. Depois a instituição se generalizou, tornando-se o modo comum de remuneração das funções tanto civis quanto religiosas. A concessão em "mercê" (*beneficium*, daí benefício) anunciava de um lado a divisão do direito de propriedade entre o proprietário cedente e o beneficiado concessionário, e de outro lado o fracionamento econômico das antigas *villae*.

B) A média e a pequena propriedade são atestadas no Baixo Império pela existência de numerosas aldeias de camponeses livres (*vici*), que se conta por centenas na Gália e que se opunham aos grandes domínios (*villae*). Estes camponeses livres do *vici* eram proprietários de suas terras. O movimento de extensão das *villae* pelo "patronato das aldeias" não tinha certamente feito desaparecer todos os *vici* quando das invasões bárbaras; ora, os germanos às vezes se instalaram em grupos homogêneos, os *faras* (daí o topônimo La Fère), no meio das populações galo-romanas, dando assim nascimento a outras aldeias de homens livres proprietários de suas terras.

O estatuto jurídico da pequena propriedade foi igualmente afetado pela multiplicação das concessões em precário, que derivavam das práticas da sociedade romana: para obter a proteção de uma igreja ou de uma abadia, um camponês livre abandonava-lhe seu direito de propriedade sobre a terra; em contrapartida, ele recebia, além da proteção solicitada, o usufruto da terra que acabava de ceder mais o usufruto de uma terra tirada pela igreja ou pela abadia de seu próprio domínio; portanto, o precarista exercia sobre o conjunto um direito de usufruto que lhe dava de fato as vantagens práticas da propriedade. Portanto também aí apareceu uma divisão do direito de propriedade entre o proprietário cedente e o precarista concessionário e um desmembramento econômico das antigas *villae*.

De fato, as terras atribuídas a mais pelo proprietário ao precarista eram geralmente aquelas cuja gestão era difícil porque estavam muito distantes do centro da *villa* mais próxima.

1.2. O regime da exploração

A) A falsa tipicidade do regime dominial carolíngio foi indicada pelos trabalhos históricos dos últimos trinta anos. Bem longe de ter sido o regime comum de exploração no decorrer destes cinco séculos, o regime dominial apresentado pelos autores do início do século XX não corresponderia enfim senão a uma fase temporal e geograficamente limitada da evolução das estruturas agrárias da Europa dos séculos V-X. De fato, estas teriam se transformado da seguinte maneira, esquematicamente: a partir do Baixo Império o regime latifundiário foi frequentemente substituído pelo regime dominial, em razão do esgotamento das fontes de escravidão. No regime latifundiário, a terra é explorada de forma direta por uma mão-de-obra servil numerosa: a grande propriedade, do ponto de vista jurídico, se combina aí com a grande exploração, do ponto de vista econômico. Ao contrário, no regime dominial a terra é repartida em duas zonas: uma (a reserva do senhor) é explorada de forma direta por escravos pouco numerosos e pelos rendeiros, mais adiante denominados contribuintes de corveias; a outra (fracionada em tenências) é concedida a rendeiros que exploram cada um sua tenência por conta própria, sob condição das corveias já citadas e de rendas ao proprietário. O regime dominial combina portanto a grande propriedade, do ponto de vista jurídico, com uma grande exploração servida por pequenas explorações satélites, do ponto de vista econômico. Porém, foi somente na região da "Frância", entre o Loire e o Reno, e entre cerca de 700 e 900, que este regime dominial atingiu sua maturidade e sua maior expansão. Portanto, se se continua a falar em economia dominial rural para designar o sistema econômico dos séculos V-X, deve-se ter a cautela de não compará-lo estreitamente ao regime dominial carolíngio, que os historiadores chamam atualmente "regime dominial clássico" e cujas linhas gerais estão aqui.

A exploração dominial repousa sobre a distinção da reserva e das tenências e sobre o elo que as une. Primeira questão: como se definiam a reserva e as tenências? A reserva (o termo é

moderno) era geralmente denominada na época carolíngia *terra indominita*, terra do proprietário (*dominus*). Ela comportava no centro um conjunto de construções: edifícios de habitações para o senhor e sua família (este termo englobando a domesticidade servil); edifícios de exploração, tanto para a estocagem dos produtos agrícolas e o alojamento do gado quanto para a fabricação das ferramentas e dos produtos manufaturados; próxima dos edifícios, uma cerca delimitava a horta e o pomar. A reserva se estendia depois sobre as terras cultiváveis, fosse em múltiplos pedaços dispersos, fosse ao contrário em algumas grandes parcelas de várias dezenas de hectares de um só reideiro (os "coutures", de *cultura*, ou os "condamines", de *dominus*). A isto se acrescentavam também prados e vinhas. Enfim fazia ainda parte da reserva: de um lado, edifícios de exploração tais como moinhos, lagares (óleo e vinho) ou cervejarias, eventualmente forjas (estes edifícios eram geridos diretamente pelo senhor ou concedidos a reideiros), e, de outro lado, os bosques e as terras incultas (charnecas, pântanos...), que serviam de pasto ao gado. Tomada em consideração a extensão comumente vasta da *villa*, a reserva podia ser uma exploração de várias dezenas ou centenas de hectares, que exigia uma abundante mão-de-obra. Os servos não acasados² eram raros então; a mão-de-obra assalariada de trabalhadores agrícolas também era rara, e o desaparecimento do numerário teria de qualquer maneira tornado difícil o pagamento de salários; restavam portanto os reideiros, o que explica o *elo característico do regime dominial entre a reserva* (grande exploração sem mão-de-obra assalariada) e as *tenências* (pequenas explorações satélites, concedidas em troca da mão-de-obra fornecida na reserva). Nesta última, o amo (ou senhor, como logo se diria), representado por seu intendente (*villicus*), procedia como chefe de empresa agrícola diretamente interessado no processo de produção: a mão-de-obra que ele utilizava e que era mantida numa dependência servil era remunerada pela concessão de tenências. O conjunto das tenências do domínio se chama nos polípticos *terra mansionaria*, e é o termo *mansus* que desde o século VII serve para designar a tenência de um explorador; daí o neologismo "manso", criado no século XIX

2 Os servos acasados (*servi casati* em latim, *serfs casés* em francês) eram aqueles que haviam recebido um pedaço de terra e uma choupana (*casa*). Não se deve confundir os com os vassallos acasados (*vassalli casati*) que recebiam um benefício (*casa*) e por isso tinham prestígio e riqueza superiores às dos vassallos mantidos pelo rei em seu palácio (os *pauperiores vassi*, vassallos pobres). (N. do T.)

por B. Guérard. O vocábulo latino, que faz alusão à habitação (do verbo *manere*), tem por correspondentes nas línguas germânicas derivados de *haben*, o que faz alusão à posse (hoba na Germânia, *hida* na Inglaterra). Esta correspondência e a difusão da instituição através de toda a Europa Ocidental não aclaram o problema das origens (unidade fiscal do Baixo Império Romano? unidade de exploração germânica?). De qualquer forma, todos estão de acordo em assinalar para a instituição uma origem muito antiga, anterior à época carolíngia. O manso se define duplamente como uma *unidade de prestação fiscal* (era o conjunto das terras cuja concessão a um explorador acarretava, em contrapartida, um certo número de prestações em proveito da reserva do senhor) e como uma *unidade de exploração familiar* (era o conjunto das terras que uma família de exploradores podia cultivar com seu trabalho e do qual podia tirar sua subsistência). Segundo a natureza dos solos, o manso era portanto de superfície variável, o que torna inúteis os cálculos que B. Guérard tentou fazer: o manso podia cobrir apenas alguns hectares, ou algumas dezenas de hectares. Compreendia a choupana de habitação com um jardim, e certo número de parcelas repartidas no terreno; além disso, é ao manso que estavam ligados os mais importantes direitos comunitários de uso que se exerciam, fosse nos bosques e terras vagas da reserva senhorial (madeira de construção e lenha, colheita de frutas e de mel, pastagem dos animais), fosse sobre as terras aráveis (direito de pastagem, que aparece nesta época, mas que não se generalizará senão após o ano mil). Entretanto, desde o século IX o manso já começou a não mais corresponder à unidade de exploração familiar que era antes: em numerosos locais várias famílias viviam no mesmo manso (tratava-se de descendentes de um antigo reideiro, mantidos indivisos? ou de famílias pobres colocando em comum seus meios para dividir os encargos da tenência?...). O fracionamento em meio-mansos e quartos de mansos ("quartos") anuncia a pulverização da terra concedida, após o ano mil, e o fim do regime dominial. Segunda questão: *quais eram as relações entre as tenências e a reserva?* Os mansos tinham um estatuto real, que deve ter sido na origem estabelecido por referência ao estatuto pessoal dos primeiros reideiros, mas este estatuto real tornou-se imutável e portanto sem relação concordante com o estatuto pessoal do reideiro. Havia "mansos ingenuiles" (= mansos de homens livres), "mansos lidiles" (= mansos de libertos germanos) e

"mansos serviles"* (= mansos de escravos), mas um "manso servil" podia muito bem ser mantido por uma família livre. Os critérios de distinção das diferentes variedades de mansos não são tanto físicos (ainda que nos domínios da abadia de Saint-Germain-des-Prés, segundo o Político de Irminon, B. Guérard tenha calculado que em média os mansos servis mediam 7 hectares e 43 ares e os mansos *ingenuiles* 10 hectares e 59 ares) quanto jurídicos e econômicos: os encargos dos mansos servis eram mais pesados que os dos mansos *ingenuiles*. As rendas dos mansos eram devidas principalmente em espécie. Quanto aos serviços, eles eram prestados manualmente (os *manoperae*, relativos aos diversos trabalhos dos campos) ou com a parrelha de animais do rendeiro (os *carroperae*, que compreendiam trabalhos agrícolas propriamente ditos, tais como por exemplo a *corvada*, ou serviço de lavragem, e serviços de carro de produtos tanto no interior quanto no exterior do domínio). Os rendeiros dos mansos servis deviam três dias de trabalho gratuito por semana na reserva, enquanto que os dos mansos *ingenuiles* não deviam senão um certo número de dias nos períodos de grandes trabalhos agrícolas, a que se acrescentavam serviços de carro. A carga destes serviços era estabelecida de duas maneiras diferentes: ou um lote de terra da reserva era associado com um manso e o rendeiro do manso devia assegurar a exploração completa do lote da reserva a ele afeto (sistema do "lote-corveia"), ou as jornadas de trabalho devidas pelos rendeiros eram empregadas na reserva em função das necessidades do calendário agrícola. Nos dois casos o rendeiro devia consagrar à reserva seu trabalho (força empregada, tempo despendido) e seu capital (gasto do material), fatores de produção dos quais o manso era afinal privado. *Terceira questão: como evoluiu o regime?* Duas transformações marcaram o regime domínial: o fracionamento dos mansos, que tornava mais difícil a prestação de serviços muito diluídos, e a conversão dos encargos em rendas pecuniárias, que arriscava privar a reserva de sua mão-de-obra. Resta um terceiro fenômeno: desde o século X vêm-se senhores renunciar à exploração direta de uma parte da reserva para concedê-la em lotes aos rendeiros, ou ainda dispor por doação pedaços de terra tomados da reserva, sem que a estes estejam ligados alguns mansos. Como explicar a dissociação da reserva e dos mansos

* Respectivamente do latim *ingenuus*, (nascido livre), *latus* (compônens germânico de categoria superior) e *servilis* (escravo). (N. do T.)

e em consequência a deslocação do regime domínial? É preciso aí ver, com Ch.-Ed. Perrin, uma consequência da decadência geral do comércio e do desaparecimento dos escravos no fim da época carolíngia? O senhor, não tendo mais rebanhos de escravos e não podendo mais vender seus produtos, teria renunciado à exploração direta da reserva, para adotar a exploração indireta (concessões de tenências). Deste ponto de vista, a *villa* carolíngia teria sido vítima da depressão econômica do século X. Ao contrário, é preciso ver nisso, com R. Doehaerd, uma consequência da retomada demográfica que se manifestou naquele momento? O senhor, pressionado pela demanda de rendeiros mais numerosos e mais livres, teria tido a possibilidade de tirar mais de sua terra concedendo-a que explorando-a. Deste ponto de vista oposto, a *villa* carolíngia teria sido vítima do crescimento econômico que se manifestaria no século X. E, assim, chegou-se ao problema insolúvel da interpretação da tendência econômica do século X. Contrariamente às afirmações de M. Bloch, colocou-se em dúvida o desaparecimento precoce, desde o início da época carolíngia, dos bandos de escravos não acusados, o que enfraquece a tese de Ch.-Ed. Perrin: estes escravos ainda teriam sido numerosos no século XI (Verriest, Ménager).

B) A diversidade mal conhecida dos outros regimes agrários falsamente privilegiou o regime domínial. Mesmo na Gália, este último não se encontra em toda parte e há muito tempo. No oeste armoricano, ao sul do Loire e do Mâconnais não aparece habitualmente este elo entre a reserva e as tenências que caracteriza o regime domínial: a reserva era explorada por escravos e os rendeiros eram devedores de rendas, mas não de serviços. Regime análogo na Itália lombarda. Da mesma forma na Germânia, entre o Reno e o Elba, os francos difundiram muito o regime domínial, mas este tomou também aqui um aspecto original, em razão das particularidades locais: a reserva, geralmente reduzida, ainda era explorada por bandos de escravos, o que dispensava de exigir-se dos rendeiros serviços importantes para seu cultivo. Se se excetua as Ilhas Britânicas, da qual não se sabe quase nada, fica claro, enfim, que o elemento característico do regime domínial (exploração da reserva pela mão-de-obra dos rendeiros) estava em quase toda parte ausente ou atenuado.

2 — AS ESTRUTURAS SENHORIAIS (SÉCULOS XI-XV)

Mais cedo ou menos cedo, conforme as regiões, a economia dominial desapareceu por volta do ano 1000, para se transformar em economia senhorial. O termo ambíguo de *senhorio* pode ser tomado em várias acepções, que interessam diretamente às estruturas econômicas. De um lado, o senhorio dito *fundiário* era o grande conjunto que pertencia ao senhor: ele derivava freqüentemente da *villa* carolíngia, mesmo se em alguns casos procedia de um desmembramento desta. De outro lado, o senhorio dito *territorial* (ou *justiceiro*, ou *banal* ⁴) assim como o senhorio dito *doméstico* correspondem a um poder exercido pelo senhor sobre seus homens. O senhorio tem portanto um duplo aspecto, real e pessoal.

2.1. O senhorio fundiário

O senhor, dono da terra, conserva uma parte desta para assegurar a subsistência de sua casa: é a "reserva", ou ainda o "domínio" do senhor, ao qual convém acrescentar as águas e as terras incultas que ele guarda diretamente sob seu poder. Quanto ao resto, ele concedeu aos camponeses explorações familiares, que estes portanto *têm* do senhor, daí o nome genérico de "tenências" que se lhes dá. A produção agrícola é assim o fruto da exploração do "domínio" senhorial e das "tenências" camponesas, às quais se acrescentam os produtos tirados das "terras comunais".

A) O "domínio" ou reserva senhorial compreendia inicialmente o castelo ou solar, rodeado por um jardim (culturas hortaliças) e muitas vezes por uma vinha, tudo cercado de muros; em seguida, pedaços de terra arável dispersos no território do senhorio; enfim, as terras de uso comum (os bosques, as águas, os pastos). Os direitos coletivos exercidos pelos camponeses sobre as terras comuns (retirada de lenha e de madeira de construção, colheita de frutos e produtos, pastagem do gado) suscitaram conflitos cada vez mais ásperez no século

⁴ *Ban* é uma palavra do antigo alemão que significa "proclamação", "jurisdicção". Dela derivam as palavras francesas *banlieue* (arredor, subúrbio) e *forban* (corsário, pessoa que não respeita nenhuma espécie de direitos), *bannem* em alemão moderno (banir, exilar) e *banzir* em português. Na Idade Média, o direito de *ban* era o conjunto de poderes do senhor no interior de seu senhorio; neste sentido é que se fala em senhorio banal, aquele no qual havia um forno, moinho ou lugar banal, isto é, cujo uso pelos camponeses devia ser pago ao senhor, daí estes encargos chamarem-se banalidades. (N. do T.)

XIII, tanto em razão dos arroteamentos que os senhores autorizaram ou organizaram e que diminuía tanto o exercício dos usufrutos, quanto em razão do impulso demográfico que multiplicava o número de usufrutuários. Depois, a depressão e o despovoamento dos séculos XIV-XV acalmaram a tensão dos conflitos.

São as terras aráveis do domínio que apresentam os problemas mais difíceis. Eles se resumem em três questões conexas: no que concerne à *extensão*, teria o domínio sido desmembrado, diminuindo em superfície entre o século XI e o XV? No que concerne à *mão-de-obra* empregada para sua exploração, qual foi a parte do trabalho compulsório gratuito permanente (servidão doméstica), a parte do trabalho compulsório gratuito intermitente (corvéias dos rendeiros) e a parte do trabalho contratual remunerado (salarizado)? Enfim, no que concerne ao *modo de exploração*, o senhor explorou diretamente seu domínio, com ou sem ajuda de intendentes, ou ao contrário o arrendou?

Mesmo se a reserva às vezes diminuiu em *superfície* (mas será que os progressos da agricultura não permitiam obter o abastecimento necessário à corte senhorial com uma superfície menor?...), ela em geral conservou sua vitalidade até o fim da Idade Média: todas as casas senhoriais permaneceram centros de trabalho agrícola.

A *mão-de-obra* empregada na exploração do domínio compreendia em primeiro lugar um *pessoal doméstico servil*, que perpetuava nos séculos XI-XII os métodos da época carolíngia: é a estes servos domésticos que incumbiam as tarefas principais, em particular as lavradas; alojados e alimentados na casa do senhor, eles formavam um grupo compacto de domésticos estreitamente submissos à autoridade do ano. Seu número diminuiu a partir do século XI, com a multiplicação das seguintes variedades de pessoal: alguns servos domésticos obtiveram uma cabana e um pequeno pedaço de terra cercado; recebiam uma alimentação que consumiam entre eles, primeira manifestação da dispersão da célula doméstica manorial. Outros tinham recebido mais um campo (servos acasados); este campo era muito exíguo para os fazer viver, mas lhes assegurava uma parte de sua subsistência e para o resto recebiam um salário em dinheiro ou em espécie (caso dos "vaqueiros" ingleses ou de Mâcon).

No máximo, alguns não deviam mesmo ao senhor senão um ou dois dias de trabalho gratuito por semana e recebiam um salário se eram ocupados outros dias; tinham aliás a possibilidade de ir se engajar então com outros senhores (caso dos "caseiros" ingleses), o que os transformava insensivelmente em jornalheiros agrícolas. Vinha depois, em segundo lugar, um *peçoal de rendeiros sujeitos a corvéias*. Onde existira, o elo entre o domínio carolíngio e as tenências (sistema de lotes-corvéias) se distendeu, e o trabalho forçado dos rendeiros foi às vezes reduzido até desaparecer: as corvéias não constituíam mais que um reforço de mão-de-obra para as tarefas sazonais, em particular no tempo da lavragem, depois no da colheita. G. Duby distinguiu quatro zonas diferentes na Europa: nas *regiões meridionais*, as corvéias já eram leves no século XII e sua conversão foi precoce; nas *regiões setentrionais*, elas eram mais pesadas mas foram aí igualmente convertidas no decorrer do século XII; na *Inglaterra* elas sobreviveram até o século XIII (cerca de 1260-1270) nos grandes domínios eclesiásticos, mas em outros locais a vitalidade da exploração dominial subsistiu, apoiando-se na mão-de-obra assalariada e não na mão-de-obra servil; enfim, na *Alemanha Oriental*, por uma evolução inversa, a servidão se difundiu no século XIV (os camponeses submetidos foram constrangidos a prestar pesados serviços em trabalho compulsório gratuito nas reservas desmesuradamente ampliadas dos pequenos fidalgos cerealecultores). Quanto à *mão-de-obra assalariada*, ela ocupava o terceiro lugar, mas não o mais insignificante. A medida que os trabalhadores das outras duas categorias precedentes diminuía, eram substituídos por operários assalariados. O desenvolvimento do comércio de cereais incitou os senhores e seus intendentes ou seus arrendatários a produzir mais; eles engajaram, portanto, trabalhadores cada vez mais numerosos, assalariados em dinheiro. Se o abandono das corvéias tinha desligado alguns camponeses do domínio, este laço foi restabelecido sob a forma diferente e mais flexível do salariado, permanente ou temporário. Entretanto, esta mão-de-obra apresentava o inconveniente de ser cara, sobretudo no verão, no momento das altas sazonais da colheita, depois no das lavragens. Na Inglaterra, os senhores, salvo os grandes senhores eclesiásticos, recorreram largamente ao trabalho assalariado desde o fim do século XII. Circunstâncias particulares favoreceram lá esta transformação: a existência de uma monarquia

poderosa (que, frando a extensão do fisco senhorial, não deixou aos senhores a possibilidade de se transformarem em *rentiers*,⁵ e assim os incitou indiretamente a conservar seu papel de produtores agrícolas), a existência de um mercado favorável (vendas de lã no exterior, vendas de grão no interior) e enfim a existência de uma mão-de-obra abundante e pouco custosa (em razão de uma forte pressão demográfica). Entretanto, na Inglaterra como no continente, a depressão demográfica do século XIV tornou a mão-de-obra agrícola cada vez mais cara: enfim, a massa dos salários distribuídos, assim como os gastos de aquisição e de conservação do material e do gado, tornaram então a grande exploração cerealífera cada vez menos rentável. Os prados (criação) e o terreno cercado (viticultura) constituíam no domínio elementos de melhor rendimento: *cerealífera por tradição, a exploração dominial permanecia pastoral por interesse e vinícola por ostentação*.

Quanto ao *modo de exploração do domínio*, os senhores eram na origem exploradores diretos e a maior parte deles permaneceu como tal muito tempo. Por volta de 1300, em toda Europa, as reservas dominiais mais numerosas, as das famílias de média nobreza, das pequenas comunidades religiosas ou de alguns raros burgueses enriquecidos que se tinham estabelecido no campo, formavam um sólido conjunto, constituído de vastas lavragens e de grandes prados de ceifa, e bem equipado de pessoal permanente e de gado. Na França esta reserva era freqüentemente chamada *granja*. O senhor dirigia o cultivo de seu domínio, ou de seus domínios, se tinha vários senhorios. Ele o fazia quase sempre com a ajuda de intendentes, ou administradores, que o representavam em sua ausência e que lhe prestavam contas precisas de sua gestão. Este ministerial, herdeiro do *villicus* carolíngio, era denominado preboste ou *maître* na França nos séculos XI e XII: ele era um doméstico encarregado de gerir, sob a supervisão do senhor, a exploração do senhorio fundiário e do senhorio banal. Estava autorizado pelo senhor a conservar uma parte das rendas recebidas, fosse para sua própria remuneração, fosse para cobrir certas despesas, mas o excesso ele devia remeter integralmente ao senhor. O rendimento dominial do senhor variava portanto de um ano para outro, em função das variações da produção. O sistema de

⁵ Pessoas que vivem do rendimento de um capital, sem trabalhar. (N. do T.)

exploração direta, ou ainda de administração, foi substituído em alguns domínios senhoriais pela exploração indireta, com a difusão do arrendamento e da meação.

A adoção da arrendagem, ou arrendamento, não constituiu uma subversão brutal nem radical das estruturas da sociedade senhorial; ou antes, se a longo prazo ela afastou os senhores da gestão direta de suas terras e os transformou em "rentiers do solo" (M. Bloch), representou uma evolução lenta e imperceptível para seus protagonistas. O apego dos senhores a seus domínios sempre permaneceu vivo na Idade Média, e a passagem da administração à arrendagem não lhes pareceu certamente manifestar qualquer desafeição por suas terras. Com o arrendamento, o arrendatário não tinha mais que prestar contas de sua gestão com precisão: devia o preço convencional do aluguel. Quanto ao senhor, podia doravante contar com um rendimento fixo.

Em relação ao arrendamento, a meação apresentava para o senhor uma vantagem em caso de alta da produção ou dos preços, um risco no caso inverso, e inconvenientes (vigilância estreita do meeiro para evitar as fraudes, comercialização do excesso). O senhor fornecia a terra, o material, o gado, as sementes, até dinheiro, e o alugador trazia seu trabalho. A parte do senhor na colheita era variável: ordinariamente a metade ou um terço, podia ainda atingir dois terços, ou, ao contrário, ser reduzida a pouca coisa nas terras pobres. Parece que na Provença Oriental (P. Malausséna) ou no Toulousain (G. Sicard) a meação foi largamente utilizada pelos cidadãos, nobres ou burgueses, para consolidar seu empreendimento sócio-econômico nos campos circunvizinhos. Conhecida na Provença desde o início do século XIII, ela se difundiu por toda parte na França Meridional e na Itália, nos séculos XIII-XIV: em 1316, três quartos dos arrendamentos concluídos no campo sienense eram associações em *mezzadria* (meação).

B) As tenências dos camponeses formaram-se por desmembramento dos mansos carolíngios. O fenômeno, geral na Europa, não apresentou unidade cronológica: da Normandia, onde o manso desapareceu prematuramente no século X, à Inglaterra, onde a *hida* se manteve até o século XIII, esta transformação fundamental data de épocas diversas, quase sempre os séculos XI-XII. Fundamental, porque quebrando a unidade

do manso ela destruía a unidade de recebimento sobre a qual repousava o sistema dos lotes-corréias: deixando o manso se dividir em parcelas, tornava-se impossível a divisão das prestações de corvéias. A fragmentação do manso implicava portanto no declínio das corvéias e no desaparecimento do regime dominial carolíngio. O parcelamento dos mansos, que resultou tanto da pressão demográfica quanto do melhoramento da produção agrícola, começou por um fracionamento pela metade e pela quarta parte; depois, estas unidades de exploração, por seu turno, quebraram-se numa multidão de parcelas: a exploração familiar estava doravante composta por um número mais ou menos grande de parcelas dispersas no conjunto da terra. Por volta de 1300, as dimensões médias destas explorações variadas parecem por toda parte muito reduzidas: "Em Namurois, na Frandres, na Inglaterra, a maioria das famílias camponesas cultivava entre dois ou três hectares de campo, não mais" (G. Duby). Esta exigüidade implicava na busca de recursos complementares na criação, no artesanato ou no salariado.

Deixemos de lado o problema jurídico da qualificação dos direitos respectivos do senhor e do rendeiro. A teoria do "duplo domínio", elaborada pelos juristas do século XIII, superpôs duas "propriedades" (em latim, *dominium*, domínio, significa propriedade) sobre a terra, uma em proveito do senhor (o *domínio eminente*), outra em proveito do rendeiro (o *domínio útil*). O senhor e o camponês têm, portanto, sobre a terra mantida pelo camponês, um certo direito de propriedade que se define por um conteúdo diferente. O domínio eminente do senhor impunha ao rendeiro encargos mais ou menos pesados, de natureza econômica (rendas e algumas prestações de serviços), sancionados pela justiça fundiária do senhor (confisco, embargo ou multa, em caso de não execução dos encargos pelo rendeiro). De conformidade com os costumes do tempo, segundo os quais a hereditariedade atingia todos os degraus da hierarquia social, do rei ao castelão e do castelão ao camponês, a tenência tornou-se perpétua e hereditária; a inalienabilidade se introduziu com mais dificuldades, mas também se impôs. Ao fim da evolução, por volta de 1300, o rendeiro camponês dispunha livremente de sua "propriedade", sob condição de pagar as rendas e taxas de transmissão devidas ao senhor fundiário.

As *rendas fundiárias* eram tanto fixas quanto proporcionais ao produto da exploração. As *rendas fixas*, em dinheiro

ou em espécie, eram de um montante pouco elevado (alguns dinheiros, às vezes alguns soldos; produtos alimentícios, animais ou vegetais); elas levaram nomes diversos segundo as regiões e, como era o termo "censo" o mais difundido, chamou-se a tenência *censive*. Parece que mesmo na origem o censo tenha sido mais uma renda reconhecedora do direito eminente do senhor sobre a terra do que um verdadeiro aluguel. As rendas em espécie prevaleceram nos séculos XI-XII, mas a aceleração da circulação monetária, principalmente após 1150, incitou os senhores a estender nas percepções a parte do numerário. Todavia, a despeito das comutações de serviços em dinheiro, a proporção dos rendimentos médios permaneceu fraca até o fim do século XIII. Depois, no século seguinte, desejosos de aumentar seus rendimentos médios, os senhores aceitaram freqüentemente a conversão em dinheiro das rendas em espécie e em serviços: antes que trabalho e gêneros agrícolas, os senhores procuraram então numerário. Porém, o benefício da operação revelou-se logo ilusório, pois, num longo período de alta dos preços, o valor real dos censos em dinheiro baixou constantemente. No fim do século XIII, os senhores do Namurois recebiam ordinariamente dois dinheiros por *bonnier*⁶ sobre as parcelas que eles teriam podido arrendar trinta vezes mais caro, "o que significa que eles tinham praticamente perdido a propriedade" (G. Duby); quando o jurista Jacques de Abbeiges no seu *Grand Coutumier de France* (cerca de 1389) fala de "propriedade", sem precisar bem, é mais ao rendeiro que faz alusão e não ao senhor, o que coloca o vocabulário jurídico de acordo com a realidade econômica. A parte das rendas fixas nos rendimentos senhoriais, no século XIV, acabou por se restringir a ponto de perder toda significação econômica; assim, por volta de 1300, esta parte não era mais que 1% das receitas anuais do riquíssimo mosteiro de Saint-Denis. Quanto às rendas proporcionais à colheita, elas revertiam principalmente sobre os campos (daí os nomes diversos das tenências conforme as regiões: *champart*, de *campi pars*, *terrage*, *agrière*) ou, mais raramente, sobre as vinhas. Enquanto que as *censives* eram antigas, as *champarts* não apareceram senão raramente antes do século XII. Na *champart* o arrendatário equipava e explorava, sozinho, as terras; o senhor se limitava a fazer cobrar anteci-

padamente, no local, por seus agentes (os *champarteurs* ou *terragers*), a porcentagem da colheita que lhe cabia. Esta porcentagem era muito variável conforme as regiões, a natureza dos solos e das culturas: a parte do senhor era sensivelmente menos importante nas terras de trigo (cerca de um feixe em dez) que nas vinhas ou nos prados (cerca de um terço a um sexto). Entretanto, a tenência em *champart* revelou-se logo onerosa para o camponês: alguns anos após o arroteamento e o cultivo, o rendeiro não compreendia mais por que as velhas terras em *censive* pagavam tão pouco, enquanto que as terras novas em *champart* eram pesadamente oneradas; por outro lado, para não ser enganado, o senhor devia exercer uma fiscalização vigilante. Desde o século XIII, as conversões de *champarts* em *censives* se multiplicaram; no século seguinte, os senhores, atingidos pela queda dos preços agrícolas, favoreceram o movimento. No total, parece que, desde o século XIII, o rendimento tirado das terras concedidas aos camponeses já não representava mais que um complemento aos recursos dos senhores. O essencial da renda fundiária, no sentido econômico, provinha da exploração do "domínio senhorial (a granja; os bosques e pastos comunais; fornos, moinhos e lagares; dizimos e oblações).

As *taxas de transmissão* apareceram quando os senhores aceitaram que os camponeses pudessem não somente gozar de seus bens hereditariamente, mas também dispor deles enquanto vivos ou por morte. Desde o século XII, a transmissão hereditária das tenências foi admitida em toda parte pelo costume, fosse contra o pagamento de uma taxa de emposse pelos herdeiros, reduzida a um valor simbólico, fosse até mesmo gratuitamente. A alienabilidade não se impôs na França senão no século XIII, mediante o pagamento de uma taxa de transmissão variável conforme as regiões, mas de um montante proporcional ao preço de venda: um dinheiro em doze (8,33%), um dinheiro em oito (12,5%)... Alguns costumes autorizavam o senhor a recusar a operação e a reclamá-la para si, reembolsando o preço de venda (reivindicação censual), meio eficaz de lutar contra as dissimulações de preço; mas outros costumes (Paris, por exemplo) negavam ao senhor esta faculdade.

Os rendimentos, aos quais é preciso dar aqui um lugar, eram estranhos ao senhorio fundiário, mas se convém mencioná-los é porque sua difusão exprimia bem a liberdade de usu-

⁶ Medida agrícola que equivalia a cerca de 1 hectare e 40. ares, ou seja, 14.000 m². (N. do T.)

fruto que os censitários tinham adquirido sobre sua "propriedade". De fato, no decorrer do século XIII, muitos camponeses encontraram-se em algumas ocasiões pressionados por necessidade de dinheiro, para se estabelecer em terras cada vez mais caras, para melhorar sua exploração, para casar um filho etc. Ao contrário, outros camponeses, que desejavam adquirir pedaços de terra para aumentar sua exploração, quase nunca tinham o capital necessário para comprar a vista; e, aliás, os eventuais cedentes, também camponeses, não estavam tão desejosos de receber uma soma em dinheiro, cujo emprego os teria embaraçado, quanto de receber regularmente uma pensão. Seria preciso, portanto, imaginar uma forma de crédito. Certamente, os interessados podiam dirigir-se aos emprestadores profissionais (lombardos, judeus...) que se espalhavam então nos campos, mas estes praticavam o empréstimo de pequenas somas sobre penhor mobiliário. Seria preciso encontrar outra coisa que permitisse ao imenso capital fundiário existente servir a operações de crédito mais flexíveis que o penhor imobiliário, com ou sem deposição (hipoteca). Isto tornou-se possível no dia em que a livre disposição do capital fundiário foi reconhecida aos censitários. E foi assim que uma técnica jurídica nova, o rendimento, aparecida na França no fim do século XII, no momento em que a alienabilidade da *censive* era reconhecida pelo costume, tornou-se, em meados do século XIII, o *instrumento universal do crédito fundiário*, sob suas duas formas de *arrendamento com rendimento fundiário* e de *constituição de rendimento*. No *arrendamento com rendimento fundiário*, havia um rendeiro-arrendador que cedia seu domínio útil a um comprador-arrendatário, por meio do pagamento de um rendimento perpétuo que onerava as terras. O arrendatário-rendeiro devedor adquiria assim uma terra da qual não pagava o preço a vista: o rendimento anual seria pago por ele e, após ele, por todos os censitários sucessivos da terra, perpetuamente. Era, portanto, uma operação de crédito fundiário, pois o pagamento era adiado e fracionado no tempo. O arrendatário-rendeiro devedor se tornava censitário no lugar do arrendador-rendeiro credor e devia portanto pagar, além do rendimento ao arrendador, as rendas fundiárias costumeiras devidas ao senhor. O *arrendamento com rendimento fundiário assemelhava-se a uma venda de terra a crédito* e se traduzia concretamente pelo aumento da massa das rendas perpétuas que a oneravam. Na

constituição de rendimento, havia, ao contrário, um rendeiro que vendia a vista a um detentor de capitais o direito de receber um rendimento anual e perpétuo sobre as terras. Neste caso, o rendeiro devedor recebia uma soma de dinheiro a vista, soma que ele não seria jamais obrigado a reembolsar, mas em contrapartida ele próprio e, após ele, todos os censitários sucessivos da terra deveriam pagar o rendimento anual, perpetuamente. O rendeiro credor, desejoso eventualmente de recobrar seu capital, não tinha outro recurso senão o de revender o rendimento a um terceiro. A *constituição de rendimento era portanto um empréstimo com rendimento vitalício*, garantido por imóvel, e a operação, como a precedente, se traduzia também pelo aumento da massa de encargos perpétuos que pesavam sobre as terras. Nos dois casos, a técnica do rendimento apresentava a vantagem de poder fracionar a parte de capital empenhada na operação de crédito: quanto mais a terra era onerada por rendimentos sucessivos, mais seu valor diminuía; podia-se mesmo atingir o limite de uma sobrecarga, além da qual a exploração não deixava mais lucro após o pagamento antecipado das rendas fundiárias senhoriais, por um lado, e dos rendimentos, por outro. A terra tinha então esgotado todas suas faculdades de crédito e não valia mais nada nas mãos de seu censitário; este podia, nesta situação, abandonar o bem ao rendeiro credor (renúncia). A taxa dos rendimentos era variável, quase sempre entre 5% e 8,33%. Para acalmar o medo dos senhores, que viam nos rendeiros credores eventuais concorrentes, à medida que a criação dos rendimentos podia passar por uma espécie de sub-renda, foi decidido que os rendimentos não tinham nenhum caráter feudal. O apaziguamento veio talvez mais facilmente, já que foram freqüentemente os próprios senhores que se tornaram compradores de rendimentos constituídos, mais que os clérigos e os burgueses das cidades vizinhas. Na região parisiense, entre 1230 e 1270, os camponeses que queriam comprar a liberdade pessoal ou obter o abono das talhas, banalidades e dízimos tinham necessidade de grandes somas de dinheiro para pagar aos senhores estas isenções. Porém, foram freqüentemente os senhores que emprestaram ficticiamente os fundos, comprando rendimentos aos camponeses: o senhor concedia as isenções contra um preço em dinheiro, mas os camponeses não pagavam a vista esta quantia; eles constituíam rendimentos sobre suas terras, rendimentos cujo conjunto capitalizado era

igual ao preço fixado. A organização do crédito fundiário no século XIII, pela técnica dos rendimentos (no sentido jurídico), contribuiu, portanto, para o reforço do rendimento senhorial (no sentido econômico), pois os rendimentos constituídos adquiridos pelos senhores, onerando perpetuamente as terras, tornaram-se simplesmente uma espécie de *reforço do censo*.

2.2. O senhorio doméstico e o senhorio banal

Não somente o senhor é *proprietário de seu senhorio fundiário* (proprietário de sua reserva e dos bens comunais, proprietário eminente das tenências), mas tem ainda o exercício do *poder público* no seu *senhorio territorial* (que os autores modernos chamam *senhorio banal*, pois o *ban* era o poder geral de comandar, obrigar e punir) e mantém enfim todo um grupo de homens nos laços de *dependência pessoal* (a propósito dos quais os autores modernos falam de *senhorio doméstico*). Na pessoa do senhor confundiam-se portanto o *proprietário fundiário*, o *titular do poder público* e o *senhor de homens*. O que complica grandemente as situações concretas é que os três senhorios, o fundiário, o banal e o doméstico não tinham sempre nem forçosamente os mesmos limites territoriais. Além do mais, a evolução histórica destes três senhorios não foi a mesma em toda parte.

No continente, e mais claramente na França do que em outro lugar, pelo exercício do *ban* territorial e pelos laços de dependência pessoal, a autoridade senhorial sobre os camponeses aumentou nos séculos XI-XII: assim, as retiradas feitas sobre a receita dos camponeses aumentou sensivelmente as receitas senhoriais e, em consequência, a importância do senhorio fundiário relativamente diminuiu na gestão das fortunas senhoriais. A título de dependência pessoal (*senhorio doméstico*), o senhor exigia de seus camponeses que eles lhe fornecessem o pessoal doméstico necessário à sua casa: mas, desde o século XI, a domesticidade manorial diminui e a sujeição pessoal não se exprime mais pelas rendas (a *chevage* ou censo anual, a *formariage* e a *mão-morta*⁷). A título do *ban* territorial (*senhorio*

banal), um fisco cada vez mais pesado se estabeleceu: no caso mais bem conhecido, o da França, o fisco banal, derivado da imunidade carolíngia usurpada pelos castelões em torno do ano mil, foi colocado em ação durante a primeira metade do século XI, com a apropriação dos lucros de justiça e as taxas para a manutenção dos guerreiros. No fim do século XI, novas "exações" (= exigências) apareceram: os senhores empreendem uma exploração econômica do direito de *ban*, com a supervisão das explorações agrícolas (*calendário das atividades*), o estabelecimento de monopólios (*forno, moinho, lagar, garanhões*), a fiscalização da circulação e das trocas (*pedágios, tonlieux, feiras e mercados, pesos e medidas...*). Enfim, em troca da proteção armada dispensada a todas as pessoas que habitam o senhorio, o senhor exige, quando julga necessário, uma ajuda arbitrária, que toma o nome de *talha* ou *quête*. Porém, o peso deste fisco civil foi agravado ainda pelo do fisco eclesiástico: o dizimo era de fato um imposto pesado levantado em espécie. Em razão do aumento destas exações senhoriais, os camponeses reagiram e o impulso econômico que se exprimiu nos arroteamentos facilitou o sucesso de suas reivindicações: para atrair os arroteadores os senhores tiveram que lhes conceder vantagens, e sobre os velhos terrenos eles foram obrigados a conceder os mesmos favores, sob pena de ver seus camponeses fugirem para as terras novas. Disto resultou o célebre movimento de emancipação econômica e social que tomou a forma de concessões de cartas de franquias. A difusão das franquias teve por primeira consequência o *endividamento dos camponeses*, que tomaram emprestado para comprar sua liberdade (ver, acima, os rendimentos) e freqüentemente foram os senhores que adiantaram os fundos. Segunda consequência: regularizado, o *fisco banal tornou-se uma fonte abundante de recursos* (numa aldeia, algumas brigas após beber podiam trazer em multas mais que as rendas fundiárias!), o que permite compreender a aspereza com a qual os senhores se disputaram os direitos de justiça. Daí a transformação capital: *no século XI os camponeses constituíam sobretudo uma reserva de mão-de-obra, no século XIII eles tornaram-se principalmente objetos de exação*. A extraordinária fraqueza das rendas do senhorio fundiário estava doravante largamente compensada pela alta dos lucros tirados do *ban*. Estas compensações múltiplas mantiveram em seu nível a receita senhorial e, mesmo freqüentemente, elevaram-na até o

⁷ A *chevage* era uma capitação imposta anualmente a um escravo ou servo libertado e transmissível a toda sua descendência; a *formariage* era uma permissão concedida a um servo para seu casamento com pessoa de outra condição social e que não dependia do mesmo senhor; a *mão-morta* era "uma espécie de imposto sobre a herança" (M. Bloch) pelo qual, com a morte de um servo, seus filhos deviam ao senhor, para poderem permanecer na terra, uma pequena soma ou, mais freqüentemente, seu melhor móvel ou sua melhor cabeça de gado. (N. do T.)

início do século XIV: disto se deduz que foram os senhores os principais beneficiados pela prosperidade rural. Terceira consequência, finalmente: a *ascensão social dos ministeriais*. Estes domésticos foram encarregados da percepção das múltiplas rendas: do intendente do domínio ao moleiro e ao forneiro, passando pelo florestal, estes homens representavam o senhor e tinham sua parte nas taxas e nas multas banais. No seio da sociedade camponesa, eles acabaram por constituir uma pequena aristocracia que se distanciou das "pessoas vulgares". No século XI, as hierarquias sociais no campesinato ordenavam-se em função de distinções jurídicas hereditárias que opunham aqueles que eram "livres" àqueles que não o eram; no fim do século XIII, são as diferenças de situação econômica que determinam as hierarquias sociais. Na Inglaterra, a autoridade real foi ao contrário bastante poderosa desde o século XI (conquista normanda) para conter com vigor o poder de exação dos senhores, e disto resultou uma evolução muito diferente daquela que se produzia na França: enquanto que aqui os grandes lucros do senhorio banal desviavam a atenção dos senhores da exploração de seu senhorio fundiário, lá era-lhes preciso concentrar seus esforços sobre suas reservas manoriais e conservar seu papel de produtores agrícolas.

2.3. Conjuntura e economia senhorial

A questão é fácil de formular: a evolução conjuntural da produção agrícola, favorável no século XIII, desfavorável no século XIV, provocou um reforço da economia senhorial, ou ao contrário precipitou seu declínio? Questão que desde há uns quarenta anos suscitou ardentes controvérsias, sem que uma resposta comumente aceitável possa ter sido obtida.

A) No que concerne ao século XIII, o problema é saber se o progresso econômico favoreceu o progresso social, afrouxando a dominação que os senhores exerciam sobre os camponeses, tanto pela servidão quanto pelas corvéias (tese do declínio do regime senhorial), ou se ao contrário a sorte dos camponeses piorou sob a ação interessada dos senhores, preocupados em tirar vantagem de seus homens e levados a endurecer a servidão e as corvéias (tese do reforço do regime senhorial). M.

Bloch, exprimindo o ponto de vista geralmente admitido pelos historiadores liberais, adotou a primeira tese, quando afirmou, em 1931, que o desenvolvimento dos centros urbanos e os arroteamentos tinham favorecido a emancipação dos camponeses pela multiplicação das cartas de franquias (abolição da servidão, tarifas e obrigações) e das comutações de serviços em rendas; nas regiões atrasadas, onde o desenvolvimento artesanal e comercial das cidades era menor, o regime senhorial ter-se-ia mantido no seu vigor primitivo mais tempo e os camponeses teriam que esperar vários séculos antes de obter a liberdade. Em 1935, E. A. Kosminsky tomou o caminho oposto a estas afirmações, e, invocando o método marxista-leninista, sustentou que, ao contrário "o regime senhorial estava mais desenvolvido no século XIII que no XI ou no XII", e que "de fato, ele atingiu então seu apogeu na Inglaterra". M. Postan prosseguiu nesta mesma direção e concluiu que "o desenvolvimento de uma economia monetária não fora sempre a grande força emancipadora, como o acreditavam os historiadores do século XIX", e que "o desenvolvimento dos mercados e o crescimento da produção eram mesmo tão suscetíveis de conduzir ao aumento das corvéias quanto à sua redução". Depois, diversos estudos (E. Miller, 1951; J. A. Raftis, 1957; B. Lyon, 1963) criticaram estas últimas afirmações. Certamente, é inegável que na Inglaterra grandes senhores eclesiásticos praticaram uma política econômica arcaizante nos dois primeiros terços do século XIII, reforçando as corvéias dominiais. No entanto, a isto objeta-se agora, inicialmente, que essa política foi abandonada por volta de 1260-1270, e em seguida que esses grandes senhores eclesiásticos não eram muito representativos do conjunto dos senhores: as sindicâncias reais do fim do século XIII mostram que a grande maioria dos senhorios fundiários da Inglaterra, os dos cavaleiros e das casas religiosas, empregava quase unicamente uma mão-de-obra assalariada, abundante e pouco cara. Temporária portanto, a revivescência do trabalho forçado na Inglaterra no século XIII aparece como um fenômeno limitado. Na segunda metade do século XIII, muitos dos "vilões" ingleses tornaram-se "rendeiros livres" por resgate dos serviços que caracterizavam sua condição, e onde os arroteamentos do solo tinham um caráter intensivo, as corvéias diminuíram.

Na sua síntese de 1962, G. Duby propôs uma solução matizada: ele reconhece que houve no século XIII no continente, e não somente na Inglaterra, uma revivescência da servidão, mas ele limita o alcance desta constatação com duas restrições. Por um lado, o movimento não foi geral no espaço e faltaria delimitar com precisão essas zonas de reforço. Por outro lado, o renascimento da servidão atingiu seletivamente os mais pobres dos camponeses. Enfim o progresso econômico teria tido dupla consequência: de um lado teria favorecido a formação de um campesinato livre, que teria conseguido a liberdade (declínio do regime senhorial), de outro lado teria deteriorado a condição do proletariado agrícola, vítima da superpopulação, o que explicaria o fato de os pobres poderem ter sido submetidos a uma estrita exploração econômica (reforço do regime senhorial).

B) No que concerne ao século XIV, a problemática é mais complicada, porque os historiadores marxistas contestam a existência de um declínio econômico do setor primário nesta época. E. A. Kosminsky abordou a questão nestes termos, em 1956: de conformidade com a doutrina marxista, a Europa só conheceu sucessivamente dois sistemas econômicos, o "feudalismo" e depois o "capitalismo", caracterizados um e outro por um modo de produção diferente. É o modo de produção, com as relações de produção que ele implica, que constitui a chave do problema: até o fim do século XIII, esse feudalismo, fundado nas relações de produção que opõe os senhores aos camponeses, reforçou-se na Inglaterra; depois, nos séculos XIV-XV, começou a declinar, com o recuo da servidão, a comutação das rendas, a formação de uma classe de fazendeiros capitalistas etc. Portanto, a depressão demográfica que se desenhava desde o fim do século XIII não se explicaria de forma alguma pela superpopulação (explicação de inspiração malthusiana), mas pelo reforço da exploração feudal, que privava cada vez mais os camponeses da maior parte de sua produção; depois, a luta dos camponeses enfraqueceu esta exploração nos séculos XIV-XV, e arruinou-a (explicação de inspiração marxista). Onde os historiadores ocidentais julgam ver, erradamente, uma depressão, resultante da superpopulação, conviria portanto descobrir, ao contrário, um indício de progresso relativo, isto é, a decadência do feudalismo e o nascimento doloroso do capitalismo, o qual substituiu outros modos de produção.

Não teria havido crise geral da produção agrícola, mas simplesmente liquidação da economia senhorial, sob os golpes dados pela classe camponesa em luta contra a classe senhorial (baixa do rendimento "feudal", transferência dos meios de produção aos camponeses, alta suposta da produção agrícola por habitante...). Os historiadores ocidentais tomariam as *consequências* desta evolução (despovoamento, baixa dos preços, alta dos salários etc) por suas *causas*, recusando admitir o postulado que faz da evolução dos modos de produção sob o efeito da luta de classes a chave de toda a explicação histórica. Os fenômenos dolorosos dos séculos XIV-XV não seriam portanto, de forma alguma, a causa de uma baixa medíocre da produção, mas o efeito de uma mudança de modo de produção.

Para os historiadores não marxistas, houve declínio da produção do setor primário: as relações da produção e do consumo evoluíram num sentido desfavorável, mas esta evolução interna foi acelerada e ampliada pelos fatores externos que foram os flagelos dos séculos XIV-XV (más colheitas e fomes, epidemias, guerras e fiscos opressivos). Desde o fim do século XIII, o superpovoamento impeliu a estender além do limite de rentabilidade os arroteamentos, e o recuo agrário tornava-se fatal; da mesma forma, a subalimentação de um proletariado rural cada vez mais numeroso e miserável tornava a população vulnerável. Nesse momento, a conjunção dos flagelos, particularmente sensível na França, agravou o recuo agrário e a fraqueza demográfica. A reabsorção do proletariado rural contribuiu para a diminuição do preço dos grãos pela baixa do número de consumidores, e para a alta dos salários, pela baixa do número de produtores. À primeira vista, o marasmo prolongado do preço dos grãos pode surpreender, num tempo em que o espaço consagrado à cerealicultura diminuiu por toda parte; mas é preciso lembrar que, inicialmente, foram sobretudo os solos piores os que foram arroteados por último, ficando então abandonados, e que a concentração das culturas em solos melhores provavelmente provocou uma alta dos rendimentos médios. Uma superfície cerealífera menos vasta, mas mais produtiva, proporcionava quantidades de grãos superiores à demanda. Além disso, a distorção entre os preços de cereais em baixa e os preços dos salários em alta foi acentuada pela concorrência que fazia à agricultura a demanda de braços nos ofícios urbanos e no artesanato rural: era a condenação das gran-

des explorações cerealíferas que empregavam uma numerosa mão-de-obra assalariada. Num longo período, excetuando-se fortes flutuações de curta duração (por exemplo, a violenta crise de 1421, na França), constata-se que os preços dos diversos cereais baixaram: o trigo valia em Caen, em 1428, metade do que valia em 1270; estima-se a perda do valor, entre meados do século XIV e meados do XV, em 35% na baixa Áustria, em 63% na Inglaterra, em 73% em Frankfurt... A queda dos preços dos cereais pareceu sem dúvida mais sensível à medida que os preços dos outros gêneros e produções agropastoris se mantiveram ou mesmo subiram. Já muito tocados pela deterioração do mercado de trigo, em baixa, e do mercado de emprego, em alta, os empreendimentos senhoriais sofreram mais que as explorações camponesas problemas de origem política e militar: os ricos castelos e as granjas opulentas eram alvo dos ladrões. Entretanto, o enfraquecimento da economia senhorial não foi geral no tempo nem no espaço: nas regiões atingidas, fases de reconstrução alternaram-se com fases de destruições, como na França. Em outros lugares, regiões inteiras parecem ter sofrido relativamente pouco com a depressão: tal foi o caso da Itália setentrional, onde o senhorio permaneceu vigoroso e próspero, sob o impulso vivificante das cidades.

A consequência da crise foi uma queda geral do rendimento, tanto senhorial quanto camponês. Todas as cifras que se podem coletar nas monografias consagradas a uma região ou a um senhorio concordam: entre meados do século XIV e meados do XV, perdas da ordem de metade, de dois terços ou de três quartos, não são raras. Entretanto, contrariamente àquilo que se repetia há tempos, estudos recentes concluem pela manutenção do patrimônio fundiário da nobreza, que resistiu melhor do que se pensava a uma "subida" da burguesia: na verdade, esta só se manifestará após 1450. A nobreza em dificuldade não afrouxou completamente, no conjunto, seu domínio sobre os campos, no fim da Idade Média; ela teve de abrandá-lo, mas em meados do século XV a sociedade européia permanecia ainda solidamente senhorial (G. Duby).

IV

O ARTESANATO

1 — O ARTESANATO RURAL

A produção agrícola satisfazia apenas as necessidades primordiais da alimentação. O vestuário (tecidos, couros, jóias...), a habitação (pedras, madeiramentos, mobiliário...) e os múltiplos instrumentos ou objetos necessários ao culto, ao trabalho, ao transporte, à caça etc., exigiam o uso de matérias-primas pelos artesãos. Porém, no que concerne às matérias-primas, sua produção estava inteiramente integrada às estruturas dominiais: a agricultura e a criação forneciam as fibras têxteis e as peles; as minas, as salinas, as pedreiras e as floresta pertenciam aos proprietários fundiários. Quanto aos artesãos e à organização de suas atividades, qual foi no Primeiro Milênio o grau de sua integração nas estruturas dominiais?

M. Bloch resumiu a concepção histórica tradicional na fórmula que apresenta a *villa franca* como *uma fazenda e uma manufatura*: a capitular *De villis* descreve seguramente e com minúcias as numerosas e diversas oficinas de artesãos que funcionavam na *villa*; o trabalho dos metais, da madeira, da pedra, do couro e dos tecidos era assegurado ali mesmo pelos *ministeriales*. O grande proprietário laico ou eclesiástico mantinha muitos dependentes e empregava uma multidão de militares, de domésticos e de escravos: lá havia, portanto, um mercado virtual de várias centenas ou milhares de consumidores. O declínio das cidades, antigos centros de produção artesanal e de trocas, seguia paralelo com o desenvolvimento de uma atividade dominial artesanal que existia já no Baixo Império. De

outro lado, os rendeiros dos mansos deviam, a título de rendas e serviços, entregar matérias-primas, fabricar objetos manufaturados, ou assegurar o transporte de umas ou de outras.

Entretanto, esta concepção excessivamente autárquica da economia dominial, chamada *economia fechada*, suscita atualmente reservas: sem negar a importância das oficinas dominiais e das prestações de rendeiros especializados em certas tarefas artesanais, destaca-se a existência, igualmente irrefutável, de artesãos especialistas que, fora das estruturas dominiais, exerciam sua profissão por aluguel de serviços ou de obra, e que às vezes comercializavam mesmo objetos de sua produção. Em particular o trabalho dos metais e os diversos ofícios da construção valiam a alguns artesãos uma boa reputação e solicitavam-nos de muito longe, mas é preciso admitir que eles não eram numerosos.

Após o ano mil o artesanato rural sobreviveu e mesmo prosperou até o fim da Idade Média. G. Duby insiste sobre a importância dos artesãos (padeiros, carneiros, ferreiros, sapateiros, correiros, tanoeiros, carpinteiros etc.) na atividade econômica das aldeias e conjectura que muitos camponeses praticavam então um ofício complementar que lhes dava recursos suplementares, que a exigüidade das terras tornava necessários. Até o fim do século XIII a produção artesanal rural não teve outro objetivo senão a satisfação da demanda local; mas, nessa altura, a situação se modificou, sob o efeito de duas exigências diferentes. De um lado, os burgueses procuraram captar essa força de trabalho, que era mais dócil e menos onerosa que a dos ofícios urbanos; de outro lado, os senhores viram nessa produção uma fonte de excedente a vender, portanto submetido ao fisco das trocas. Daí o desenvolvimento do artesanato rural nos séculos XIV-XV. Trabalhando doravante os tecidos, os metais, a madeira etc. com capitais emprestados ou adiantados pelos burgueses, os rurais endividaram-se freqüentemente e, para se liberar, tiveram de submeter suas atividades às exigências da clientela urbana. Dessa forma, operou-se uma inversão dos papéis tradicionais: a cidade, outrora alimentada pelos produtos do campo, tornou-se por sua vez alimentadora, pela distribuição de capitais e de salários aos campos.

2 — O ARTESANATO URBANO

Das Grandes Invasões ao Renascimento do século XI, é provável que existissem em algumas cidades grupos de artesãos

em caráter corporativo: chega-se a essa conclusão lógica pela menção das taxas que deles cobravam os detentores da autoridade local, mas não sabemos grande coisa sobre isso. Toda a atividade artesanal não era, portanto, exercida só nas oficinas dominiais. Depois, a partir do século XI, artesãos e mercadores especializados (divisão do trabalho acentuada) proliferaram nas cidades e se organizaram freqüentemente por ofícios¹ (estruturas corporativas). Era freqüente o artesanato (oficina) e o comércio (loja) se confundirem, à medida que o produtor assegurava, ele próprio a comercialização de sua produção.

2.1. Formação histórica das corporações de ofícios

E. Coornaert (1941) propôs uma definição das corporações de ofícios muito vaga para englobá-las todas, não retendo delas senão dois elementos: o agrupamento dos membros (associação) e a disciplina coletiva (regulamentação). À luz de suas pesquisas, parece hoje que o movimento de constituição das corporações de ofícios, embora espontâneo na origem e geralmente regulamentado pela autoridade pública local, foi freqüentemente combatido pelo patriciado urbano, quando este conseguiu dominar a cidade; lento, até tardio no seu desenvolvimento, o movimento se reforçou no fim da Idade Média (*as corporações se difundiram no fim da Idade Média*).

A) Movimento espontâneo. “O fato originário e essencial que foi, em numerosos locais, a própria base da liberdade dos artesãos e comerciantes... foi seu agrupamento” (J. Imbert). No entanto, a origem destes agrupamentos permanece mal conhecida, e os autores estão divididos sobre o número e a importância dos fatores que o poderiam explicá-la: “As corporações não saíram de uma mesma fonte” (E. Coornaert). Por que os artesãos e os mercadores das cidades se constituíram em grupos organizados? *Por razões religiosas?* Desde antes do ano mil, sem dúvida sob inspiração da Igreja, pessoas de uma mesma profissão se reuniam em confrarias religiosas, que tinham por fim o culto do santo patrono do ofício e a prática da caridade recíproca entre os membros de cada confraria (auxílio mútuo no exercício da profissão ou em caso de doença,

1 O termo corporação não foi usado na Idade Média; as associações profissionais eram então chamadas de ofícios (*métiers*) e nesse sentido o autor usa às vezes a palavra. (N. do T.)

de acidente, de falecimento). Laicizando-se e ligando-se exclusivamente aos problemas da profissão, estas confrarias ("fraternidades" ou "caridades") teriam dado nascimento às corporações de ofícios. Entretanto, a Igreja, receosa em relação às confrarias juramentadas (juramento coletivo = *conjuratio*), censurou-as nos sínodos locais na França, por volta de 1220-1240, ou mesmo obteve do imperador, na Alemanha, uma interdição formal das associações de ofícios (1231-1232). *Por razões econômicas?* O desejo de afastar os recém-chegados e de suprimir a concorrência levou os artesãos e os mercadores de algumas cidades a se unirem, fosse para fazer respeitar a igualdade das condições de produção e de venda, fosse para se reservar o monopólio de venda nos mercados de sua cidade ou de uma certa região (*ghildas*) ou ainda o monopólio das relações comerciais com tal ou tais mercados estrangeiros (*hansas*). *Por razões de segurança?* Quer se tratasse de afirmar as reivindicações de profissionais contra a autoridade do senhor ou quer se tratasse de proteger os comboios nas estradas, uma força de defesa comum era indispensável ao sucesso desses empreendimentos. *Por razões político-sociais?* Na maior parte das cidades o poder urbano caiu, no século XIII, nas mãos do patriciado mercador: uma plebe de artesãos tentou, tardiamente, organizar-se para conquistar ou dividir o poder, visando obter a melhoria de sua sorte. Seja como for, estes movimentos de associação profissional desenvolveram-se apenas nas aglomerações urbanas, e sua história tem clara relação com a dos movimentos de libertação urbana, mesmo se não se chega a explicitar "se foi a conquista do poder por uma conjuração política que precedeu a organização corporativa ou se foi esta força sindical que tornou possíveis as pressões e violências vitoriosas contra o senhor" (H. Richardot).

B) Movimento regulamentado. Preocupados em exercer um controle sobre as atividades profissionais que serviria apenas para poder taxá-las melhor, os senhores freqüentemente preferiram canalizar o movimento em seu proveito. Seguindo a concepção tutelar do poder público, o qual devia velar pelo aprovisionamento dos mercados com produtos bons, vendidos a preço justo, uma regulamentação também se impôs quando os membros dos ofícios pretenderam impingir sua lei aos forasteiros e aos consumidores, ou quando entraram em conflito com eles. Da mesma forma, a alta burguesia detentora do

poder municipal ficava satisfeita por controlar aqueles trabalhadores que antes ela não dominava social ou economicamente, e de poder subsidiariamente integrá-los com mais facilidade nas milícias municipais. A atitude foi idêntica por parte do senhor ou do rei, quando eles souberam conservar a autoridade no interior da cidade. Fosse a autoridade municipal, senhorial ou real, ela tinha o mesmo interesse em subordinar os ofícios a seu poder. Assim, para fixar os direitos de cada um e inclusive os seus, São Luís encarregou seu preboste de Paris, Etienne Boileau, de codificar os usos das corporações parisienses, daí o célebre *Livro dos Ofícios* (1268), do qual E. Coornaert disse que era a compilação dos "acordos Matignon do século XIII..."²

C) Movimento contestado. As associações mais remotamente mencionadas nos textos são associações de mercadores, mas é provável que artesãos também tivessem as suas numa época recuada. Entretanto, não parece que os ofícios artesanais organizados tenham aparecido muito cedo, desde o século XI; é no decorrer do século XII, e mais particularmente após 1120, que através de toda a Europa os profissionais se associaram. E ainda seria preciso não generalizar. Antes de 1200, encontram-se associações sólidas, sobretudo ao longo dos grandes eixos de circulação ou nas regiões que produzem em grande quantidade para exportação (Paris, Londres, Florença, Flandres).

Nos Países Baixos, principal centro medieval de produção de tecidos, a formação das corporações de artesãos parece bem tardia. Acreditou-se muito tempo em sua antigüidade, porque os textos mencionam os pareceres que os almotacés³ solicitaram aos mestres artesãos da indústria têxtil. Ora, a existência de "mestres" não implica forçosamente a existência de uma corporação de ofício. Em quase todas as cidades, sobretudo nas mais poderosas, a almotacaria estava no século XIII nas mãos do patriciado dos "fabricantes de panos", cujas associações remontavam ao século XI: ordinariamente compradores de lãs

² Os acordos Matignon, assinados na França, em 1336, entre a Confederação Geral do Patronato e a Confederação Geral do Trabalho, reconheciam o direito sindical, concediam a semana de 40 horas de trabalho, férias remuneradas e instituíam delegados dos trabalhadores. (N. do T.)

³ Os almotacés na Flandres e França do Norte (correspondentes aos consules na Itália, França do Sul e partes da Alemanha) eram membros do tribunal urbano. (N. do T.)

na Inglaterra e vendedores de tecidos fosse nas feiras de Champagne fosse em regiões longínquas, estes empreiteiros dominavam todo o ciclo da fabricação, no qual umas trinta operações distintas podiam ser executadas por igual quantidade de categorias de operários reduzidos a uma especialização limitada. Os fabricantes de panos, senhores das almotacarias, impediram até o fim do século XIII a formação de corporações de artesãos têxteis, a fim de poderem manter seu domínio econômico e social sobre esses artesãos. Não é senão por volta de 1300, ao fim de longas agitações, que os ofícios de artesãos tomaram enfim corpo, sendo o século XIV marcado pelas lutas que eles empreenderam para arrancar o poder municipal ao patriciado. A organização corporativa dos ofícios da indústria de panos não aparece portanto como uma consequência do desenvolvimento desta indústria no século XIII, mas como uma reação aos "tempos difíceis" dos séculos XIV-XV (E. Perroy): não se impôs ela como medida defensiva numa economia urbana cuja prosperidade estava comprometida por um afluxo excessivo de recém-chegados?

Também em Florença, os artesãos têxteis não conseguiram se apoderar do poder: as três corporações criadas em proveito do proletariado do artesanato da lã quando do tumulto dos *Ciampi* (1378) foram suprimidas após o fracasso do movimento e o restabelecimento do poder oligárquico (1382).

D) Movimento inacabado. O corporativismo artesanal estendeu-se aos séculos XIV-XV, em particular nas regiões mais tardiamente atingidas pelo desenvolvimento do grande artesanato têxtil (Alemanha Oriental, regiões eslavas). A crise econômica acentuou as reações protecionistas dos artesãos, que viram no ofício o meio de defender melhor seus interesses. Todavia, as estruturas corporativas não se impuseram em toda parte: algumas cidades, como Lyon, grande centro de artesanato e de comércio, ignoravam-nas. Na França, é no fim da Guerra dos Cem Anos que "estes corpos de ofícios, mantidos muito tempo, por numerosos que fossem, ilhas privilegiadas num mundo de trabalho não regulamentado, surgiram em toda parte" (E. Coornaert). Se, portanto, aos olhos da maior parte de nossos contemporâneos as corporações passam por símbolos da economia medieval isto não pode ser senão por desconhecimento de sua história: as corporações, que proliferaram na Baixa Idade Média, são de fato mais representativas da eco-

nomia mercantilista (cerca de 1450 — cerca de 1750). De qualquer maneira, mesmo se as estruturas comunitárias não triunfaram completamente no fim da Idade Média, a regulamentação estatutária dos ofícios submeteu por toda parte a produção artesanal a um regime contrário à liberdade de empresa.

2.2. Organização aristocrática de profissões especializadas

A unidade fundamental de produção é a oficina: trata-se de uma empresa individual, independente, cujo chefe (o mestre), proprietário de seu ferramental, corre todos os riscos e guarda todos os lucros. O mestre artesão não é forçosamente proprietário da matéria-prima: esta pode ser-lhe remetida pelo cliente. De outra parte, nos lugares onde o movimento associativo se firmou a autoridade do ofício se impôs à autoridade da oficina. A produção artesanal foi submetida a uma elite de mestres artesãos, guardiães zelosos de sua especialidade profissional.

A) A oficina reunia, sob a autoridade do mestre artesão, alguns trabalhadores (aprendizes e companheiros). A *mestria* se caracteriza *pela competência profissional, pela independência material e pela tendência à hereditariedade*. Ela era normalmente acessível a todo trabalhador com capacidade suficiente, sendo esta na origem atestada pelo cumprimento da aprendizagem. Quando as corporações se organizaram, a competência do candidato à condição de mestre foi apreciada pelos jurados do ofício, mas, a partir do fim do século XIII, apareceu a prova da obra-prima: esta se difundiu nos séculos XIV-XV, tornando-se mesmo cada vez mais difícil. Além disso, o candidato à mestria devia "ter de seu", condição material que lhe permitisse pagar os direitos de entrada (taxa senhorial) e oferecer um banquete aos outros mestres. No fim da Idade Média, o acesso à mestria foi regulamentado de maneira a facilitar sua transmissão hereditária e a afastar dela os novatos.

A *aprendizagem* começava cedo, geralmente por volta dos 10 ou 12 anos, e sua duração foi pouco a pouco regulamentada: muito longa em certos ofícios como a ourivesaria, ela variava quase sempre entre três e cinco anos. O contrato de aprendizagem era fixado por ata notarial ou pública: o mestre tomava o

aprendiz na sua família, juridicamente sob seu poder paternal, e se comprometia a lhe ensinar o ofício. O aprendiz não recebia salário na maior parte dos casos, pelo contrário, seus parentes pagavam freqüentemente ao mestre uma pequena renda de aprendizagem. Membro da família, o aprendiz tornava-se também um elemento da empresa: ele podia ser cedido por seu mestre a um confrade e fazia parte do ativo sucessório do mestre defunto. Ordinariamente, o mestre não podia ter senão um único aprendiz (estranho à sua família, pois ele podia sempre instruir ao mesmo tempo um parente próximo).

Os *companheiros* eram os trabalhadores que tinham acabado sua aprendizagem e se encontravam numa ou noutra destas duas situações: ou, não podendo tornar-se mestres, trabalhando toda sua vida na qualidade de assalariados na oficina de um mestre; ou, na esperança de tornar-se mestres, cumprindo na casa de um mestre o estágio requerido para ascender à mestria. O termo "companheiro" prevaleceu tardiamente, no século XV, sobre outros termos tais como "criado". Nas corporações de ofício os companheiros eram membros de segunda categoria: normalmente, eles não tinham acesso aos órgãos deliberativos do ofício, nem às suas obras caritativas. Alugavam seus serviços a um mestre por um salário que era, em parte, pago em espécie (alojamento, vestimenta, alimento), pois os companheiros também viviam sob o teto do mestre. Era-lhes proibido alugarem-se a vários mestres ao mesmo tempo ou exercer a profissão por sua conta (trabalho negro). A fixação dos salários e da duração do trabalho dependia unicamente do acordo individual entre o mestre e o companheiro: desde o século XIII, abundam os testemunhos sobre conflitos de trabalho, acompanhados de rebeliões coletivas de companheiros contra seus mestres. De fato, a organização "corporativa" da Idade Média, muito celebrada por aqueles que a imaginam através de sua idealização paternalista, ignorava nesse campo todo procedimento de acordo ou de conciliação. A greve, em *Os Costumes de Clermont-en-Beauvaisis*, de Ph. de Beaumanoir (cerca de 1280), é um delito punido com prisão e com multa de 60 *soldos*, que o *ban* real sanciona; em *O Somme rural*, de Boutillier, por volta de 1335, ela é mesmo considerada como crime capital, isto é, punida com morte. De fato, as greves levavam às vezes à rebelião e à morte. As autoridades sempre intervieram para reprimir os tumultos e impor salários compatíveis com o "interesse comum", isto é, o interesse dos consumi-

dores ameaçado pela alta dos preços, que seria provocada pela alta dos salários. Assim, as crises frumentárias e a depressão demográfica provocaram uma viva crise da mão-de-obra artesanal nas cidades, após 1315. O rei, tanto na França quanto na Inglaterra, tentou interromper, em 1351, a alta dos salários que seguiu a Grande Peste, mas o congelamento dos salários e dos preços (Inglaterra) ou a limitação da alta (França) foram inoperantes, da mesma forma que as medidas complementares tomadas na França para quebrar o movimento de alta, dissimulando a penúria de mão-de-obra (facilidades concedidas aos forasteiros para se instalar em Paris, possibilidade para os mestres de recrutar vários aprendizes, alongamento da jornada de trabalho e autorização do trabalho noturno...). Certamente toda esquematização é enganosa: convém guardar-se tanto da visão aureolada de um corporativismo medieval no qual teria reinado uma harmonia universal na base da caridade cristã, quanto da visão caricaturizada de um corporativismo medieval egoísta e explorador, no qual teria ocorrido com rigor uma incessante luta de classes... Aliás, os conflitos mais agudos, aqueles que agitaram o setor têxtil, não ocorreram tanto entre os mestres e seus companheiros, e sim, mais entre produtores (mestres e companheiros unidos) e mercadores. Para defender seus interesses e praticar auxílio mútuo, os companheiros esforçaram-se por reagrupar-se em associações de ofício, sob a cobertura de confrarias religiosas: estas *compagnonnages* existiam certamente sob forma de sociedades secretas no século XVI, e conjectura-se com verossimilhança que elas eram mais antigas, o que colocaria sua origem na Idade Média; no entanto, nada se sabe sobre elas.

B) O ofício, quando tomou corpo, foi regido por uma direção colegial de alguns mestres, que levavam nomes diversos (jurados, síndicos, guardas, *eswards*, *bayles*, *maires*...). Designados por um ou dois anos pela assembléia dos mestres, seguindo processos variáveis, eles eram investidos pela autoridade local da vigilância profissional: controlavam o respeito aos regulamentos (procedimentos técnicos e modo de emprego da mão-de-obra) graças ao direito de visita que exerciam nas oficinas dos mestres, podendo confiscar as "obras desleais", fabricadas em contravenção aos regulamentos, e decretar multas. A assembléia dos mestres tinha atribuições diversas: além da designação dos jurados, a fixação das rendas e a redação

dos estatutos. Uma caixa comum do ofício era alimentada pelas cotizações de seus membros, o que lhes proporcionava a segurança de ajuda em caso de doença (fundações hospitalares), de miséria (abono de assistência) ou de falecimento (ajuda às viúvas e aos filhos menores).

2.3. Regulamentação monopolista de uma produção de qualidade

A princípio a regulamentação era destinada a proteger a clientela, assegurando-lhe uma produção de qualidade. Para atingir este resultado, era preciso inicialmente que os mestres fossem todos colocados sob uma rigorosa igualdade dentro da profissão e em seguida que eles tivessem a exclusividade do mercado local. Entretanto, esta dupla regulamentação acabava de fato por defender os interesses dos mestres.

A) Princípio de igualdade. Todos os mestres deviam portanto beneficiar-se das mesmas condições de aprovisionamento em matérias-primas (compra somente em mercado e sem monopólio, "divisão em lotes" imposta àquele que tivesse comprado por um preço vantajoso, que devia partilhar com os outros), utilizar os mesmos procedimentos de fabricação (ferramental e técnicas), empregar a mão-de-obra nas mesmas condições (número de empregados, duração do trabalho, montante dos salários) e enfim vender sem fazer a menor publicidade para atrair o freguês. Rompendo a igualdade, cometia-se uma deslealdade para com a clientela e para com os confrades: o produto fabricado em violação das regras resultava portanto de uma falsificação delituosa, que expunha o contraventor a sanções severas (confisco e destruição do "produto falso", penalidades diversas tais como multa, exposição ao pelourinho, exclusão da corporação...). Um tal regime de opressão e de proibição, resolutamente hostil a toda forma de concorrência, estabelecia uma espécie de monopólio coletivo do ofício que entravava o progresso, sustentava a mediocridade e mantinha os preços elevados; em compensação, ele garantia a qualidade, ao menos em princípio, pois se se crê nos satíricos do tempo os consumidores não estavam sempre muito satisfeitos!

B) Princípio de exclusividade. Para reservar o mercado local aos mestres, perseguiram-se os dissidentes (trabalho negro

dos trabalhadores em casa, os *chambrelans*), atacavam-se os ofícios vizinhos, acusados de sair de sua especialidade (exemplo célebre dos intermináveis processos entre os sapateiros e os remendões, entre os alfaiates e os vendedores de roupas velhas...) e acabou-se mesmo por proibir o exercício dos ofícios na campina ou nas pequenas cidades vizinhas. A depressão do século XIV agravou este reforço protecionista das cidades: os membros de ofício viram então a salvação apenas no reforço do seu monopólio coletivo e na eliminação de toda forma de concorrência. Na Flandres, as grandes cidades têxteis pretendiam invocar, no século XIV, um "direito urbano" que lhe teria conferido o monopólio da produção de panos num raio mais ou menos extenso em torno de suas muralhas, e fizeram-no respeitar pela violência, organizando expedições armadas para ir confiscar ou destruir as máquinas de tecer ou as cubas para pisar o tecido descobertas nas casas dos habitantes. Em vão os fabricantes de panos dos pequenos centros invocavam "o direito natural que permite a cada um ganhar sua vida"...

2.4. Produção artesanal e capitalismo comercial

A economia medieval ignorou o capitalismo industrial, tanto nas suas técnicas (concentração de trabalhadores assalariados, mecanização) quanto no seu espírito (individualismo do empresário, que corre o risco da inovação, crescimento da produção e da produtividade visando aumentar sem fim o lucro): toda a regulamentação dos ofícios impedia a iniciativa individual, a acumulação dos meios e o crescimento sensível da produção. Entretanto, estes entraves eram sobretudo destinados a disciplinar os ofícios que trabalhavam para a satisfação do mercado local, urbano ou regional. Em compensação, o desenvolvimento de um ativo comércio internacional de tecidos, em particular dos tecidos de lã, deu nascimento muito cedo a um capitalismo comercial; de fato, se tecnicamente a produção têxtil provinha sempre destas pequenas unidades que eram as oficinas artesanais (pequenos produtores), financeiramente ela caiu sob o domínio dos mercadores (grandes comerciantes) que a exploravam em função das necessidades do mercado internacional. Daí a oposição, na Itália e nos Países Baixos, os dois primeiros grandes centros da produção têxtil, entre as corporações de mercadores de panos (ou "fabricantes"), compostas de

um pequeno número de empreiteiros, detentores de grandes capitais, e os ofícios artesanais que esses fabricantes de panos utilizavam: estes últimos compravam longe a lã bruta e faziam-na ser trabalhada sucessivamente pelos diferentes artesãos especialistas em cada uma das operações necessárias à transformação da lã bruta em tecido. Assim, em Florença, em meados do século XIV, 200 comerciantes de panos da *Arte di Calimala* (ofício da indústria têxtil) faziam trabalhar 22 ofícios diferentes, ou seja, 30 000 pessoas (artesãos e seus trabalhadores). Da mesma forma em Gand, onde numa população que não atingia 50 000 habitantes, contava-se 4 000 tecelões e 1 200 piseiros. A situação destes artesãos era sempre dependente. Para as operações preliminares (tiragem, batidura, desengordura, cardadura, fiação e enovelagem), recorria-se às mulheres, menos para a batidura; estas operárias trabalhavam a domicílio; o trabalho da lã era uma ocupação de complemento na estação morta. Remuneradas por tarefa ou por empreitada elas eram submetidas a duras condições (baixos salários, demissão à vontade). Em seguida, para a tecedura, o empreiteiro fazia negócio com os tecelões, mestres artesãos que dirigiam sua oficina, possuíam seu ferramental e empregavam seus companheiros. A remuneração do tecelão era debatida com o negociante de panos, que pagava sempre o trabalho por tarefa: o tecelão estava portanto pressionado entre as exigências do negociante, que procurava baixar os preços, e os encargos salariais fixos que ele tinha de assumir para com seu pessoal, daí a redução de sua margem de benefícios, o que explica o antagonismo entre os tecelões e os negociantes. Depois intervinham a pisoagem e a tintura dos tecidos: piseiros e tintureiros eram profissionalmente parecidos com os tecelões, pois eram artesãos, empregadores de mão-de-obra assalariada, que tratavam por tarefa com o mercador; mas socialmente sua posição era desprezada: nos Países Baixos chamavam-nos com desdém *unhas azuis*, pois suas mãos guardavam a marca de sua atividade. Longe de os tecelões terem constituído uma frente comum com os piseiros e os tintureiros contra os negociantes de panos, os conflitos sociais na Flandres freqüentemente opuseram os negociantes, aos quais se uniram os tecelões, aos piseiros e aos tintureiros: *a clivagem social, fundada no desprezo, era mais forte que a clivagem econômica, fundada na oposição do produtor e do empreiteiro*. Finalmente, os últimos preparativos eram obra dos liçadores e dos tosquiadores, eles também artesãos empregadores

de companheiros, trabalhando geralmente no domicílio do empreiteiro. Ora, todos estes mestres artesãos, cujos companheiros eram pouco numerosos, empregavam em caso de necessidade uma mão-de-obra temporária, aliciada por semana: nos grandes centros têxteis, italianos ou flamengos, um proletariado miserável de trabalhadores vivia assim numa completa insegurança.

Tal divisão do trabalho em operações especializadas favoreceu a preeminência do negociante, mercador capitalista, ou mesmo do empreiteiro financista que colocava dinheiro na produção têxtil e dirigia o conjunto das operações; mas não foi a divisão do trabalho que engendrou o capitalismo comercial, pois em numerosas cidades onde os negociantes de panos não ultrapassaram os limites do mercado local ou regional a indústria têxtil permaneceu confinada numa economia artesanal urbana de fraca envergadura, ignorando o capitalismo comercial, que se desenvolveu apenas em alguns centros. No caso, de fato, foram as condições de venda (mercado internacional), antes que as técnicas propriamente ditas (divisão do trabalho), que determinaram as formas capitalistas de produção. Enfim, as diferentes categorias de artesãos trabalhando para a exportação se encontravam, elas próprias e seus assalariados, numa situação socialmente dependente e economicamente precária, o que avivou a agudeza dos conflitos que as opuseram, desde o século XIII, ao patriciado dos negociantes de tecidos. Chegando tardiamente a se organizar em ofícios, os artesãos têxteis tentaram, no século XIV, freqüentemente com o apoio de seus companheiros, ascender ao poder municipal, visando obter uma melhoria de sua sorte. Sua relativa vitória não atingiu o resultado esperado, em razão da dupla transformação estrutural do artesanato da lã, a partir do século XIV. Inicialmente, houve uma dispersão geográfica: os dois grandes centros do século XIII, as grandes cidades fabricantes de panos da Flandres e da Itália, sofreram doravante a concorrência de artesanatos têxteis novos, que se desenvolveram a partir do século XIV, não somente nos Países Baixos (Brabante e Hainaut), mas também na Inglaterra, na França, na Alemanha e na Espanha. De outra parte, uma reconversão técnica se impôs: na Itália, o artesanato da seda às vezes suplantou o da lã, como na Toscana (Florença, Siena, Luca) e na Lombardia (Milão); na Flandres, o artesanato têxtil voltou-se para a produção de tecidos leves, de menor qualidade, chamados *saies*: a produção destes salvou da decadência a antiga indústria têxtil flamenga,

mas este sucesso foi conseguido ao preço de uma simplificação das operações de produção e de uma difusão destas nos centros médios, até nas aldeias. Daí a dispersão de uma mão-de-obra largamente rural, incapaz de afirmar exigências coletivas. No fim da Idade Média, à medida que se pode generalizar a partir de um exemplo conhecido, o do capitalista toscano Francisco Datini, de Prato, perto de Florença, que investiu fundos nas empresas laníferas entre 1383 e 1401, parece que o resultado foi então medíocre: em média, o lucro líquido fixou-se em torno de 5%, não ultrapassando jamais 7%, enquanto que os empreendimentos estritamente comerciais rendiam muito mais na mesma época. No custo líquido dos tecidos, o preço de compra da lã bruta é avaliado em 38%, o custo das diversas operações de fabricação em 56% e as despesas gerais em 6%. Como interpretar a fraqueza do lucro? É preciso invocar a estrutura do artesanato e do comércio medievais, nos quais a lentidão da produção e da comercialização imobilizava os capitais empenhados? Não se deve também pensar na conjuntura dos séculos XIV-XV, na qual a estagnação da demanda e dos preços seria a expressão de um subconsumo ligado à depressão dos preços cerealíferos? O sucesso da produção de *saies* no século XIV não seria aliás a manifestação de uma relativa melhoria do nível de vida dos humildes? Atingindo doravante uma clientela mais vasta, porém mais pobre, e não podendo aumentar fortemente o volume de sua produção, o que lhe teria permitido recuperar-se nas quantidades vendidas, a indústria de panos teria portanto se tornado menos rentável que na época em que ela produzia artigos de luxo para uma clientela limitada, mas rica.

V AS TROCAS

1 — OS MERCADORES

1.1. Do século V ao X

Pode-se falar de *economia fechada* se se quer ressaltar a parte certamente preponderante do autoconsumo local, tanto no que concerne aos produtos agrícolas quanto aos produtos artesanais; e compreende-se assim a vida itinerante dos grandes personagens que, com seu séquito numeroso, iam viver sucessivamente em cada um de seus domínios até que fossem esgotados os recursos acumulados. Entretanto, as trocas não desapareceram totalmente, mas seus circuitos funcionavam a maior parte do tempo sem a intervenção de profissionais: o produtor agrícola oferecia seus produtos diretamente a uma clientela próxima, que estava ao alcance de seus meios de transporte (mercado local, comércio sem mercador). Inversamente, as igrejas e as abadias, que possuíam grandes fortunas fundiárias dispersas e uma população importante a sustentar, organizavam não somente comboios de domínio a domínio para o abastecimento, mas também expedições longínquas para a importação de produtos exóticos. Porém, é completamente improvável que grandes proprietários tenham enviado apenas seus rendeiros, unicamente com suas carroças e seus barcos, a centenas de quilômetros: supõe-se desde então a existência de profissionais do comércio, o que aliás numerosos textos do tempo confirmam.

Até o século VII, os textos citam frequentemente *Syri*, termo genérico que servia então para designar indiferentemente os homens que eram originários da parte oriental do Império

Romano (gregos, sírios, egípcios, judeus...): estes *Syri* formavam então colônias relativamente povoadas em numerosas cidades do Ocidente. Ora, após o século VII, os textos não fazem mais menção a *Syri*, mas unicamente a *Judaei*. As judiarias da França, da Itália e da Germânia mantinham relações seguidas com a Espanha, a África e o Oriente. Um outro grupo importante foi constituído a partir do século VII pelos frísios, que traficavam nas bacias fluviais do Reno, do Mosa e do Escalda, e no mar, desde a Mancha até ao Báltico. Enfim, o cuidado com o qual os textos precisavam, quando era o caso, que se tratava de um mercador judeu, provaria que existiam também *negotiatores* cristãos.

1.2. A partir do século XI

A situação daqueles que faziam do comércio sua atividade principal alterou-se claramente, em função das dimensões do mercado sobre o qual eles operavam, desde o pequeno mercado local até aos vastos mercados inter-regionais, ou mesmo inter-continentais.

A) Do mascate ao lojista: um horizonte limitado. Continuidade do mascate carolíngio, o "pé poeirento" sulcava os campos, transportando sua pacotilha nas costas ou nos fardos levados por um animal de carga; regularmente ele se aprovisionava nas feiras locais. Este tipo de pequeno mercador sobreviveu bem além do fim da Idade Média. O fenómeno mais importante a partir do século XIII foi a *sedentarização* do comércio local. O mascate freqüentemente desapareceu, substituído pelo lojista. Um comércio permanente instalou-se nas cidades, representado em primeiro lugar pelos *merciers* (de *merx*, mercadoria: armarinheiros), que vendiam por atacado ("armarinheiro, fabricante de nada, vendedor de tudo"). Este comércio local integrou-se nas estruturas corporativas. Ora, estas, da mesma forma que impediram a aparição de um capitalismo industrial, fizeram obstáculo à evolução da "loja" para uma forma de capitalismo comercial: como o artesão, o lojista não podia ultrapassar os limites de uma medíocre atividade, em razão da estreiteza de seu empreendimento e de seu mercado. Contudo, os lojistas acumularam o suficiente para poderem entrar nas transações do grande comércio e tornar-se empreiteiros capitalistas. De fato, o capitalismo comercial tomou seu impulso

num outro domínio, o do grande comércio a distância, fora dos limites estreitos do mercado local.

B) Do grande mercador às sociedades capitalistas: um horizonte distante. Até o século XIII, o grande comércio inter-regional ou intercontinental era também um tráfico itinerante: o mercador acompanhava sua mercadoria, vendia-a ao fim de sua viagem e voltava com uma carga de produtos exóticos. Os mercadores se deslocavam em grupos e armados. Não sabendo, freqüentemente, nem ler nem escrever, estes ambulantes não podiam ter contabilidade nem correspondência. No decorrer do século XIII eles beneficiaram-se de uma segurança maior nas grandes estradas, pois por razões fiscais os reis e os grandes senhores tomaram-nas sob sua proteção; de outro lado, a difusão da instrução vulgarizou na classe mercadora o uso da escrita. Cada vez mais o grande mercador preferirá permanecer em sua casa, atrás de sua escrivaninha: cercado de um pessoal pouco numeroso, ele redigia e recebia uma correspondência que o mantinha em estreita relação com seus associados ou correspondentes de outros lugares. Ele podia, assim, dirigir de longe vários negócios de uma só vez, e, quando era ocasião, enviava comissionados para comboiar importantes cargas de mercadorias.

O movimento de *sedentarização*, aparecido inicialmente na Itália, difundiu-se em seguida no norte da Europa: nos séculos XIV-XV os grandes mercadores italianos ou hanseáticos eram sedentários, e por conta deles os comissionados se deslocavam. Quanto aos mercadores flamengos, que se deslocavam regularmente no século XIII da Flandres para a Champagne, eles se transformaram depois em corretores, intermediários sedentários, que arranjavam as operações comerciais e financeiras entre os mercadores estrangeiros, proporcionando-lhes alojamento e entreposto e recebendo uma comissão pelos serviços que prestavam.

A *especialização* progrediu menos que a sedentarização: não somente os grandes mercadores se entregavam ao comércio das mais diversas mercadorias, assim como ao comércio do dinheiro (empréstimo, câmbio), mas também comanditavam, financiavam ou dirigiam a fabricação de alguns produtos que eles vendiam. Se o grande comércio marítimo e terrestre e o comércio de banco escaparam às restrições corporativas, não era raro que grandes mercadores figurassem numa corporação, sobretudo têxtil ou armarinheira.

A fortuna de alguns grandes mercadores atingiu proporções enormes nos séculos XIV-XV. Em meados do século XIV, a fortuna dos Bardi ou dos Peruzzi, de Florença, devia ultrapassar dois milhões de florins; no mesmo nível estava, um século depois, a casa dos Médicis (conforme, por comparação, a compra de Avignon por Clemente VI, em 1348, por 80 000 florins, ou a compra de Montpellier por Filipe VI, em 1349, por 120 000 escudos, ou seja, 133 000 florins!). Em meados do século XV, na França, Jacques Coeur tinha riqueza de cerca de 600 000 libras *tournois*, ou seja, quase a metade daquilo que rendia anualmente a talha real... Mas estes são casos excepcionais. Em Hamburgo ou em Lubeck, as grandes fortunas mercadoras estavam avaliadas entre 5 000 e 25 000 marcos *lub*¹ no fim do século XIV, e até 50 000 marcos *lub* no fim do século XV. Da "maioria" medíocre dos mercadores de pequena envergadura, destacava-se uma "minoria colossal", composta de famílias riquíssimas, na maior parte italianas (R. S. Lopez). Estas brilhantes oligarquias teceram, através da Europa e alcançando o Oriente, uma vasta rede de investimentos muito diversificada.

A associação dos mercadores reforçou seu poder. Houve inicialmente as *associações profissionais*, destinadas a procurar em primeiro lugar a segurança para as empresas mercadoras, logo depois o monopólio de alguns mercados (guildas e hansas).

Mencionemos duas das mais célebres destas associações: a *Hansa dos mercadores de água de Paris*, que se constituiu no fim do século XI, visando reservar a seus membros o monopólio do tráfico (em particular o comércio do vinho) na bacia do Sena; desde o início do século XIII ela representava junto do rei o conjunto da burguesia parisiense e deu nascimento à municipalidade. Quanto à *Hansa teutônica*, ela deve suas origens à fundação de Lubeck (1158) e à expansão germânica no Báltico: os mercadores alemães que freqüentavam o grande centro comercial de Visby, na ilha de Gotland, constituíram-se em comunidade desde 1161 (a hansa dos mercadores), e esta não desapareceu senão no fim do século XIII, substituída por uma hansa das cidades que, por sua vez, estavam reagrupadas em quatro ligas (vestfaliana, saxônica, vendiana, prussiana). A hansa das cidades se constituiu definitivamente em meados do século XIV, com o estabelecimento de sua autoridade sobre

os mercadores alemães das "quatro feitorias" (o cais alemão de Bergen em 1343, Bruges em 1356, a Corte de S. Pedro ou Peterhof de Novgorod em 1361, o Stalhof de Londres em 1374) e a conquista da liberdade completa de tráfico nos desfiladeiros de Sund (1370). A Hansa teutônica dedicou-se com furor à obtenção, para seus membros, de privilégios pessoais e coletivos (imunidade administrativa, judiciária e fiscal) que lhes deram de fato o monopólio do tráfico do Báltico. Entre 1370 e 1470, aproximadamente, ela se empenhou com sucesso em impedir a expansão dos comércios estrangeiros no Báltico.

Por outro lado, as associações comerciais foram utilizadas muito cedo em Veneza, desde o século XI, depois elas se difundiram em outras grandes cidades italianas a partir do século XII, sob as duas formas da encomenda (*commenda*) e da sociedade (*compagnia*); elas permaneceram especialidades italianas até o fim do século XIII, depois foram adotadas em outros locais da Europa.

A *commenda*, que nasceu nos grandes portos da Itália, era um modo de financiamento dos equipamentos marítimos. Um mercador recebia, de diversos capitalistas, fundos com os quais comprava mercadorias, e embarcava com sua carga: em caso de perda das mercadorias no mar, o mercador não tinha de reembolsar os fundos emprestados; em compensação, em caso de revenda das mercadorias, ele devia reembolsar o capital, aumentado de três quartos dos ganhos obtidos. Havia variantes na divisão dos riscos e dos lucros.

A *sociedade* foi adotada pelos mercadores que se dedicavam ao comércio terrestre. Conforme as concepções do direito romano, a sociedade comercial medieval estava ainda fortemente marcada pelo *caráter pessoal do contrato* (número limitado de associados, freqüentemente parentes próximos ou aliados; inalienabilidade das partes; responsabilidade dos associados *in solidum* e *in infinitum*; duração limitada a alguns anos, com cláusula de renovação), mas desde esta época firmou-se o *caráter capitalista da instituição*, tanto pela importância que o capital tomou, quanto pelas regras adotadas para a divisão dos benefícios. Certamente as tomadas de fundos iniciais nos parecem hoje em dia bem fracas (mesmo tendo em conta o nível dos preços da época): em Toulouse, de 1350 a 1450, as sociedades cujo capital era inferior a 200 libras representavam 67% do conjunto, e inferior a 300 libras, 79%; quatro socie-

1 A libra *tournois* era assim chamada por ser cunhada em Tours, assim como o marco *lub* o era em Lubeck. (N. do T.)

dades somente, ou seja, 2,9% do conjunto, ultrapassaram 2.000 libras em capital. Da mesma forma em 1455, a filial da firma dos Médicis em Bruges não tinha senão um capital de 3.000 libras. Dito isto, é preciso não esquecer que as grandes sociedades italianas de negócios transformaram-se em bancos de depósito, pela constituição de um capital anexo e variável (*sopra corpo*), ao lado do capital social inicial (*corpo*): a sociedade aceitava os depósitos de terceiros, reembolsáveis a vista e retribuídos com um juro fixo, quase sempre 8% ao ano. A massa dos depósitos recebidos era reinvestida pela sociedade nas operações que produziam um ganho superior; mas, ignorando as regras de prudência que a especialização bancária só impôs muito mais tarde, essas sociedades medievais não hesitaram em congelar os depósitos a vista nos empréstimos contraídos por soberanos ou nos empreendimentos comerciais ou artesanais de fraca liquidez. Em caso de pânico, a corrida dos depositantes, que pedia a retirada de seus depósitos, tornava particularmente vulneráveis estes "colossos de pés de argila" (A. Saporì). No que concerne, por outro lado, à divisão dos ganhos, a influência capitalista transformou o caráter pessoal do contrato, no sentido de que a divisão foi sempre calculada, se não exatamente na proporção da colocação de fundos, ao menos em função dela. Enfim, notamos que com exceção de casos muito raros (moínhos do Bazacle, em Toulouse, por exemplo) foi em Gênova que apareceram no século XV sociedades que anunciavam as sociedades anônimas modernas (divisão do capital em partes cedíveis, responsabilidade do acionista limitada à sua colocação de fundos): tratava-se de sociedades especializadas no comércio de um produto particular, tal como o sal, o alume, o mercúrio etc.

As mais poderosas sociedades comerciais desenvolveram-se na Itália a partir do século XIII, principalmente em Florença, que foi a sede de algumas casas célebres. No decorrer deste século destacaram-se os Tolomei e os Buonsignori de Siena, os Rapondi de Luca, os Spini, os Scali, os Frescobaldi de Florença: voltados essencialmente para as feiras de Champagne, para o comércio dos têxteis e para os empréstimos aos soberanos, estas casas foram vítimas de dificuldades monetárias e políticas (desde 1290) e econômicas (a partir de 1315), falindo entre o fim do século XIII e o primeiro quarto do XIV. A substituição foi assegurada por uma nova geração de casas florentinas, cuja atividade se estendia do Mediterrâneo oriental à Inglaterra (os Bardi, os Peruzzi, os Acciaiuoli); por seu turno,

estas sociedades foram vítimas das dificuldades políticas (início da Guerra dos Cem Anos) e econômicas (Peste Negra). Na falência dos Peruzzi (1343), o rei da Inglaterra era devedor de 600.000 florins; na dos Bardi (1346), de 900.000 florins, e o rei da Sicília, de 100.000 florins. A terceira geração, que se formou após 1350, foi eclipsada pelos Médicis, que conseguiram no século XIV dominar a vida política e econômica de Florença. Em 1434, Cosme de Médicis se apoderou de fato do poder e procedeu a uma transformação profunda da empresa familiar: abandonando a forma tradicional de sociedade com sucursais, representada nas grandes praças por um escritório confiado a um associado, ele adotou a forma mais flexível e descentralizada de sociedade com filiais, independentes juridicamente umas das outras, mas nas quais surgiam como associados os diversos membros da família.

Fora da Itália, sociedades de menor envergadura multiplicaram-se nos séculos XIV-XV nas cidades hanseáticas, mas jamais houve grandes firmas permanentes (Ph. Dollinger), se se exceptua o caso muito particular da Ordem Teutônica, que se entregava ao comércio desde o fim do século XIII. Na Alemanha meridional, constituíram-se sociedades familiares em Augsburg e Nuremberg, para se dedicarem sobretudo ao comércio dos metais ou dos têxteis, mas uma só grande sociedade apareceu, a fundada em 1380, em Ravensburg, por Joseph Hompys, cujas operações com velas de navio e açafrão cobriram a Europa Meridional, a Alemanha e os Países Baixos.

2 — AS ROTAS E AS MERCADORIAS

Desde os primeiros séculos da Idade Média, a economia ocidental produziu também para vender, mas é a partir do século XI que o volume de produtos aumenta sensivelmente. Pode-se dividir os principais deles em sete setores: 1) a *alimentação* (grãos, vinhos, sal, peixes defumados ou salgados); 2) o *vestuário* (lã, linho, peles, couros, produtos tintoriais); 3) a *construção* (pedras e madeiras); 4) os *transportes terrestres* (cavalos) e *marítimos* (alcatrão, cordas, velas); 5) a *iluminação* (cera); 6) a *metalurgia* (metais em lingotes, armas, ourivesaria); 7) a *cerâmica e a vidraria*.

A importância quantitativa do volume das mercadorias que eram objeto do comércio longínquo na Idade Média é

impossível de precisar. Alguns raros indícios levam a pensar que não atingiram jamais um nível elevado, mesmo se se limita a comparação ao volume do comércio da Europa mercantilista, anterior às revoluções do século XVIII: um documento aduaneiro de 1293 permite estimar em 4 ou 5 000 toneladas a exportação anual de ferro astúrio pelos portos de Guipuzcoa e da Biscaia; na segunda metade do século XIII, as exportações inglesas de lã ter-se-iam elevado anualmente a 3 ou 4 000 toneladas; em 1335, a tonelagem da frota veneziana não teria ultrapassado 40 000 toneladas...

De outro lado, por muito tempo o Ocidente ofereceu rebanhos consideráveis de *gado humano*: era um mercado no qual vinham se aprovisionar abundantemente os bizantinos e os árabes. O escravo era um objeto procurado de grande valor e que se vendia bem. Após intervenções da Igreja, os escravos de exportação não foram mais recrutados em regiões da cristandade e sim, principalmente, nas regiões pagãs limítrofes ao norte (germanos) e a leste (eslavos). Até o fim da Idade Média, o tráfico de escravos foi uma atividade florescente, no Mediterrâneo, para os venezianos e os catalães.

Do Oriente, os ocidentais traziam principalmente produtos alimentícios e farmacêuticos (especiarias), produtos têxteis (sedas), produtos tintoriais e ouro.

O comércio medieval organizou-se em torno de dois grandes eixos marítimos, o *eixo mediterrâneo* (até o mar Egeu e o mar Negro) e o *eixo nórdico* (da Mancha ao Báltico), ligados entre si por rotas terrestres, até que se estabelecessem ligações marítimas regulares entre a Itália e o mar do Norte, no século XIV.

Para o *eixo mediterrâneo*, a questão célebre é aquela das conseqüências da conquista árabe do século VII: o Mediterrâneo foi abandonado? A frase de Ibn-Khaldun (*Os cristãos não podem mais fazer flutuar uma tábua no mar*) é uma fanfarronada literária ou a expressão da realidade do fim do primeiro milênio? Segundo Pirenne, a conquista da África do Norte e da Espanha pelos árabes teria efetivamente fechado os portos da Gália e impedido as relações marítimas seculares do Ocidente com o Oriente. Um dos argumentos maiores de sua tese repousa no desaparecimento do papiro, do azeite de oliva e da seda no Ocidente, a partir do século VIII. Entretanto,

sem desconhecer o obstáculo que a hostilidade dos árabes levantava, R. Doehaerd salientou que o caminho marítimo direto entre o Oriente e o Ocidente tinha sido parcialmente substituído, naquela altura, pelo duplo caminho terrestre formado, de um lado, pela Espanha muçulmana (papel dos judeus radanitas exportadores de escravos ocidentais) e, de outro lado, pela Itália adriática que permanecera em relações com Bizâncio e mesmo com Alexandria (papel dos venezianos, igualmente exportadores de escravos ocidentais); o nascimento obscuro de Veneza, por volta de 800, corresponderia ao estabelecimento deste novo circuito. No século XII, as Cruzadas reabriram largamente o Oriente mediterrâneo aos venezianos e aos genoveses, que aí traficaram ativamente até que os turcos os expulsassem, no fim da Idade Média.

Quanto ao *eixo nórdico*, ele foi domínio dos navegadores frísios e saxões do século VII ao IX; depois os normandos os suplantaram quase em toda parte. O domínio dos vikings criou uma sucessão de mercados, de feitoria em feitoria, ligando o Atlântico ao Oriente, passando pelas Ilhas Britânicas, pela Escandinávia, pela Rússia dos varegues, de onde eles atingiram Bizâncio por Kiev e pelo mar Negro, Bagdá pelo Volga e pelo mar Cáspio, e talvez Samarcanda. São os achados monetários que fizeram descobrir a unidade deste espaço econômico norte-europeu do século X: perto de 100 000 *dirhens* cunhados no Irã e no Turquestão foram encontrados na Escandinávia, e, inversamente, ainda que em número claramente inferior, peças francas e anglo-saxônicas foram encontradas na Pomerânia e na Rússia. Após o ano mil, a Flandres conseguiu um lugar privilegiado neste eixo nórdico, em razão do desenvolvimento do comércio de panos. Até meados do século XIII foram mercadores flamengos itinerantes, sobretudo de Gand, de Arras e de Bruges, que foram vender seus panos numa vasta parte de sua área de difusão: em particular, entre mais ou menos 1150 e 1250, é nas feiras de Champagne que eles os vendiam a mercadores vindos da Itália com cargas de especiarias. Após 1250, as companhias italianas instalaram em Bruges correspondentes encarregados de comprar os panos da Flandres e, de os expedir para Florença, onde recebiam os últimos preparativos. Porém, por outro lado, os mercadores hanseáticos vinham, desde o século XII, aprovisionar-se de produtos exóticos em Bruges.

Bruges tornava-se assim o traço de união entre o Mediterrâneo e o Báltico.

Enfim, as rotas terrestres de ligação estabeleceram-se ao longo das vias fluviais (canal Saona-Ródano, canal Ródano-Mosa, canal Ródano-Reno). Os itinerários mais antigos foram os circuitos franceses, ligando a Flandres à Itália pelas feiras de Champagne; eles declinaram nos séculos XIV-XV, em proveito de um *eixo marítimo atlântico no oeste* (ligação Gênova, Bruges e Londres, por Barcelona, Cádiz e Lisboa) e de um *eixo terrestre germânico no leste* (ligação Hamburgo, Milão, pelas cidades da Alemanha do Sul onde apareceu um capitalismo comercial urbano dominado por algumas famílias, tais como os Fugger em Augsburg, ou os Hompys em Ravensburg).

3 — OS MERCADOS

Os locais de troca eram mercados (*mercatus*), quase sempre semanais, ou feiras (*fora, nundinae*), geralmente anuais. O mercado ou a feira, reuniões periódicas de vendedores e de compradores, dependia da autoridade pública: esta criava e fiscalizava os locais de trocas, em grande parte por razões fiscais, pois recebia direitos sobre a circulação das mercadorias (os *tonlieux*), sobre sua exposição (direitos de balcões) e sobre sua venda.

3.1. Os mercados do campo

Após as Grandes Invasões, a atividade dos mercados é provada tanto pelos cânones conciliários que vituperam os padres que freqüentam os mercados visando aí traficar, quanto pelo capítulo 54 da capitular *de villis*, que determina velar para que os homens do domínio não fossem perder seu tempo nos mercados. A criação e a existência de numerosos mercados rurais deixam evidentemente supor que os produtores tinham para vender excedentes agrícolas ou artesanais, ou matérias-primas, a compradores de fora, e que, por outro lado, eles vinham comprar o que não era produzido no domínio. Não se imagina um mercado local onde os camponeses venderiam reciprocamente suas produções, pois que pouco ou muito, eles deviam produzir os mesmos bens! A imagem da economia domínial vivendo isolada deve portanto ser corrigida: sem ali-

mentar um comércio considerável, a economia domínial alimentava um certo volume de trocas. A partir do século XI, “as explorações rurais foram solicitadas a produzir além de sua própria subsistência, para responder à demanda constantemente mais insistente dos compradores” (G. Duby); os grãos, o vinho e o gado eram levados aos mercados semanais e às feiras agrícolas, que se multiplicaram (conforme o número e a importância das cláusulas que lhes são relativas nas cartas de franquias e nas cartas da fundação de novas cidades). A feira (de *feria*, festa de um santo) era o reencontro temporário de mercadores “forasteiros”, isto é, vindos de longe (de *foris*, de fora); a feira diferia do simples mercado local por sua menor freqüência (periodicidade em geral anual, e não semanal) e por sua zona de influência mais vasta (ao menos a região); ela dava lugar a uma grande concentração de população e seu papel não era exclusivamente econômico (festividades). Constata-se que, antes mesmo que se produzisse o desenvolvimento urbano, o uso dos dinheiros (pequenas peças de prata) se difundiu nos campos no século XI, que novos pedágios foram criados e que suas receitas aumentaram: estes são indícios certos de circulação e trocas intensificadas nos campos. Nos pequenos mercados locais operavam *mercatores*, intermediários entre os produtores e os empresários de tráfico a longa distância; estes *mercatores* tinham freqüentemente de negociar com os intendentes senhoriais, que dispunham de quantidades importantes de grãos e de gado: no século XIII a grande exploração cerealífera introduzia na circulação comercial um grande volume de produtos agrícolas e redistribuía uma parte de seu valor sob a forma de salários em moeda aos trabalhadores agrícolas. De igual modo, a criação orientou-se na mesma época para a economia de troca: todos os anos, no outono, procedia-se à matança de porcos, que eram salgados para o inverno (daí a compra de grandes quantidades de sal, o que exigia numerário); no mesmo momento numerosos camponeses livravam-se de seu gado grosso, em particular dos cavalos e dos asnos, e até dos bois, para não terem de alimentá-los durante o inverno (daí o papel dominante das explorações ricas e abastadas que podiam comprar este gado e revendê-lo na primavera). “A criação era, portanto, antes de tudo, negócio de dinheiro e de comércio” (G. Duby). Quanto às ovelhas, elas colocavam, naturalmente, os camponeses em relação com os traficantes de lã. Tudo isto — e é preciso não

omitir o vinho — realça a ligação estreita dos campos com o burgo vizinho, sede do mercado semanal, e com as feiras da região, que constituíam todos os anos, no outono, mercados locais de produtos agrícolas, vinícolas e pastoris.

3.2. Os mercados da cidade

Independentemente dos mercados que subsistiram nas antigas *civitates*, tornadas sedes episcopais, apareceram, sobretudo na época carolíngia, aglomerações nas redes fluviais entre o Sena e o Reno, onde os barqueiros e os mercadores estabeleceram entrepostos: lugares de passagem e de estocagem, estes *portus* (o termo foi vulgarizado por Pirenne) deram nascimento às cidades. Pirenne datava a maior parte dos *portus* do século XI e afirmava que as raras criações da época carolíngia tinham sido aniquiladas pelas incursões normandas; teria havido portanto solução de continuidade entre o século IX e o XI. Segundo a opinião que predomina agora, numerosos *portus* das regiões mosanas e dos Países Baixos, ao contrário, desenvolveram-se, de maneira contínua, desde a época carolíngia, por exemplo, Bruges ou Gand. O desenvolvimento urbano do século XI não é mais concebido, de fato, como o efeito de uma brusca renovação, mas como a consequência de um crescimento anterior sustentado por trocas cada vez mais ativas entre os campos e as aglomerações urbanas (cidades antigas, novos *portus*). O tráfico dos mercados urbanos abrangia os gêneros da campina vizinha, os produtos do artesanato local e as mercadorias compradas a varejo nas grandes feiras. Eles estavam “submetidos ao protecionismo exagerado e à regulamentação mesquinha do corporativismo urbano” (M. Boulet): os vendedores deviam respeitar uma fiscalização da qualidade, do transporte e da exposição das mercadorias, fiscalização que estava destinada a assegurar o aprovisionamento regular do mercado e a diminuição dos preços pela liberdade e pela publicidade das transações; os compradores, por sua vez, viam os monopólios serem proibidos.

3.3. Os mercados da grande feira

Algumas feiras ultrapassaram a zona de atração de uma região ou de uma província e tornaram-se o lugar de troca de produtos distantes.

Assim, a feira de Saint-Denis, criada no século VII, foi na origem uma grande feira de vinho, que se mantinha durante várias semanas após as vindimas. Ela atraía os mercadores frisios e saxões. Ameaçada pelas incursões normandas, entre os meados do século IX e o início do X, ela conheceu em seguida uma nova prosperidade. Da mesma forma, a Champagne tornou-se muito cedo um lugar de feiras reputadas: Chappes, perto de Bar-sur-Aube (esta feira suplantou a de Saint-Denis no momento das incursões normandas) e Châlons-sur-Marne tiveram feiras célebres antes do ano 1000. Fora da França, Colônia e Pavia igualmente. Ainda aqui não houve mutação, mas um crescimento que acabou por transformar as estruturas.

Entre estas grandes feiras, as principais desenvolveram-se no século XII ao longo do eixo norte-sul que ligava a Inglaterra (feiras da lâ bruta de Winchester, Northampton, Saint-Yves, Stanford) e a Flandres (feiras de redistribuição da lâ e de venda de tecidos de Ypres, Lille, Bruges, Messines, Thourout) ao delta do Ródano (feiras de Beaucaire, Avignon, Narbonne, Montpellier), fossando pela Ile-de-France (feira de Lendit em Saint-Denis) e sobretudo a Champagne. De fato, as feiras de Champagne foram durante perto de dois séculos, de meados do XII ao início do XIV, a encruzilhada onde se encontravam flamengos e italianos.

A) A origem das feiras de Champagne não está estabelecida de maneira incontestável. Dois pontos são certos: as quatro cidades de feira (Lagny, Bar-sur-Aube, Provins, Troyes) tiveram inícios modestos (a feira de Bar-sur-Aube inicialmente foi uma feira local de animais); de outro lado, não foi a vinda dos flamengos e dos italianos que provocou o desenvolvimento das feiras, mas, ao contrário, foi este último que, após 1150, atraiu inicialmente os flamengos, depois os italianos. Como portanto lugares tão insignificantes como Lagny ou Bar-sur-Aube puderam tornar-se sede das feiras mais importantes da Europa? Conjectura-se que esta situação resultou da ação inteligente dos condes de Champagne: aproveitando a posição de seu condado, eles organizaram um ciclo regular de feiras de tal maneira que o mercado internacional estivesse aberto permanentemente todo o ano, e concederam aos mercadores um conjunto de privilégios que exerceram um poderoso atrativo (R.H. Bautier).

B) A organização das feiras de Champagne era regulada por um calendário preciso. Elas começavam em Lagny a 2 de janeiro, em Bar-sur-Aube na terça-feira anterior à mi-carême² (entre 24 de fevereiro e 30 de março), em Provins na quarta-feira antes da Ascensão (entre 28 de abril e 1 de junho — feira de Santo Quiríace), em Troyes entre 9 e 15 de julho (feira quente de Troyes ou feira de São João), em Provins a 14 de setembro (feira de Santo Ayoul) e em Troyes a 2 de novembro (feira fria de Troyes ou feira de São Remígio). Como elas duravam perto de cinquenta dias cada uma, sucediam-se de fato umas às outras. O ritual das feiras desenrolava-se em três fases sucessivas: exposição das mercadorias, vendas, acerto de contas ou ainda “droits payements”. O direito de criar uma feira era um direito regaliano, em verdade usurpado pelos grandes senhores, que eram os únicos que podiam fazer respeitar o conjunto das disposições tomadas para favorecer os mercadores e atraí-los.

Nas rotas que para lá conduziam, os mercadores beneficiavam-se de fato do *conduto das feiras*, que os colocava, mediante dinheiro, sob a salvaguarda do senhor da feira: em caso de agressão, o senhor autor do “salvo-conduto” intervinha para exigir reparação do dano cometido a seus protegidos. Em 1209, Filipe Augusto colocou sob seu *conduto real* todos os mercadores que se dirigiam à feira.

Na própria feira os mercadores gozavam de franquias que lhes garantiam a livre disposição de sua pessoa e de seus bens (isenção do *droit de represailles* e do *droit d'aubaine*,³ sanção ou incapacidade ligada à qualidade de estrangeiro; *franquia de embargo*, isto é, suspensão na feira das medidas de execução pronunciadas anteriormente sobre a pessoa ou sobre os bens do mercador, tanto por delito quanto por dívida). O senhor garantia não somente a *paz do mercado*, mas ainda oferecia condições de alojamento e de entreposto vantajosas, assim como isenções ou diminuições de taxas. Os *guardas das feiras* estavam encarregados, originalmente, de garantir a fiscalização e de vigiar a segurança dos mercadores. Depois eles adquiriram,

no fim do século XII, um poder de jurisdição sobre os mercados, nos limites da feira. Na primeira metade do século XIII os mercadores tomaram o hábito de concluir seus contratos sob o selo dos guardas das feiras de Champagne, o que conferia jurisdição a estes últimos sobre a execução de tais contratos; simultaneamente, os contratos assim concluídos nas feiras tornaram-se executáveis em toda a cristandade latina, e isto transformou o papel das feiras. Enfim, os mercadores organizaram-se nas feiras por “cidades” ou “nações” de origem: os meridionais (italianos, catalães, provençais, languedocianos) tiveram, desde os meados do século XIII, seus *cônsules*, representantes permanentes de sua cidade, encarregados de defender seus interesses; os cônsules de uma mesma nação formavam um organismo dirigido por um *capitão*. Em compensação, os nórdicos (flamengos, artoisianos, hennuyers, champanheses) não organizaram representação permanente na feira, e a *Hansa das dezessete cidades* (comerciantes de panos de lã) era a intérprete de seus interesses.

C) O papel das feiras de Champagne evoluiu. Na origem elas foram essencialmente comerciais: os flamengos lá levavam seus tecidos e lá foram encontrados na segunda metade do século XII pelos italianos. “É certo que Gênova tenha sido a instigadora deste novo tráfico.” (M. Boulet.) Voltados para o comércio marítimo, os genoveses deixaram aos “lombardos” (piemonteses de Asti, Alba, Chieri, Vercelli...) o encargo de se ir aventurar até Champagne para lá trocar sedas e especiarias por tecidos. Gênova tornou-se assim, no século XIII, a plataforma giratória do comércio internacional entre o Oriente e o norte da Europa.

Os genoveses exerciam a função de capitalistas para Gênova. Eles emprestavam a mercadores os fundos com os quais estes compravam ali mesmo os produtos do Oriente que combiavam em seguida para a Champagne. Convencionava-se que estes empréstimos (a juros) seriam reembolsados na feira de Champagne, e em moeda da França: este “contrato de câmbio” reunia portanto uma operação de crédito (reembolso adiado) e uma operação de câmbio (permuta de moeda). Com os fundos recuperados na Champagne, os genoveses tinham recursos para comprar os tecidos que destinavam à exportação para o Oriente. É assim que as feiras de Champagne tornaram-se um

² *Mi-carême* é a quinta-feira da terceira semana da Quaresma, chamada popularmente de quinta-feira da serração da velha. (N. do T.)

³ O *droit d'aubaine* “deve ser considerado como extensão do direito de inexistência de herdeiros naturais: se um *aubain* (estrangeiro) morre em França sem deixar filho ali nascido, a sua sucessão pode ser reivindicada, seja pelo rei, seja pelo senhor do lugar” (J. Calmette). (N. do T.)

importante mercado de capitais, substituindo o mercado de produtos. Porém, a maior parte das praças de comércio européias tinha relação com estas feiras: desde os meados do século XIII, através de toda a Europa, difundiu-se o uso de estipular como reembolsáveis nas feiras de Champagne os empréstimos contratados pelos grandes senhores, laicos ou eclesiásticos. No fim do século XIII as casas florentinas ou sienesas ainda obtinham seus fundos em Champagne, fosse por contratos de câmbio estipulados como reembolsáveis na feira, fosse por remessas de mercadorias que lá eram vendidas; mas as compras de tecidos flamengos efetuavam-se doravante na própria Flandres, por intermédio de corretores, e eram pagas nas feiras. *O papel comercial das feiras anulava-se, portanto, por detrás de seu papel bancário*: a prática dos "droits payements", que permitia apurar as contas por compensação, transformou então as feiras no centro cambista europeu e no principal mercado de capitais, no qual funcionava cada dois meses um acerto das dívidas por compensação.

D) O declínio das feiras de Champagne começou por volta de 1300. Sua decadência estava consumada quando sobreveio a Peste Negra. As razões que explicam a amplitude e a rapidez deste recuo são diversas, não havendo acordo sobre a importância delas.

Estruturas políticas? Em 1285, Filipe, o Belo, marido da última condessa de Champagne, tornou-se rei da França e uniu o condado ao domínio real: seu fisco foi verdadeiramente "excessivo" e desencorajou os estrangeiros? Em 1294, o mesmo rei confiscou o ducado da Aquitânia que pertencia a Eduardo I: em represália, este interditou a exportação das lãs inglesas na Flandres (1295). Pressionado pela burguesia flamenga, a quem esta matéria-prima era indispensável, o conde da Flandres tomou o partido da Inglaterra e, em 1297, começou uma longa série de conflitos armados franco-flamengo que encontraram seu prolongamento na Guerra dos Cem Anos a partir de 1337. Esta sucessão de guerras afastou os flamengos das feiras de Champagne. *Estruturas da produção?* Até ao fim do século XIII a indústria têxtil italiana, toscana ou lombarda, não produzia senão tecidos inferiores destinados ao consumo local: ela se pôs então a produzir artigos de qualidade, próprios à exportação, e a procura de tecidos flamengos baixou

na Itália, daí a desertão dos italianos. *Estruturas dos circuitos comerciais?* O estabelecimento de ligações marítimas regulares entre Gênova e Bruges, por volta de 1320, e a frequência acentuada dos itinerários terrestres entre a Renânia e a Lombardia foram posteriores ao início do declínio das feiras de Champagne, mas contribuíram para acelerá-la. *Estrutura dos mercados?* Paris tornou-se, no fim do século XIII, um grande centro comercial (feiras de Lendit, onde se trocavam os têxteis e as especiarias), um vasto e rico mercado consumidor (cidade muito povoada, onde viviam uma corte e funcionários dispondo de rendas importantes) e uma praça bancária (afluxo de banqueiros italianos). Paris portanto suplantou a Champagne, sem entretanto conservar este papel muito tempo: no século XV, "a capital tinha asfixiado seu banco" (J. Favier). *Estruturas monetárias?* No decorrer da segunda metade do século XIII, o ouro tendia a suplantar a prata e a relação entre os dois metais sofria variações bruscas que levaram à falência as casas italianas cujas atividades estavam centradas no negócio do dinheiro nas feiras de Champagne (R.H. Bautier). *Estruturas das empresas?* As feiras de Champagne teriam sido também vítimas da sedentarização do comércio: as casas italianas instalaram corretores permanentes nas grandes praças e fizeram empregados acompanhar suas mercadorias. Não seria preciso, no entanto, insistir muito sobre as consequências desta evolução: se é inegável que as feiras de Champagne declinaram, muitas outras grandes feiras sobreviveram ou se desenvolveram após a sedentarização do comércio; em particular, as feiras de Genebra e de Lyon substituíram, no século XV, se bem que em escala menor, as antigas feiras de Champagne.

As feiras de Genebra atingiram seu apogeu no início do século XV: bem situadas geograficamente, na saída das passagens alpinas, entre a Itália, a Renânia e a Flandres, e politicamente nos confins pacíficos do Império, fora das agitações da Guerra dos Cem Anos, estas feiras beneficiaram-se de uma moeda local estável e de vastos mercados comerciais novos no circuito oriental do Império (Polônia, Boêmia, Hungria). Elas foram ao mesmo tempo um mercado têxtil (sedas) e um mercado de câmbio trimestral, pois elas se realizavam na Epifania, na Páscoa, em agosto e no Dia de Todos os Santos.

As feiras de Lyon, dotadas, em 1420, dos privilégios das feiras de Champagne, organizaram-se pelo modelo genebrês, ado-

tando em particular o mesmo calendário: elas também foram feiras de sedas e de câmbio, e entraram em conflito com suas rivais de Genebra em meados do século XV.

4 — A MOEDA

4.1. Contração monetária (séculos V-X)

Este assunto alimentou ardentes controvérsias. Confundindo o efeito com a causa, superestimou-se provavelmente a sua importância na história econômica. De fato, quando se constata que o homem da Alta Idade Média trocava tanto mercadorias por outras mercadorias, ou por serviços, como trocava mercadoria por moeda, deve-se aí ver a prova da *escassez de numerário*, geradora de contração econômica, ou, ao contrário, é preciso ver aí a prova de uma *escassez de bens*, engendrada pela fraqueza da produção, a qual teria provocado por seu turno um esgotamento da circulação monetária e a imobilização do metal precioso no entesouramento (R. Doehaerd)? Enfim, o metal simplesmente desapareceu ou apenas desapareceu como *instrumento de troca*, para tornar-se principalmente um *instrumento de reserva*?

A) O declínio contínuo da qualidade das peças desde o Baixo Império não é contestado. O sistema monetário do Baixo Império praticava o padrão-ouro. A unidade monetária era o soldo de ouro (*solidus*), datando de Constantino e pesando 1/72 de libra, ou seja, cerca de 4,54 gramas. As peças de ouro que circulavam (pois havia uma importante circulação de peças de prata e de bronze, ligada ao ouro) eram sobretudo o meio-soldo e o terço de soldo (*triens*). Até às reformas carolíngias, os reinos bárbaros conservaram o sistema romano, mas diversos testemunhos provam que nos séculos V-VI eram fabricados na Gália soldos de ouro de qualidade inferior. Entretanto, no Ocidente cunhou-se sobretudo o *triens*, de um peso teórico de 1,50 gramas, mas pesando geralmente 1,30 gramas, salvo na Lombardia, onde o *solidus* sobreviveu. No decorrer do século VII, o quilate do *triens* ocidental foi alterado: a peça comportava uma proporção crescente de prata e acabou por ser apenas uma peça de prata "banhada" de ouro, isto é, de prata dourada. Esta situação teve graves consequências: privadas da garantia de uma autoridade pública (cunhagem abandonada na Gália a

oficinas particulares, fim do século VI), as moedas não inspiraram mais confiança; difundiu-se o uso de pesá-las a cada transação para verificar seu peso e quilate. Uma circulação de pequenas peças de prata é atestada no século VI por Gregório de Tours, mas as descobertas arqueológicas não acharam senão um pequeno número delas. É provavelmente esta penúria de moedas de prata de fraco valor que explica o sucesso, a partir de cerca de 650, dos *sceattas*, peças de origem saxônica e frísia, difundidas na Inglaterra e na Escandinávia. Uma série de tesouros importantes escavados em diversas regiões da Gália entre 680 e 737 (Bordelais, Bretanha, Berry, Niçois...) arrecadou uma grande quantidade delas. Esta dispersão geográfica leva a pensar, por um lado, que o comércio saxão e frísio era muito extenso, e, por outro lado, que a procura de moedas de pequeno valor cresceu; conclui-se disto que a circulação das mercadorias de pequeno valor aumentou. Paralelamente à invasão dos *sceattas* no fim do século VII, constata-se o progresso da moedagem de prata nas regiões francas, sob a forma de dinheiros de um peso de 1,20 a 1,30 gramas.

B) A decadência do bimetalismo ouro-prata não é menos certa, mas a explicação do fenômeno deu lugar a hipóteses as mais contraditórias.

As interpretações hipotéticas trataram da evolução do volume global de metal amarelo na Europa bárbara. Para H. Pirenne (*Mahomet et Charlemagne*), a Europa merovíngia era rica em ouro; a decadência do bimetalismo teria sido devida a uma fuga do ouro, do oeste para o leste e o sul, fuga provocada pelo *deficit* da balança comercial e pela asfixia econômica consecutiva às invasões árabes. Completamente oposta é a teoria de M. Lombard (L'or musulman du VII au XI siècle, *Annales E.S.C.*, 1947):⁴ longe de submeter o Ocidente a uma fome de metal amarelo, as invasões árabes teriam ao contrário favorecido um refluxo do ouro nesta parte do mundo em razão das compras de escravos, de madeira, de estanho e de peles, seja através da Espanha e da África, seja por intermédio do Báltico, da Rússia e do mar Negro. A moeda de ouro mulçumana (o *dinar*), boa cópia do soldo de ouro de Constantino, teria então

⁴ Há tradução deste artigo, feita pelo prof. E. Simões de Paula, na *Revista de História*, nº 13, 1953. (N. do T.)

se tornado a moeda internacional, e os Carolíngios não teriam tido necessidade de imitá-la, pois ela teria circulado em toda parte em abundância. Carlos Magno, fundando suas emissões monetárias no dinheiro de prata, teria colocado o sistema monetário ocidental de acordo com o dos árabes, o dinheiro de prata carolíngio correspondendo ao *dirhem* de prata. O ouro teria portanto sido o principal instrumento do poderio econômico muçulmano, pois o Islã dispunha de abundantes fontes de provisão (importações de ouro da Núbia e da Abissínia; tributos, resgates e pilhagens impostas às regiões submetidas; violações das tumbas dos faraós...). É igualmente este retorno do ouro árabe que teria permitido a cunhagem de algumas peças de ouro de prestígio sob Carlos Magno e Luís, o Pio. A maior objeção oposta a esta teoria concerne justamente a esta cunhagem das peças de ouro ocidentais: de fato, não se encontram senão muito poucas peças de ouro, árabes ou outras, nas escavações arqueológicas carolíngias. É portanto forçoso admitir que, se dinares de ouro muçulmanos penetraram naquela época no Ocidente, eles foram transformados em lingotes, e não foram conservados sob forma de peças circulantes ou entesouradas: mas então como justificar a ausência de cunhagem no Ocidente pela difusão dos dinares?... Resta uma terceira teoria emitida por Ph. Grierson em artigos de numismática aparecidos entre 1951 e 1954: diversas reformas ocasionaram, no fim do século VII, a formação de três grandes zonas monetárias. De um lado a zona bizantina, monometalista de ouro; de outro, a zona muçulmana, bimetalista de ouro-prata. A procura de ouro para a cunhagem, nestas duas zonas, teria provocado a alta do metal amarelo (a relação dos dois metais fixou-se em 1 por 18 em Bizâncio, e em 1 por 14 nas regiões muçulmanas). Em consequência, a Europa Ocidental, terceira zona monetária, teria lucrado com esta situação por pagar em ouro (supervalorizado) os produtos orientais que comprava. Entretanto, pode-se retorquir que as trocas "internacionais" não deviam representar grande coisa na vida econômica da Europa bárbara, e que é portanto audacioso imputar o desaparecimento do ouro amoeado no Ocidente a movimentos de capital de grande amplitude (R. Dochaerd).

As observações concretas preocupam-se em determinar para que servia praticamente o metal amarelo, o que deve permitir descobrir as causas e as modalidades do desaparecimento do ouro

amoeado. Em primeiro lugar, o ouro servia para comprar mercadorias orientais, certamente em pequenas quantidades, mas estes pagamentos mal compensados por vendas de valor menor devem ter contribuído, a longo prazo, para rarefazer o ouro amoeado. Por outro lado, do século V ao X, o Ocidente foi submetido a pilhagens repetidas de invasores diversos, entre os quais os árabes ao sul, os vikings ao norte e os húngaros a leste. Ora, à pilhagem pura e simples acrescentaram-se pesados tributos, em particular aos normandos, e disto resultaram punições repetidas sobre a massa de moedas de ouro em circulação. Enfim, o ouro foi sobretudo entesourado, no Ocidente; ele tornou-se então essencialmente um instrumento de reserva e perdeu seu papel de instrumento de troca. Não é raro encontrar nos testemunhos operações nas quais o preço era expresso ao mesmo tempo em unidades monetárias (a moeda desempenhando aqui seu papel de medida de valor) e em coisas (mercadorias ou serviços) que deviam ser entregues efetivamente em pagamento do preço (a moeda, por estar ausente, perdeu assim seu papel de instrumento de troca). Das três funções tradicionalmente reconhecidas à moeda, instrumento de medida, de troca e de reserva, a segunda foi enfraquecida e a terceira acentuada no curso da Alta Idade Média. Nas narrações da época abundam as histórias que exprimem a cupidez que o ouro desencadeava: a paixão dos bárbaros pelo enfeite e pela ostentação levava-os a acumular grandes quantidades de jóias e de móveis preciosos, que freqüentemente acompanhavam o defunto à sua tumba, como o provam achados feitos nas sepulturas da Alta Idade Média. Da mesma forma as igrejas, graças às doações recebidas, constituíram importantes tesouros com os mobiliários cultural e funerário, freqüentemente fabricados em ouro (cálices, cibórios, patenas, cruzes, relicários, caixas etc.). Quando os textos falam de ouro, trata-se na maior parte das vezes de ouro fundido e poupado sob forma de objetos preciosos: em caso de necessidade, recorria-se a um moedeiro que dava ao metal sua forma e sua destinação de moeda. Nos nossos dias, é sobre este fenômeno de entesouramento que os autores mais insistem, e concluem disto que o ouro da Europa bárbara muito mais se refugiou na poupança do que fugiu para o Oriente. Pensava-se recentemente que a Europa tinha-se esvaziado de seu ouro. Atualmente pensa-se mais comumente que, bem longe de desaparecer completamente por evasão, o ouro sobretudo mudou de

forma e de função. Ao ouro circulante sob a forma de peças substituiu o ouro poupado sob a forma de objetos preciosos.

C) A instauração do monometalismo de prata foi obra dos primeiros Carolíngios, na segunda metade do século VIII. O ouro tinha ganho um poder de compra muito elevado para conservar seu papel de instrumento de troca na vida corrente; porém, parece que a partir do século VIII a circulação das mercadorias de pequeno valor aumentou. A demanda de moeda pequena, portanto, cresceu simultaneamente. Entretanto, a pequena moeda de prata da época merovíngia tornara-se geralmente de muito má qualidade (falsificação do título e do peso). Daí a necessidade para os Carolíngios de proceder a uma reforma do sistema monetário visando responder a uma dupla necessidade: necessidade de moeda boa, necessidade de moeda pequena. No que concerne ao primeiro ponto, os Carolíngios quiseram restabelecer com firmeza a regalia das moedas: dispondo do produto de importantes minas de prata (Melle no Poitou, depois Harz na Saxônia, enfim na Boêmia) eles pretenderam impor o metal oficial nas oficinas, e os moedeiros foram colocados sob a fiscalização dos condes. No que concerne ao segundo ponto, Pepino, o Breve, e Carlos Magno estabeleceram por etapas um novo sistema monetário, cuja peça principal era um dinheiro de prata de tipo novo, pesando entre 1,75 e 2 gramas; desde 864, Carlos, o Calvo, reduziu seu peso a 1,70 gramas.

A libra romana (327 gramas) foi substituída por uma libra mais pesada, cujo peso exato nos é desconhecido: os autores divergem sobre sua estimativa, o mais freqüentemente entre 418 e 491 gramas. Em 780 foi decidido que 240 dinheiros seriam talhados numa libra de prata e que 12 dinheiros valeriam um soldo: assim nasceu a distinção entre *moeda de troca* (nem a libra, valendo 20 soldos, nem o soldo, valendo 12 dinheiros, eram peças realmente cunhadas: libra e soldo não passavam de *simples expressões numéricas*, como disse M. Bloch) e *moeda real* (as peças em circulação eram o dinheiro e suas frações: o óbolo ou *maille*, valendo meio dinheiro, o *picte*, valendo um quarto de dinheiro). Em 805-808 Carlos Magno tentou reservar a regalia dos dinheiros somente às peças cunhadas na oficina de Aix-La-Chapelle, mas não o conseguiu. Até ao edito de Pistes de Carlos, o Calvo (864), a cunhagem e a circulação das moedas permaneceram unicamente da competência do soberano;

as oficinas eram arrendadas aos moedeiros e estes eram fiscalizados pelos condes e pelos *missi dominici*; os lucros da moedagem eram em parte abandonados pelo rei aos condes.

Na segunda metade do século IX, a decadência do poder real ocasionou a perda do monopólio soberano: condes, bispos e abades obtiveram do rei, na França, a concessão da moedagem. No século X os grandes vassallos usurparam-na, pura e simplesmente. Todos estes grandes, tanto concessionários quanto usurpadores, no início fizeram cunhar os dinheiros em nome do rei, depois, na segunda metade do século X, obtiveram a permissão de substituir o nome do rei pelo seu. Portanto, a que imputar o fracasso da regalia das moedas? É uma dessas múltiplas manifestações da decadência do poder político soberano que os Carolíngios inutilmente tentaram instituir e manter? É mais particularmente a consequência do parcelamento econômico entre pequenas regiões que viviam em torno de seu mercado, utilizando a moeda fornecida pela oficina local, na ausência de vastos circuitos de circulação monetária? As duas explicações não se excluem mutuamente.

4.2. Expansão monetária (séculos XI-XV)

Em relação com a expansão econômica, o crescimento do volume monetário em circulação aumentou a partir do século XI, mas, a despeito dos esforços de simplificação, as estruturas monetárias permaneceram marcadas por uma grande diversidade e a conjuntura monetária ressentiu-se de uma grave *instabilidade*.

A) A diversidade das estruturas. No século XI, o direito de cunhar moeda fora em geral usurpado pelos senhores alto-justeiros: disto resultava uma proliferação de diversas moedas. Somente no reino da França existiam cerca de 300 oficinas moedeiras. Este inconveniente era atenuado por duas razões: de um lado, até meados do século XIII, todas estas oficinas conservaram o *dinheiro carolíngio* como modelo de cunhagem; de outro lado, estes dinheiros de prata eram fabricados com uma liga de metal cujo quilate era em princípio conhecido, o que permitia estabelecer valores comparativos e proceder ao câmbio (câmbio manual, ou câmbio local). De fato, a diver-

sidade das moedas não representava incômodo considerável no comércio local, pois cada moeda tinha sua própria zona de difusão, que estava determinada pela área de influência econômica da região onde funcionava a oficina. No decorrer do século XIII, os monarcas e os príncipes intervieram para colocar um fim nesta proliferação e emissão de moedas de má qualidade (fraco quilate) por algumas oficinas. Na França, Luís IX editou, no fim de seu reinado, um conjunto de princípios que impôs a preeminência da moeda real: interdição das moedas senhoriais no domínio real e das moedas estrangeiras no reino; proibição de imitar a moeda do rei ou de limá-la;⁵ curso legal da moeda real em todo o reino. Foi admitido que não poderia mais haver concessões do direito de cunhar moeda: no início do século XIV, uma lista (incompleta) dos senhores tendo direito de cunhar moeda na França já não enumeraria além de trinta deles. No fim do século XV, as oficinas moedeiras senhoriais não eram mais que sobrevivências excepcionais.

A emissão de cada tipo de peça era definida por três elementos: o quilate, o talhe e o curso. Era preciso de início definir o quilate (= título) do metal moedável, isto é, a proporção de metal fino. O ouro fino era dito de 24 quilates, a prata fina de 12 dinheiros: portanto, por exemplo, uma peça de prata "de 10 dinheiros" era de 833 milésimos de metal fino, uma peça de ouro "de 23 quilates" era de 958 milésimos de metal fino. Desde o fim do século XIII, pelo menos, o título legal era na França de 11 dinheiros e 1/2, ou seja, 958 milésimos de metal fino. Era necessário em seguida precisar o peso das peças; na Idade Média ele era indicado apenas indiretamente. De fato, limitavam-se a contar a quantidade de peças que seriam "talhadas" numa unidade ponderável de metal moedável; esta unidade era o marco. Havia na Europa uns cinquenta marcos diferentes, valendo geralmente entre 220 e 250 gramas: quando se dizia portanto que o soldo *tournois* (por exemplo, o *gros* de 1329) seria "no talhe de 60 por marco e no título legal de 12 dinheiros", isto significava que num marco de Troyes (244,75 gramas) em 958 milésimos de metal fino cunhar-se-iam 60 peças (de 4,07 gramas cada uma). Enfim, o último elemen-

⁵ Muitas vezes os usuários partiam uma moeda em vários pedaços (na falta de peças divisionárias) ou desgastavam-na com uma lima ficando com algum metal e passando a moeda desvalorizada adiante (daí o costume de se pesar a moeda recebida). (N. do T.)

to, o curso: as peças não levavam nenhuma indicação numérica relativa ao seu valor. A autoridade emitidora fixava para cada peça o valor de seu curso legal, expresso em moeda de troca, declarando, por exemplo, que tal peça de tal modelo "teria curso por tantos dinheiros ou tantos soldos". Disto resultou que, após a ressurreição do bimetalismo, no século XIII, a relação legal do ouro e da prata foi fixada apenas implicitamente.

As mutações monetárias eram facilitadas, já que a emissão era regulamentada pelas autoridades que tinham o direito de cunhagem. Elas podiam revestir três formas, que correspondem a cada um dos elementos de definição das peças: modificação do título, modificação do peso, modificação do curso. Nos dois primeiros casos, a mutação supunha a depreciação (desmonetização das peças) e uma nova cunhagem: a operação era proveitosa para a autoridade monetária, pois esta recebia nessa ocasião uma taxa, o direito de senhoriação. Ao contrário, no terceiro caso, não havia refundição, mas simples variação nominal do curso legal. Quando estas manipulações baixavam o valor da moeda (desvalorização), falava-se na Idade Média de "enfraquecimento" da moeda; no caso inverso (reavaliação), de "reforço" da moeda. A despeito das condenações da Igreja, as mutações tornaram-se frequentes a partir do fim do século XIII: disto resultava uma depreciação monetária, apesar de algumas tentativas de restauração. Frequentemente a autoridade reavaliava nominalmente por escalões sucessivos antes de operar uma grande desvalorização com depreciação: o reforço prévio tornava ainda mais vantajoso o enfraquecimento consecutivo, já que as peças eram tomadas no curso reforçado e restituídas no curso enfraquecido!

B) A instabilidade da conjuntura. A demanda de moeda evoluiu em duas direções diferentes. De uma parte, no século XI, desde antes do desenvolvimento urbano, julga-se que em numerosos locais (por exemplo, na Normandia, no Mâconnais) os camponeses manejavam dinheiros cada vez mais abundantes. G. Duby insistiu sobre o erro que consistiria em ligar a difusão da moeda nos campos exclusivamente ao desenvolvimento urbano. Na Europa Meridional, as menções de equivalência em gado ou em gêneros tornaram-se mais e mais frequentes até cerca de 1075, depois elas se rarefizeram e desapareceram por

volta de 1140. Entretanto, o fenômeno não foi geral: na alta Provença o numerário era ainda raro entre os camponeses no início do século XIV. De outra parte, o valor do dinheiro carolíngio diminuía no curso dos séculos: no fim do século XIII, o desenvolvimento do volume de trocas impunha a criação de peças dotadas de um poder liberatório mais forte. Tais cunhagens apareceram então nos grandes centros de comércio e tomaram duas formas:

a) *As grandes peças de prata.* Foi em 1202 ou 1203 que Veneza emitiu os primeiros *gros*, chamados *matapans*: tratava-se de dinheiros *gros*, valendo 24 dinheiros, ou seja (em Veneza), um soldo. O soldo carolíngio, até aí moeda de troca, tornava-se por sua vez, como o dinheiro, uma moeda real. O dinheiro era rebaixado à categoria de pequena moeda divisionária. Florença, pouco antes de 1237, depois Luca, a partir de 1242, imitaram Veneza e emitiram também seus dinheiros *gros* de prata, seguidas por todas as grandes cidades mercadoras da Itália, em meados do século. Na Inglaterra foi então criado o esterlino, valendo quatro dinheiros, o que tornou inútil a emissão do *gros*, mas em outros locais, por toda parte estes se impuseram: na França em 1266 (o soldo de 12 dinheiros ou *gros tornois*, de 4,21 gramas de prata em 958 milésimos), em Montpellier, sob dominação aragonesa, em 1273 (o soldo de 12 dinheiros), na Flandres em 1275 (o *gros* de 8 dinheiros), na Boêmia (*Groschen* de 12 pfennig)...;

b) *As peças de ouro.* "A verdadeira revolução do século XIII é a retomada da moedagem de ouro nas regiões onde ela tinha sido abandonada desde o século VIII" (E. Fournial), pois as peças de ouro sempre foram cunhadas e circularam nas regiões mediterrâneas situadas nos espaços econômicos bizantino ou muçulmano (conforme os *augustales*, as mais belas peças de ouro medievais, emitidas em 1231 pelo imperador Frederico II no seu reino da Sicília). Ainda aqui, a iniciativa veio das cidades mercadoras do Mediterrâneo Ocidental. Pouco antes de 1246 Luca emitiu um *gros* de ouro puro, mas as duas inovações importantes vieram de Gênova, que cunhou em 1252 um *genovino* de ouro, valendo uma libra, e de Florença, que emitiu em 1253 um florim de ouro (*florino*, nome tirado da flor de lis, símbolo heráldico de Florença, que ornava o anverso da peça), valendo também uma libra e tendo o peso do *gros* de prata (3,54 gramas). Diante do sucesso deste florim, Veneza decidiu, em 1284, cunhar da mesma forma uma moeda de ouro, copiada daquela de Florença: esta foi o *ducado* de ouro, ou *cequim*, valendo uma libra e pesando 3,56 gramas. A moedagem de

ouro se difundiu fora da Itália. Henrique III cunhou um *penny* de ouro em 1257 e Luís IX um *escudo* de ouro em 1266: o *escudo* de 4,20 gramas valia 10 soldos *tournois*. Entretanto, nem este *penny* nem este *escudo* tiveram grande sucesso: a cunhagem de ouro não se desenvolveu verdadeiramente na França senão no fim do século XIII e na Inglaterra no início do século seguinte. Foi o florim que conheceu o maior sucesso e se impôs como modelo quando a cunhagem de ouro foi retomada por toda a Europa na primeira metade do século XIV (Brabante e Flandres no início do século, papado de Avignon em 1322, Delfinado e Borgonha em 1327, Lubeck em 1340, Inglaterra em 1344...). "Quase todo o Ocidente viveu na segunda metade do século XIV sob o regime do florim." (E. Fournial).

A oferta de moeda podia realizar-se de duas maneiras diferentes: por aumento do volume de metal monetário ou por aceleração da velocidade de circulação das peças existentes. Parece que na origem o desenvolvimento das trocas fora mais rápido que o do volume de moeda: conclui-se disto, portanto, que a velocidade de circulação deve ter aumentado. A Europa podia tirar metais preciosos de três fontes principais: recolocação em circulação monetária dos metais entesourados, importação de metais ou extração mineira.

As importações podem ter resultado de operações de pilhagem (por exemplo, a drenagem dos metais preciosos para a Normandia no século XI pelos aventureiros normandos) ou principalmente de operações de comércio, após a reabertura do Mediterrâneo no século XII. Veneza, Gênova e Luca conseguiram o ouro bizantino e árabe graças às exportações de produtos ocidentais para o Oriente. E. Fournial situa o grande período do afluxo de ouro árabe ao Ocidente entre o século XII e a primeira metade do século XIII. Em particular o ouro do Sudão chegava à Itália e à Espanha por intermédio do Magreb.

As extrações mineiras desempenharam um papel menor, ainda que a descoberta de minas de prata (Rammelsberg no Harz, no século X, Freiberg na Saxônia no século XII) e a volta à exploração de minas antigamente conhecidas tenham contribuído para alimentar as necessidades de metal branco.

A política monetária foi complicada a partir do fim do século XIII por causa da adoção do bimetalismo e das variações de valor dos dois metais preciosos em relação um ao outro. Sucessivamente, no século XIV, depois no XV, o bime-

talismo atravessou duas crises profundas, seguidas de uma relativa estabilização.

A crise do século XIV se estendeu entre mais ou menos 1290 e 1360. O bimetalismo restaurado em meados do século XIII tinha adotado uma relação de mais ou menos 1 por 9 entre o ouro e a prata, o que correspondia à relação comercial da época. Porém, não somente esta relação evoluiu rapidamente entre 1290 e 1330, atingindo então quase 1 por 14, mas ainda o valor comercial respectivo dos metais aumentou: em consequência, Felipe, o Belo, e seus sucessores tiveram que multiplicar as mutações monetárias para adaptar o curso legal das moedas ao curso comercial dos metais e evitar que se desse a lei de Gresham em detrimento da moeda real;⁶ estas numerosas desvalorizações, seguidas de tentativas de reavaliações sem sucesso, valeram a Filipe, o Belo, a reputação de rei "falso-moedeiro". De fato, estas manipulações explicam-se pelas necessidades econômicas, mesmo se elas foram em parte ditadas também por considerações de política fiscal (punção sobre a circulação monetária em proveito do Tesouro real por ocasião de uma mutação). A estabilização de 1330 (o *gros tournois* pesando 4,07 gramas de prata, valendo 12 dinheiros, e o escudo pesando 4,22 gramas de ouro, mas valendo 15 soldos em lugar de 10) foi de curta duração: de 1337 a 1360, a guerra, a escassez, as epidemias e as crises políticas provocaram muitas desvalorizações entrecortadas de breves e inoperantes esforços de recuperação. É certo que em muitas ocasiões o rei ainda mudou a moeda para obter recursos, mas no curso deste período a causa principal das dificuldades foi a penúria relativamente maior de metal branco, o que provocou uma reavaliação da prata em relação ao ouro. A relação legal caiu a 11 e em 1385 estava mesmo a 10. A escassez monetária foi provocada em meados do século XIV pelo afrouxamento da atividade econômica, que favoreceu um forte entesouramento, sobretudo de metal branco. Finalmente, não somente a moeda circulava menos, mas também ela era cada vez menos abundante. A estabilização operada por Carlos V entre 1360 e 1365, ao nível de 50% em

relação a 1330 para a prata (1,95 gramas de prata o soldo) e de 70% para o ouro (3,88 gramas de ouro o escudo, chamado "franco", e elevado a 20 soldos), durou cerca de cinquenta anos, se bem que após 1385 um lento esboroamento do peso do soldo tenha persistido até 1413 (17,2% de perda para a moeda de prata desde 1385, 11,5% para o ouro).

A crise do século XV foi mais breve, de 1417 a 1435, porém mais aguda. As mutações não foram senão expedientes destinados a financiar as necessidades da Corte, da guerra e da administração de Carlos VII. Quando da estabilização de 1436, o soldo de prata não pesava mais que 1,46 gramas, e o escudo de ouro 3,49 gramas para um valor de 25 soldos *tournois*. Em seguida, uma lenta degradação prosseguiu, ainda, até o início do século XVI, reduzindo então o soldo de 12 dinheiros a 1 grama de prata e elevando o escudo de 3,49 gramas ao valor de 36 soldos e 3 dinheiros.

Estas duas grandes crises foram fatais às rendas fixas expressas em unidades de conta (dinheiros, soldos, libras) e incitaram os particulares a praticar doravante o reajuste dos créditos, apesar das proibições. Em compensação, provocando a alta dos preços, a desvalorização das moedas acentuou a alta dos salários, que a crise demográfica já mantinha. É impossível medir, por pouco que seja, estes fenômenos, e portanto seguir seu curso uns em relação aos outros.

⁶ Gresham, economista do século passado, observou que, quando num sistema bimetalista a lei garante o poder liberatório tanto às moedas de prata quanto às de ouro, os devedores preferem usar as moedas de valor intrínseco mais baixo. Assim, as moedas de ouro passam a ser entesouradas ou vendidas a peso; em suma, pela lei de Gresham, a moeda má expulsa a boa. (N. do T.)

CONCLUSÃO

Em meados do século XV, novas estruturas econômicas tomaram corpo, sem entretanto provocar alterações rápidas, o que torna difícil precisar o termo final da economia medieval. De fato, muitos caracteres medievais sobreviveram na economia mercantilista do século XVI e até dos séculos seguintes. Limitamo-nos portanto a marcar os principais eventos cujo conjunto acabou por provocar o nascimento de um novo sistema econômico. Inicialmente, a Europa ocidental beneficiou-se, na segunda metade do século XV, de uma relativa *pacificação* (fim da Guerra dos Cem Anos, em 1453, fim da Guerra das Duas Rosas, em 1485, fim da Reconquista Ibérica, 1492), o que favoreceu um grande empreendimento de *reconstrução agrícola* e de *repovoamento*, após o recuo de 1320-1450. Em seguida, os Grandes Descobrimentos deslocaram o *centro de gravidade do mundo europeu*, amputado de seu Oriente bizantino pela conquista turca: limite até aí, o Atlântico tornou-se então o centro geográfico da economia ocidental. É pelo Atlântico que os europeus se lançaram à conquista do mundo dilatado: *a exploração colonial, o capitalismo comercial e a circulação monetária* conheceram um crescimento cuja importância quantitativa engendrou transformações qualitativas. Da mesma forma, *a intervenção do Estado* na vida econômica, o recurso a uma política econômica nacional ditada pelas necessidades financeiras de Estados com ambições distantes fizeram recuar o internacionalismo econômico da Idade Média, em proveito de um nacionalismo estreito, restrito aos limites de Estados cujo particularismo se afirmava. Enfim, a *Reforma* acabou de quebrar as mentalidades tradicionais e abriu vastos horizontes à atividade temporal dos fiéis, renovando sua espiritualidade.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- PIRENNE, Henri. *Histoire économique et sociale du Moyen Age*. Nova ed. revista por H. VAN WERVEKE, Paris, PUF, 1963.
- IMBERT, Jean e LEGOHEREL, Henri. *Histoire économique des origines à 1789*. Paris, PUF (col. Themis).
- RICHARDOT, Hubert e SCHNAPPER, Bernard. *Histoire des faits économiques jusqu'à la fin du XVIII^e siècle*. 3^a ed. revista, Paris, Dalloz, 1973 (col. Précis Dalloz).
- FOURQUIN, Guy. *Histoire économique de l'Occident médiéval*. Paris, A. Colin, 1969 (col. U).
- DUBY, Georges. *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval (France, Angleterre, Empire, IX^e-XV^e siècles). Essai de synthèse et perspectives de recherches*. 2 vols. Paris, Aubier, 1962.
- The Cambridge Economic History of Europe*. Londres, Cambridge University Press:
- vol. I *The agrarian life of the Middle Ages*. ed. M. M. Postan, 2^a ed. 1966.
 - vol. II *Trade and industry in the Middle Ages*. ed. M. M. Postan & E. E. Rich, 1952.
 - vol. III *Economic organization and policies in the Middle Ages*. ed. M. M. Postan, E.E. Rich & Miller, 1963.
- Coleção Nouvelle Clio, Paris, PUF:
- n.º 12 L. Musset. *Les invasions: les vagues germaniques*, 1965.
 - n.º 12 bis L. Musset. *Les invasions: le second assaut contre l'Europe chrétienne*, 1965.
 - n.º 14 R. Doehaerd. *Le haut Moyen Age occidental*, 1971.
 - n.º 18 L. Génicot. *Le XIII^e siècle européen*, 1968.
 - n.º 23 J. Heers. *L'Occident aux XIV^e e XV^e siècles: aspects économiques et sociaux*. 3^a ed. revista e atualizada, 1970.
 - n.º 24 P. Chaunu. *L'expansion européenne du XIII^e au XV^e siècle*, 1969.

BOULET, M. *Le commerce médiéval européen*, tomo II, livro II de *Histoire du commerce* (sob direção de J. Lacour-Gayet). Paris, Editions S.P.I.D., 1950.

WOLFF, Ph. tomo I, livros I, II, III de *Histoire générale du travail* (sob direção de L. PARIAS). Paris, Nouvelle Librairie de France, 1960.

GILLE, B. *Le Moyen Age en Occident* (V^o siècle-1350) 6.^a parte de *Les origines de la civilisation technique*, tomo I de *Histoire générale des techniques* (sob direção de M. DAUMAS). 1962.

COLEÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS HUMANAS

1. FILOSOFIA DO DIREITO
Michael Villey
2. A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
D. F. Swift
3. DO CONGRESSO DE VIENA AO TRATADO DE VERSALHES
L. C. Seaman
4. A CIÊNCIA DO DIREITO
Tercio Sampaio Ferraz Júnior
5. INTRODUÇÃO À PEDAGOGIA
Gaston Mialaret
6. OS DIREITOS INDIVIDUAIS E O PROCESSO JUDICIAL
Vicente Greco Filho
7. A ECONOMIA MEDIEVAL
Guy Antonetti

Próximos lançamentos

- ELEMENTOS DE SOCIOLOGIA
Elizabeth Wilkins (do Hitchin College)
- O ANTIGO REGIME
Hubert Méthivier (da Universidade de Paris)
- LEGALISMO E CIÊNCIA DO DIREITO
Nelson Saldanha (da Universidade Federal de Pernambuco)
- INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
D. J. O'Connor (da Universidade de Exeter)
- O RENASCIMENTO
Paul Faure (da Universidade de Clermont-Ferrand)
- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA INTRODUÇÃO
José Paschoal Rossetti (da Universidade Mackenzie)
- ANÁLISE DE SISTEMAS POLÍTICOS
Jean-William Lapierre (da Universidade de Nice)
- O IMPÉRIO ROMANO
Jean-Marie Engel (da Universidade de Dijon) e Jean-Rémy Palanque (do Instituto de França)
- O DIREITO NATURAL
Francisco Bueno Torres (da Universidade Mackenzie)
- O ESTADO E SUA ORGANIZAÇÃO
Pedro Vidal Neto (da Universidade Mackenzie)
- O FEUDALISMO MEDIEVAL
Carl Stephenson (da Universidade de Cornell)
- SMITH, MARX, KEYNES. ÉPOCAS, OBRAS, INFLUÊNCIAS
Hilário Franco Jr. (da Historical Association) e José Paschoal Rossetti (da Universidade Mackenzie)

COLEÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Atualmente em todos os campos do conhecimento humano é difícil para o estudante e mesmo para o professor acompanhar a crescente massa de informações: as publicações se multiplicam, novas interpretações surgem constantemente, as discussões sobre elas se sucedem e, ademais, a interpenetração das ciências é cada vez maior. Diante deste volume de material, de valor e de interesse desiguais, torna-se indispensável uma seleção de textos compactos e que, não obstante, sejam elaborados por renomados especialistas e exponham os assuntos de forma clara mas dentro do rigor científico que se exige.

A **Coleção Universitária de Ciências Humanas** foi concebida pretendendo atender a estas necessidades, colocando ao alcance de estudantes e professores obras que permitam acompanhar os progressos feitos nas áreas de **Antropologia, Direito, Economia, Educação, História, Psicologia, Política e Sociologia.**

Através dos livros desta coleção, em poucas páginas os universitários terão subsídios seguros para seus trabalhos e suas pesquisas, os professores estarão em contato com os constantes avanços de sua disciplina e todos os estudiosos dos problemas do homem terão acesso a assuntos normalmente tratados em obras volumosas e de linguagem específica.

- ANTROPOLOGIA
- DIREITO
- ECONOMIA
- EDUCAÇÃO
- HISTÓRIA
- POLÍTICA
- PSICOLOGIA
- SOCIOLOGIA

EDITORA ATLAS S.A.